



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Ana Sousa da Silva

**Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no
contexto de refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva**

Rio de Janeiro

2023

Ana Sousa da Silva

**Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no contexto de
refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.^a Dra. Poliana Coeli Costa Arantes

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586 Silva, Ana Sousa da.
Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no
contexto de refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva / Ana
Sousa da Silva. – 2023.
198 f.: il.

Orientadora: Poliana Coeli Costa Arantes.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Refugiados – Venezuela –
Teses. 3. Refugiados – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Subjetividade
– Teses. I. Arantes, Poliana Coeli Costa. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:325.254(87)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta Dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Sousa da Silva

**Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no contexto de
refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 17 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Poliana Coeli Costa Arantes (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Ana Karina Brenner
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz
Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas em situação de refúgio no Brasil, em especial às residentes no Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e sanidade mental. Em segundo lugar, registro meus agradecimentos à minha família por toda a força, as conversas e os incentivos que têm me dado ao longo da minha vida pessoal e acadêmica. Sou grata aos meus alunos lindos e amados, do projeto Português com Refugiados, por todos os ensinamentos e aprendizados, os quais levarei pela vida toda.

Registro os meus agradecimentos também à minha orientadora, Poliana Arantes, que mais que minha orientadora, foi essencial em todos os momentos de incertezas e dificuldades, os quais não são poucos.

Igualmente agradeço às colegas do nosso grupo de orientadxs pelo carinho, pelas trocas e suporte sempre. Aos meus amigos, Cristina Grilo, Jéssica Pessoa, Michele Vivas, Miguel Guillén e Yisel Chávez, minha eterna gratidão pelo que vocês são e representam na minha vida. À Dra. Angélica, psicóloga, por me colocar no prumo novamente.

À Maristela, então pedagoga da PARES, Cáritas-RJ, por sua disponibilidade, amabilidade e trabalho exemplar enquanto pedagoga do projeto Português com Refugiados. Aos colegas Cláudio Ricardo Corrêa e à Andrea Taubman, pelo apoio e direcionamento impecáveis no processo de submissão do trabalho ao Conselho de Ética em Pesquisa.

Aos professores Décio Rocha, Leandro Diniz e Ana Karina Brenner, por aceitarem compor a banca, e pelos valiosos direcionamentos na qualificação e na defesa. A todos os professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com os quais estudei.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Uma vez que somos a soma de tudo que fomos, agradeço a todos que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui: muito obrigada.

Eu não sei para onde eu vou. Eu só sei que eu ainda não estou lá. Os campos de refugiados. As marchas. A espera constante. A caminhada constante. Uma vida interrompida. Um estranho idioma. Uma estranha angústia. Todas as coisas que eu deixei para trás. As lembranças num grão de esperança. O cheiro de casa. E a sensação de pertencimento. O medo de ser esquecido. O medo de ser temido. Quão longe estou de casa.

Documentário EXODUS: de onde eu vim não existe mais, 2017, minutos 04:41 -

05:30

RESUMO

SILVA, Ana Sousa da. *Processos de construção de subjetividades de venezuelanos no contexto de refúgio no Rio de Janeiro: uma análise discursiva*. 2023. 198 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta pesquisa objetiva mapear e construir reflexões acerca dos atravessamentos / dispositivos que são mobilizados nos processos de construção das subjetividades de venezuelanos em situação de refúgio, residentes no Rio de Janeiro. Ancorada na perspectiva cartográfica do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA; 2021), não só busca mapear os caminhos trilhados ao longo de todo o processo, como também justificar as escolhas feitas. Às análises, os principais conceitos mobilizados são subjetividade (GUATARRI, 1992; MIRANDA; SOARES, 2009; ROLNIK 2011), etos discursivo (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019), vocabulário (MAINGUENEAU, 2008), e des(re)territorialização (HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013). Emprega-se o uso de questionário (ROCHA; SANT'ANNA; DAHER, 2004) como opção metodológica. A partir do modo como os participantes se apropriaram da linguagem, e do contexto de refúgio dos venezuelanos no Brasil, apresentados na dissertação, foi possível entender como eles se sentem e se relacionam nesse novo território, de que maneira se dão os processos de ressignificação de suas subjetividades e as dificuldades que essas pessoas sentem enfrentar no dia a dia, tais como: 1) situações xenofóbicas; 2) a descridibilização de seus conhecimentos; 3) o sentimento de não-pertencimento; 4) a busca pela naturalização como instrumento para minimizar a violação de direitos (SCARAMUCCI; DINIZ, 2022); 5) o português, apresentado pelos venezuelanos como a maior dificuldade deles, mesmo estando há 1 ano ou mais no Brasil. Contudo, a partir das análises, observa-se que essa dificuldade não diz respeito a dificuldades individuais dos falantes, mas à falta de aceitação, a partir da caracterização desse falar estrangeiro.

Palavras-chave: discursos; venezuelanos; subjetividades; refúgio; refugiados.

RESUMEN

SILVA, Ana Sousa da. *Procesos de construcción de subjetividades de venezolanos en el contexto de refugio en Rio de Janeiro: un análisis discursivo*. 2023. 198 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta investigación tiene como objetivo mapear y construir reflexiones sobre los cruces / dispositivos movilizados en los procesos de construcción de las subjetividades de venezolanos en situación de refugio, residentes en Río de Janeiro. Anclado en la perspectiva cartográfica del discurso (DEUSDARÁ; ROCHA; 2021), no solo busca mapear los caminos recorridos a lo largo del proceso, sino también justificar las elecciones realizadas. En los análisis, los principales conceptos movilizados fueron subjetividad (GUATARRI, 1992; MIRANDA; SOARES, 2009; ROLNIK 2011), etos discursivo (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019), vocabulario (MAINGUENEAU, 2008) y des(re)territorialización. (HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013). Es utilizado el cuestionario (ROCHA; SANT'ANNA; DAHER, 2004) como opción metodológica. A partir de la forma en que los participantes se apropiaron del lenguaje, y del contexto de refugio de los venezolanos en Brasil, presentados en la disertación, fue posible comprender cómo se sienten y se relacionan en este nuevo territorio, de qué manera se desarrollan los procesos de resignificación de sus subjetividades y las dificultades que estas personas sienten enfrentar en su día a día, tales como: 1) situaciones xenófobas; 2) el descrédito de sus conocimientos; 3) el sentimiento de no pertenencia; 4) la búsqueda de la naturalización como instrumento para minimizar las violaciones de derechos (SCARAMUCCI; DINIZ, 2022); 5) el portugués, presentado por los venezolanos como la mayor dificultad, a pesar de que llevan 1 año o más en Brasil. Sin embargo, a partir de los análisis, se observa que esta dificultad no se refiere a las dificultades individuales de los hablantes, sino a la falta de aceptación, tras la caracterización de este discurso extranjero.

Palabras clave: discurso; venezolanos; subjetividades; refugio; refugiados.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Raízes	13
Figura 2 –	Resultado da pesquisa sobre venezuelanos em situação de refúgio (Plataforma CAPES)	25
Figura 3 –	Pesquisas sobre subjetividades de venezuelanos em situação de refúgio (Plataforma CAPES)	28
Figura 4 –	Erro da plataforma	28
Figura 5 –	Número de deslocados internos no mundo entre 2019 e 2020	42
Figura 6 –	Municípios que oferecem curso de português para imigrantes, solicitantes de refúgio e para refugiados - 2018	61
Figura 7 –	Cadastro do número de participantes da pesquisa	99
Figura 8 –	Etapas do processo de análise do CEP	100
Figura 9 –	Pergunta do questionário piloto	111
Figura 10 –	Pergunta do questionário piloto	112
Figura 11 –	Pergunta do questionário piloto	113
Figura 12 –	Campanha contra a xenofobia (Cáritas-RJ)	119
Figura 13 –	Termo de Autorização de uso da Imagem	183
Figura 14 –	Planilhas: contagem de pesquisas (Plataforma CAPES)	185
Figura 15 –	Assistência de instrumentos de gestão migratória segundo municípios de residência de imigrantes, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado (as)	186
Figura 16 –	Etapa de preenchimento dos dados da pesquisa (Plataforma Brasil)	187
Figura 17 –	Etapa de preenchimento dos dados da pesquisa (Plataforma Brasil)	187
Figura 18 –	Termo de Consentimento livre e esclarecido	189
Figura 19 –	Folha de rosto para pesquisa (Plataforma Brasil)	190
Figura 20 –	Questionário piloto	191
Figura 21 –	Questionário reformulado	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Porcentagem de dissertações sobre venezuelanos na condição de refugiados - Plataforma CAPES (parte I)	26
Gráfico 2 –	Porcentagem de dissertações sobre venezuelanos na condição de refugiados - Plataforma CAPES (parte II)	26
Gráfico 3 –	Porcentagem de teses sobre venezuelanos no contexto de refugiados - Plataforma CAPES	27
Gráfico 4 –	Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano, Brasil, 2011- 2020 (principais países)	53
Gráfico 5 –	Imigrantes no mercado formal de trabalho, segundo nível de instrução (2011-2020)	64
Gráfico 6 –	Imigrantes no mercado formal de trabalho, segundo nacionalidades selecionadas (2011/2013/2015/2019-2021) ..	65
Gráfico 7 –	Matrículas nos três segmentos de Ensino Básico de crianças e adolescentes, imigrantes matriculados, por ano - Brasil (2011-2020)	70
Gráfico 8 –	Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidade (2011-2020)	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual (*), Brasil, 2011-2020	53
Tabela 2 –	Distribuição das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por grupos de idade, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil - 2020	55
Tabela 3 –	Proporção de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil - 2021	56
Tabela 4 –	Número absoluto relativo a trabalhadores imigrantes, segundo Grandes Regiões e UFs.- Brasil, 2011/2013/2015/2019-2021	57
Tabela 5 –	Número de imigrantes no mercado de trabalho formal, por sexo e grupos de idade, segundo principais nacionalidades - Brasil, 2021..	66
Tabela 6 –	Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal, por ano, segundo principais ocupações - Brasil, 2011 e 2021	67
Tabela 7 –	Esquematização das necessidades prioritárias dos refugiados, e de suas consequências	68
Tabela 8 –	Pesquisa científicista x pesquisa intervenção	72
Tabela 9 –	Definição, características, vantagens e desvantagens de um Questionário	88
Tabela 10 –	Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes e principais países de cada continente, segundo anos selecionados (2011/2013/2015/2019-2021)	109
Tabela 11 –	Dados dos participantes	121
Tabela 12 –	Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes e principais países de cada continente, segundo anos selecionados 2011/2013/2015/2019-2021	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
JNA	Joint Needs Assessment (Análise Conjunta de Necessidades)
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIR	Organização Internacional de Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
PITRIG	Posto de Interiorização e Triagem
R4V	Response for Venezuelans (Inter-agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela) (Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela)
RMNA	Refugee and Migrant Needs Analysis (Análises das Necessidades de Refugiados e Migrantes)
RMRP	Regional Refugee and Migrant Response Plan (Plano de Respostas para Refugiados e Migrantes)
SDR	Secondary Data Review (Revisão de Dados Secundários)
UFS	Unidades Federativas
UNRRA	United Nations Relief and Rehabilitation Administration (Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas)

SUMÁRIO

	PONTES: O INÍCIO DA CAMINHADA	13
1	O QUE TEM SIDO FEITO?	24
1.1	Subjetividade(s): modos de ser e de estar no mundo	30
1.2	Territórios e subjetividades: lugares que habitamos	34
2	TOQUE: UMA HISTÓRIA DE AFETOS E TROCAS	40
2.1	Diálogos: aceções de “refugiado”	41
2.2	Jornada do refúgio e de refugiados no mundo e no Brasil	46
2.3	Mais do que números, pessoas	55
3	ALIANÇAS: IMPLICAÇÕES E AGENCIAMENTOS	79
3.1	Linguagem representacional x linguagem intervenção: Que linguagens são essas?	79
3.2	Tipos de pesquisa: Pesquisa cientificista e pesquisa intervenção ...	83
4	CAMINHOS: TRAÇANDO O CAMINHAR	89
4.1	Mapeando processos: por uma perspectiva cartográfica de pesquisa	95
4.2	Conselho de Ética em Pesquisa: detalhamento do percurso e reflexões sobre o processo de submissão ao COEP	96
5	PERCURSO: RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA	103
5.1	Questionário como possibilidade metodológica	107
5.2	Desdobramentos e reflexões a partir do uso de Questionário	115
6	(AUTO)FALANTE: O QUE DIZ E COMO DIZ A TRILHA?	121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICE (Script vídeo)	182
	ANEXOS	183

* Observações:

1) As Notas de Rodapé serão empregadas a fim de referenciar *hiperlinks*, de sinalar grifos meus ao longo do trabalho, de apresentar explicação sobre numeração de citação, e de apresentar as traduções de enunciados em espanhol para o português. As demais elucidações e referências estarão no corpo da dissertação e nas Referências, ao final da dissertação.

2) O Termo de Consentimento para o uso da imagem usada na introdução, por Yisel, encontra-se em anexo (figura 13).

PONTES: O INÍCIO DA CAMINHADA

Figura 1 – Raíces



Legenda: “Una parte de las raíces de los inmigrantes está en la tierra y la otra parte está en una vasija. Hacemos algunas raíces en el lugar, pero hay otras raíces que traemos y que cargamos con nosotros a cualquier lugar, las raíces de origen, que vienen de otro lugar.” Fonte: Yisel, cubana residente no Rio de Janeiro, 2023.¹

¹ Tradução livre: Uma parte das raízes dos imigrantes está na terra e a outra parte está em um vaso. Fazemos algumas raízes no lugar, mas há outras raízes que trazemos e que carregamos conosco a qualquer lugar, as raízes de origem, que vêm de outro lugar.

Ao decidir pesquisar sobre a questão do refúgio e de refugiados venezuelanos, questionei-me: o que significa estar na condição de refugiado? Uma vez que estou no início da caminhada, considero precoce responder a essa pergunta. Não obstante, ao longo desse trabalho, através dos dados apresentados em documentos oficiais, livros, artigos científicos, e dos enunciados dos venezuelanos em situação de refúgio, participantes da pesquisa, buscarei responder esse questionamento. Por ora, a imagem acima e sua legenda, produzidas por uma imigrante cubana residente no Rio de Janeiro desde 2018, objetiva funcionar como uma metáfora à pergunta que me moveu a realizar essa pesquisa.

Ao longo dessa dissertação adotarei a perspectiva do refúgio como uma condição. Defendo que não se é refugiado, mas, milhares de pessoas, ao redor do mundo, vivenciam esse contexto. Dessa maneira, sendo o refúgio uma condição, há caminhos que podem ser tomados pelas pessoas em situação de refúgio, para que elas deixem de estar nessa condição. Um exemplo disso é a naturalização ordinária, cujos requisitos são: ter capacidade civil segundo a lei brasileira, residir por no mínimo 4 anos no Brasil, comunicar-se em língua portuguesa e não possuir condenação penal ou estar reabilitado, nos termos da lei. Contudo, ao ter um filho brasileiro nato ou naturalizado, ou um cônjuge / companheiro brasileiro, o tempo de residência exigido é reduzido para 1 ano (BRASIL, [s.d.]).

Naturalizados ou não, o fluxo de imigrantes, a imigração é uma realidade entre diferentes culturas e sociedades. Contudo, embora faça parte da história da humanidade, a imigração assumiu um novo dinamismo e projeção na atualidade, de modo que esse contexto das sociedades contemporâneas passou a ser alcunhado de nova era das migrações (BORTOLOTO; SANTOS, 2018, p. 44). A classificação de “nova era” se justifica porque, diferente de tempos anteriores, ela envolve, cada vez mais, um maior número de países e pessoas.

À vista disso, nessa nova era, frente à necessidade de migrar, rotas inéditas são desbravadas, sobretudo em razão do fechamento de fronteiras consolidadas anteriormente (BORTOLOTO; SANTOS, 2018, p. 44). Não obstante, os autores ressaltam que essas rotas demandam dos países receptores o desenvolvimento de políticas migratórias, que não devem ser restritas à recepção, mas precisam contemplar recebimento, asilo e integração, aspectos que constituem o tripé das políticas migratórias (BORTOLOTO; SANTOS, 2018, p. 44). Entretanto no Brasil,

essas políticas imigratórias, como se verá ao longo desse trabalho, caminham a passos lentos.

Ainda que a questão do refúgio e do refugiado seja um fato que desde sempre nos perpassa, enquanto humanidade, uma vez que é a partir de deslocamentos que o nosso planeta foi sendo povoado e se tornou o que ele é hoje – múltiplo, heterogêneo e singular –, o refugiado continua sendo uma realidade inquietante para a sociedade.

A representação do refugiado, no ordenamento do Estado-nação, como um elemento inquietante, segundo Agamben (2015), se dá antes de tudo porque, rompendo a identidade entre homem e cidadão, entre natividade e nacionalidade, o refugiado põe em crise a ficção originária da soberania. O Estado deixa de proteger essas pessoas, deixando de ser seu guardião. O povo, por sua vez, não é nada mais do que o suporte vazio da identidade estatal e unicamente como tal é reconhecido (AGAMBEN, 2015, n.p.²).

Em outras palavras, como ressalta Agamben (2015), se “não se faz parte” do Estado, pode ser invisibilizado, oprimido ou até morto, sem que haja maiores esforços para que tais ações não aconteçam ou sejam evitadas. Um exemplo disso é o fatídico naufrágio de um barco no Mediterrâneo, na Grécia, em 14 de junho de 2023, com cerca de 750 migrantes, dentre os quais estavam aproximadamente 100 crianças, que resultou em mais de 300 pessoas mortas, e dezenas de desaparecidos, de acordo com O Globo³. Contudo, não houve grandes destaques na mídia, ou mobilizações, por parte da comunidade internacional, em torno dessa tragédia e do salvamento das vítimas.

No entanto, uma realidade totalmente diferente surgiu a partir do desaparecimento do submarino Titan, em 18 de junho de 2023, que levava bilionários em uma expedição aos destroços do Titanic. Esse desastre, quatro dias depois da mencionada tragédia na Grécia, levou quatro países a mobilizarem navios, aviões robôs e outras tecnologias no resgate dessas pessoas, segundo o

² [S.d.]: Sem data. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x5v5s05>. Acesso em: 06/06/2022.

³ Reportagem disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/parentes-de-imigrantes-vitimas-de-naufragio-na-grecia-criticam-milhoes-gastos-em-buscas-por-submarino-com-bilionarios.ghml>. Acesso em: 02/07/2023.

jornal O Globo⁴, além da ampla cobertura, por parte da mídia, de cada nova atualização do caso.

A repercussão, comoção e ajudas globais aos ucranianos, em decorrência da guerra da Rússia contra a Ucrânia, é outra realidade que explicita a disparidade de tratamento entre pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, visto que esses mesmos movimentos / tratamentos inexistem em países como o Iémen, país árabe que vive em conflito há mais de 10 anos, a Etiópia, que esteve em guerra por meses, dentre outros, como destaca a reportagem da BBC News Brasil⁵.

Essas situações demonstram, portanto, o contraste entre o valor atribuído às vidas humanas, revelando que umas valem mais que outras, seja para a sociedade em geral, seja para os governos e governantes, e levam à indagação: por que os corpos dos refugiados não tiveram tanto destaque quanto os corpos dos milionários? Por que os ucranianos, que vivenciam uma guerra, mobilizam / sensibilizam o mundo, e os iemenitas, os etíopes, que também vivem em situação de guerra, não?

Emerge o funcionamento de concepções de corpos, em que os refugiados são coisificados, descartados, desqualificados como ser, enquanto os milionários, produzem comoção e mobilizações, a nível internacional. Do mesmo modo, a situação das pessoas de países extremamente pobres, como o Iémen e a Etiópia, que estão em meio a guerras, são invisibilizadas, desumanizadas, enquanto os ucranianos, europeus, que estão em condição de guerra, tornam-se o centro das atenções da mídia, dos órgãos internacionais etc. que buscam ajudá-los a superar sua situação vulnerável. Essas diferentes posturas “justificam-se” uma vez que, como salienta Gonçalves (2023), a partir de Mbembe (2018 *apud* GONÇALVES, 2023, p. 3), a produção de um perfil corporal é inseparável de interesses de diferentes ordens e de perspectivas sobre a vida.

Não se trata somente da eleição de uma corporeidade em detrimento de outras, trata-se, sobretudo, da criação de corpos que tenham potencial para servir a dados sistemas (GONÇALVES, 2023, p. 3). Afinal, a quem e a quais interesses afeta a morte dos sujeitos refugiados? E a dos milionários? E a dos árabes e dos africanos? E a dos europeus? Sob quais condições práticas se exerce o direito de

⁴ O Globo, op. cit.

⁵ Reportagem disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60690640>. Acesso em: 24/10/2022.

matar, deixar viver ou expor à morte (MBEMBE, 2016)? Defendo que ao sistema neoliberal, cujo mandante é o capital. Logo, quem não dá lucro ao sistema capitalista não tem direito à vida.

Ressalto, entretanto, que o desamparo do Estado com cidadãos de países pobres (sem *status* econômico) que vivem em situação de guerra, deslocados internamente, por exemplo, ou de cidadãos refugiados em outros países, não é um caso isolado. Exemplos disso são os diversos casos de xenofobia e de tantas outras violências, ao redor do Brasil e do mundo, apresentados pelas próprias vítimas, nas mídias digitais, em pesquisas científicas. Não obstante, essa realidade não é fruto do acaso, mas uma ação orquestrada para que fique claro que o destino de um povo só pode ser uma identidade estatal e que o conceito de povo apenas tem sentido se recodificado naquele de cidadania (AGAMBEN, 2015, n.p.).

Assim, o patriotismo é usado como uma ferramenta estratégica de poder. Destarte, a maneira como os espaços se organizam, como por exemplo, através da criação de estratégias geopolíticas como as fronteiras, dizem muito sobre essas relações de poder, uma vez que, como aponta Defert (2013), a partir das reflexões de Foucault (1982), a arquitetura e o urbanismo não constituem um campo isolável, misturam-se com múltiplas práticas e discursos. Defert (2013) ressalta, ainda, que o espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera” (DEFERT, 2013, p. 52).

Desse modo, a partir da forma como um lugar é planejado, como ele é construído, é possível captar a maneira como o poder está em funcionamento. Através da formação de fronteiras, por exemplo, define-se quem é de dentro (o nacional) e quem é de fora (o estrangeiro); quem é aceito e quem não é; quem tem direitos e quem não tem. A partir dessa diferenciação entre o eu e o Outro, surge o patriotismo, que homogeneíza a todos, e nega o que é diferente, como se o próprio sujeito pudesse ser uma única coisa.

Os refugiados são, então, a figura que põe em xeque as organizações, os Estados, as nações, rompendo a velha trindade Estado-nação-território (AGAMBEN, 2015) e demonstrando suas fissuras, suas limitações e sua incapacidade de lidar com problemáticas como a da migração em massa, da fome, das guerras etc. Por outro lado, ao ser útil ao Estado, ao alimentá-lo, o indivíduo é tratado diferentemente, não é visto como uma ameaça. Sendo assim, apesar da

“naturalidade” dos movimentos migratórios, há uma discrepância em relação à aceitação social das pessoas que passam por esse processo.

O cidadão que tem dinheiro, que se desloca para outro país a trabalho – que tenha determinado prestígio social – (ou seja, que faz a máquina do Estado girar), por exemplo, é tratado distintamente daquele que se desloca forçadamente, por motivos de perseguição, de guerra ou quaisquer outras razões. Esse, muitas vezes é malquisto ao chegar ao seu destino, é visto equivocadamente como oponente, o impostor, “aquele que vai tirar os direitos sociais do “cidadão nacional”, dentre tantos outros (pré)conceitos.

Nesse processo migratório há, portanto, muitas camadas e muitos obstáculos. Além da necessidade aprender um novo idioma, por exemplo, aquele que migra precisa mudar

[...] de uma realidade para outra. A mudança é tão forte que a migração bem como a necessidade concomitante de tradução, implicam verdadeiras experiências de morte, sim, mas também de renascimento. O migrante consegue sair do aquário da sua realidade, pouco que seja, para percebê-la de fora. O migrante suspende melhor as suas crenças para pensá-las e assim repensar-se. [E assim, ao pensar em si] o migrante consegue perceber não apenas o absurdo que o constitui, como ainda enxerga com clareza o outro absurdo do mundo moderno: o nacionalismo e sua vertente ampliada, o patriotismo. (BERNARDO; GULDIN, 2017, p. 15-16)

Contudo, Bernardo e Guldin (2017) ressaltam que, afirmar-se patriota implica glorificar o mais puro acaso como se acaso não fosse. Afirmar-se patriota implica fingir que se escolheu nascer e viver nesta pátria, nesta família, nesta religião e nesta época, quando não escolhemos nada disso (BERNARDO; GULDIN, 2017, p. 16). À vista disso, em lugar de rechaçar o diferente, é necessário que a sociedade aceite as diversidades que o sujeito migrante traz consigo, e aprenda delas.

Ademais, ao estar em um lugar outro, o próprio migrante passa a questionar os conceitos que remetem à ideia de pertença única – território, língua e costumes. Conceitos esses,

que antes de sua saída, o colocava em uma zona de conforto, por se tratar da cultura de seu país de origem. Essa indagação gera a construção de novas formações identitárias [de novas subjetividades], pois ele passa a ter conhecimento do “outro” e se dá conta do seu próprio “eu” por meio das comparações feitas no território de chegada. (SANTOS; MACEDO, 2016, p. 9-10)

Ou seja, ao sair de seu país, o migrante tem a oportunidade de olhar a sua própria pátria de outro ângulo. Como afirmam Bernardo e Guldin (2017, p. 16), o migrante contempla de fora a nova pátria. Assim, as subjetividades afetam e são afetadas pelos deslocamentos, já que o sujeito errante perdeu as bases sobre as quais sustentava e construía a sua identidade ao habitar os entrelugares provenientes dos espaços de movência, em um processo constante de desenraizamento. Com isso, experimentam identidades móveis, híbridas e traduzidas (SANTOS, MACEDO, 2016, p. 10).

Essas identidades, ou melhor, subjetividades, por sua vez, criadas por intermédio do convívio com o Outro, não estabelece relação com nenhum lugar pelos quais passou, é o resultado de todos os lugares e não de apenas um (SANTOS, MACEDO, 2016, p. 18). Mas, a que me refiro quando falo em subjetividade? Sendo esse termo polissêmico e basilar à pesquisa, farei um preâmbulo explicitando a que me refiro quando falo em *subjetividade*.

O conceito de “subjetividade” pode ter diferentes sentidos, a depender da tradição teórica a que se faça referência. Assim, começarei a definir o conceito de subjetividade pelo que não investirei: não falarei a partir do behaviorismo, do estruturalismo, do neopositivismo ou da psicanálise. Retomarei, portanto, a subjetividade em Guattari (1992), que redimensiona as categorias de indivíduo e sociedade para além da própria relação sujeito-objeto, ultrapassando essa dicotomia.

Proporemos então operar um descentramento da questão do sujeito para a da subjetividade. O sujeito, tradicionalmente, foi concebido como essência última da individualização, como pura apreensão pré-reflexiva, vazia do mundo, como foco da sensibilidade, da expressividade, unificador dos estados de consciência. Com a subjetividade, será dada, antes, ênfase à instância fundadora da intencionalidade. Trata-se de tomar a relação entre o sujeito e o objeto pelo meio [...] (GUATTARI, 1992, p. 35).

Os modelos econômicos, as questões histórico-culturais são vetores atuantes de subjetivação e, por esse motivo, é possível falar de “produção”. Como aponta Miranda (2005), “devemos sair do reduto ‘psi’ e forjar uma concepção mais transversalista que perpassa a sociologia, a economia, a filosofia, a arte, a história, a antropologia e tantos quantos forem os saberes necessários para a compreensão da produção de subjetividade contemporânea” (MIRANDA, 2005, p. 37).

Essa concepção transversalista, que constitui a produção de subjetividades, é observada ao se analisarem as pesquisas que tratam dos refugiados venezuelanos, por exemplo, já que pesquisadores, de diversas áreas, se mobilizam em torno da questão dos refugiados venezuelanos. Essas mobilizações são possíveis graças à dinamicidade do processo migratório, que traz consigo sujeitos que estão em um contínuo processo de ressignificação, seja através dos novos espaços com os quais eles se relacionam, seja a partir do próprio processo de deslocamento, que como ressalta Camargo (2022), é marcado por dinâmicas em contínua transformação, já que ninguém sai de um lugar sem chegar a outro e, ao chegar, não necessariamente permanece (CAMARGO, 2022, p. 49 - 50).

Um exemplo disso é explicitado pela Cáritas-RJ: em 1976, quando a Arquidiocese do Rio de Janeiro começou o atendimento aos refugiados, muitos latino-americanos (argentinos, chilenos, uruguaios) vinham para o RJ fugindo das ditaduras de seus países. No entanto, eles não ficavam no RJ. A cidade servia apenas como rota para que eles chegassem à Europa.⁶

Por conseguinte, independentemente do caráter transitório do deslocamento dos sujeitos migrantes, essas pessoas passam por processos de des(re)territorialização. Ou seja, por um movimento de entrada [no Brasil] e saída do território [da Venezuela] (HAESBAERT, 2004, p. 99), que implica em “deixar para trás” sua terra, muitas vezes sua família, os conhecimentos de como a sociedade funciona etc., em busca de uma vida digna. Destarte, ao chegarem ao Brasil, essas pessoas passam por processos de hibridizações culturais, de acesso a direitos sociais que lhes são assegurados (ou não). Em outras palavras, os venezuelanos em situação de refúgio no Brasil são atravessados por processos de reterritorialização, que afetam o modo como eles se veem, habitam e se relacionam nesse novo espaço. Como sinala Bizon (2013), baseada em Deleuze & Guatarri (2010/1972, 2007/1980a, 2007/1980b, 2007/1980c), toda história é de desterritorialização, uma vez que todos somos constituídos de uma multiplicidade de movimentos e em uma multiplicidade de movimentos (BIZON, 2013, p. 3).

Camargo (2022, p. 51) pontua, ademais, que a desterritorialização nunca aparece dissociada de sua contraparte, a territorialização, em um movimento incessante de des(re)territorialização. Assim, ao se desterritorializarem vindo de

⁶ Dados disponíveis em: <http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>. Acesso em: 03/05/2023.

seus países para o Brasil, os migrantes buscam sua territorialização concreta [em sentido funcional, como por meio do acesso a seus direitos sociais] e simbólica [a partir da hibridização do português com o espanhol e de hibridizações culturais, por exemplo] nesse novo lugar. Nesse sentido, como defende Camargo (2022), a aprendizagem da língua portuguesa é uma das maneiras de efetivarem esse processo.

Portanto, essa pesquisa teve por objetivo mapear e construir reflexões acerca dos atravessamentos / dispositivos que são mobilizados nos processos de construção das subjetividades de refugiados venezuelanos residentes no Rio de Janeiro, levando em conta não apenas a língua, que, a princípio, emerge como um dos principais fatores de conjugação entre o indivíduo e o mundo, mas, considerando também – e sobretudo – o contexto de deslocamento forçado em razão de perseguições, da busca por uma vida digna, do abandono das suas raízes (e muitas vezes até da própria família, que é deixada para trás), e de instabilidade(s) e incerteza social e econômica, na qual muitos vivem ao longo da nova trajetória, marcada por muitas ressignificações e recomeços.

A fim de cumprir com o objetivo geral, estabeleci os seguintes objetivos específicos: 1) delinear a construção do etos discursivo de venezuelanos no contexto de refúgio, residentes no Rio de Janeiro há um ano ou mais (MAINGUENEAU, 2005); 2) identificar e descrever o posicionamento discursivo dos participantes da pesquisa em relação ao conjunto de vozes que se faz ouvir nos seus enunciados (BAKHTIN, 2003; MAINGUENEAU, 2005); 3) observar e analisar a massa de textos que valida, dá sustentabilidade e credibiliza o que está sendo dito; 4) entender como esses atores se veem, suas dificuldades e facilidades, ouvindo e amplificando suas vozes.

Levanto a hipótese de que, os processos de produção de suas subjetividades guardam particularidades não apenas em relação à imagem que eles têm de si mesmos, como da que eles projetam por meio do uso da palavra. Dessa maneira, estarei atenta não somente ao que é dito, mas sobretudo a como é dito (etos discursivo). Desse modo, a partir dessas reflexões será possível não apenas refletir de modo mais aprofundado sobre o contexto (histórico, social, econômico, psicológico), vivenciado pelos venezuelanos na condição de refúgio no Rio de Janeiro, como também desconstruir visões estereotipadas acerca dessas pessoas, que colocam esses refugiados em lugares ainda mais vulneráveis. Além disso, a

partir da emergência dos enunciados dos participantes da pesquisa, creio que será possível intervir e produzir novos enunciados e sentidos.

À vista disso, à estruturação dessa dissertação, me vali do uso de substantivos-imagens (pontes, toque, alianças, caminhos, percursos, alto-falante), ou seja, palavras que remetem a imagens, e que simbolizam não apenas a minha implicação na pesquisa, mas também a trajetória dos sujeitos refugiados no Brasil:

1. **PONTES: O INÍCIO DA CAMINHADA:** marco o início da trajetória da pesquisa e do que será tratado nela (processos de construção das subjetividades de venezuelanos no contexto de refúgio no Rio de Janeiro). Problematizo brevemente a relação entre refugiado e a trindade Estado-nação-território, e as consequências de “se fazer (ou não)” parte do Estado, apresento as pesquisas (não) realizadas sobre a questão das subjetividades dos venezuelanos em situação de refúgio, uma vez que uma das justificativas à realização da pesquisa é a carência de estudos na área / tema dessa pesquisa. Além disso, evidencio a concepção de subjetividade através da qual me mobilizo na pesquisa e apresento o conceito de de(re)territorialização (HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013), que trata do movimento de chega e saída dos migrantes em territórios.
2. **TOQUE: UMA HISTÓRIA DE AFETOS E TROCAS:** digo o que me levou a pesquisar sobre o tema e o público-alvo escolhidos. Além disso, exploro diversas acepções de refugiado, apontando para uma concepção outra (refugiado ambiental / climático) que não cabe nas definições oficiais de refugiado. A seguir, traço um breve panorama acerca do contexto de refúgio no mundo, e do contexto de refúgio no Brasil desde 1960 (quando o Brasil aderiu à Convenção de 1951 – convenção sobre o Estatuto de Refugiados conhecida como a Convenção de 1951 das Nações Unidas –), até hoje, com ênfase na migração de venezuelanos, para o Brasil, e nos percalços pelos quais esses sujeitos passam.
3. **ALIANÇAS: IMPLICAÇÕES E AGENCIAMENTOS:** estabeleço as conexões que tomo por base à construção da pesquisa. Busco dialogar a minha prática (enquanto pesquisadora) com os pressupostos teóricos que me orientam ao longo da pesquisa. Nesse capítulo reflito

contrastivamente, ademais, acerca dos binômios: linguagem representacional e linguagem intervenção; pesquisa cientificista e pesquisa intervenção.

4. **CAMINHOS: TRAÇANDO O CAMINHAR:** uma vez tendo estabelecido as alianças basilares para a pesquisa, partindo da perspectiva cartográfica de pesquisa, apresento os caminhos teórico-metodológicos trilhados / escolhidos. Ademais, faço um mapeamento do processo de submissão da pesquisa à Comissão de Ética em Pesquisa (COEP), analisando criticamente o processo e os seus desdobramentos.
5. **PERCURSO: RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA:** tendo apresentado no segundo capítulo “Toque” o que me levou a realizar essa pesquisa, nesse capítulo “Percurso” traço a caminhada desde o momento prévio à pesquisa, até o seu momento de realização. Assim, concentro-me no Questionário, apresentando-o como possibilidade metodológica, e na explicitação de possibilidades de desdobramentos a partir de sua aplicação.
6. **(AUTO)FALANTE: O QUE DIZ E COMO DIZ A TRILHA:** parto às análises, a partir dos enunciados dos participantes da pesquisa, buscando conjugar teoria e prática.
7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** busco costurar a cocha de retalhos que foi sendo tecida ao longo da pesquisa, acerca do processo de construção das subjetividades dos venezuelanos no contexto de refúgio, tecendo reflexões sobre a maneira como os participantes enunciam e os efeitos de sentido desse modo de enunciação às suas subjetividades; proponho caminhos à valorização das diversidades dessas pessoas.

Retomando, portanto, o contexto de deslocamento de migrantes ao redor do mundo, como venezuelanos, sírios, haitianos, e mais recentemente ucranianos, que fogem dos ataques da Rússia contra a Ucrânia (2022), dentre outras nacionalidades, que vem chamando a atenção global, não apenas a sociedade em geral, mas também pesquisadores pelo mundo, nas mais diversas esferas científicas, têm se mobilizado em torno do tema das (i)migrações.

Em se tratando especificamente dos refugiados venezuelanos, também é possível observar mobilizações de diversas áreas em torno desse tema, a partir de diferentes perspectivas e mobilizações teóricas. Não obstante, ao analisar do que se tratava essas pesquisas, deparei-me com um contingente muito pequeno de estudos discursivos, sobretudo na área da Linguística, no Brasil, que tratem do processo de produção de subjetividades dos imigrantes, mais especificamente dos venezuelanos que vivem em situação de refúgio no Rio de Janeiro (RJ), como será possível ver a seguir.

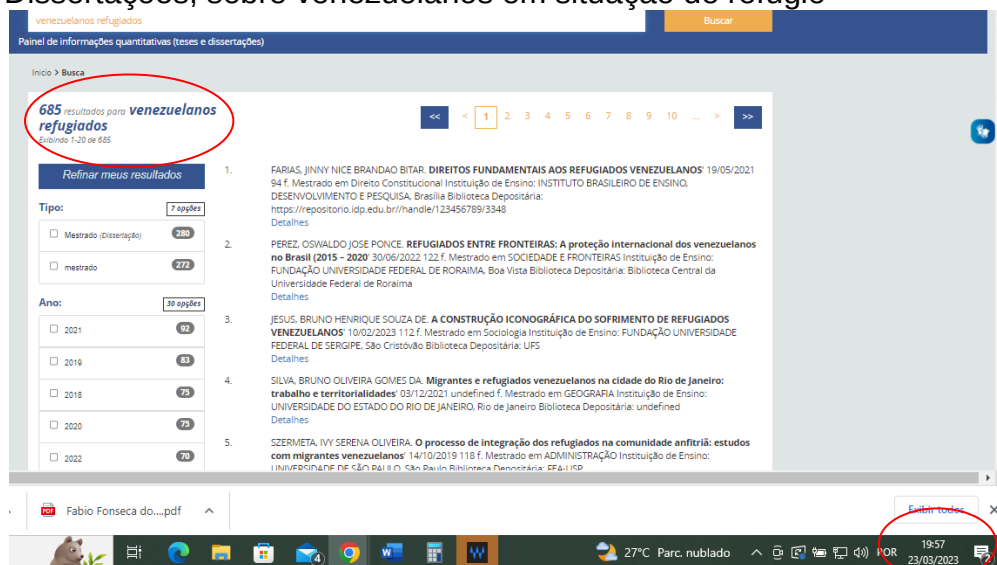
1 O QUE TEM SIDO FEITO?

Como afirmado anteriormente, não há muitos estudos discursivos no Brasil, especialmente na área da Linguística, que abordem o processo de produção de subjetividades dos imigrantes venezuelanos residentes no Rio de Janeiro. Nesse sentido, sendo essa pesquisa construída e constituída por muitas vozes, esse capítulo visa apresentar pesquisas que trabalhem com a questão da subjetividade, na área da Linguística, com os venezuelanos (i)migrantes, em situação de refúgio, bem como comprovar a carência de pesquisas nessa área.

Os dados foram coletados da plataforma *Catálogo de Teses e Dissertações*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁷, durante três dias, e apresentados em gráficos. À busca, me vali inicialmente das palavras-chave “venezuelanos refugiados”, que me gerou resultados dentro do marco temporal 2018 - 2022:

⁷ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso: de 23/03/2023 a 26/03/2023.

Figura 2 – Resultado da pesquisa na Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações, sobre venezuelanos em situação de refúgio



Fonte: Plataforma CAPES. Disponível em:
<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em:
 23 mar. 2023.

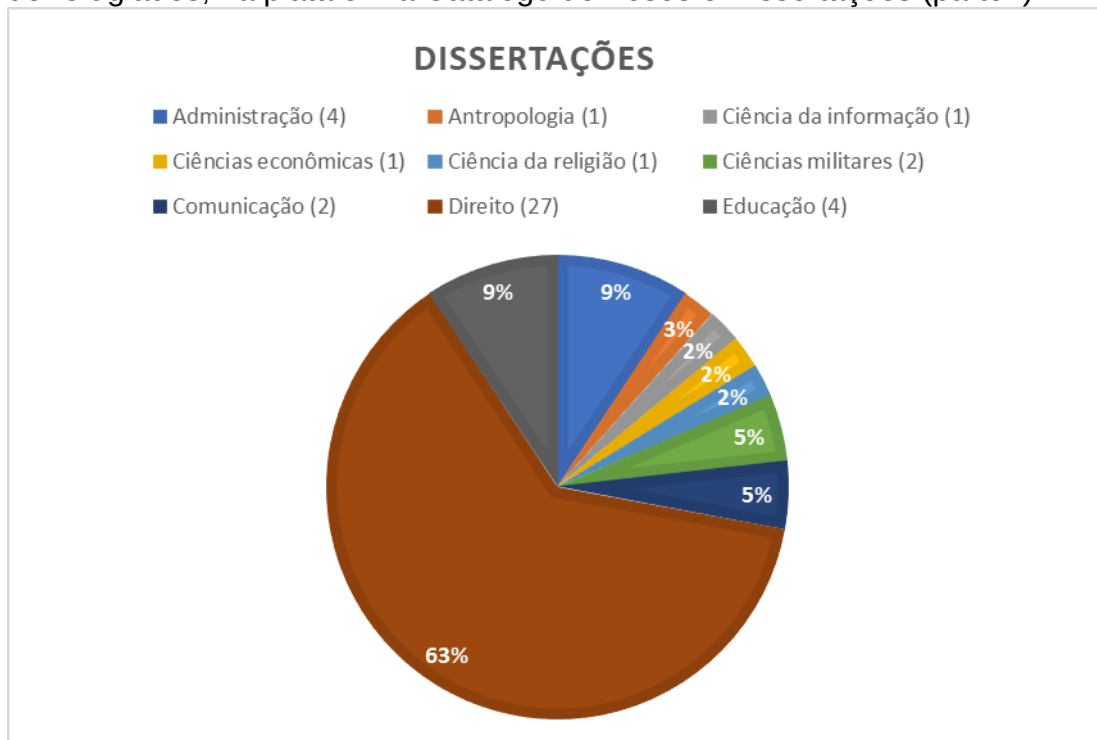
Contudo, de quais áreas são esses trabalhos? Quantos são da área da Linguística? Quantas abordarão os venezuelanos no contexto de refúgio, residentes no Rio de Janeiro? Quantas tratarão da questão das subjetividades dessas pessoas? Ao pesquisar os trabalhos a partir das palavras chaves “venezuelanos refugiados”, obtive 685 resultados. Pensei: não é um número tão grande de trabalhos sobre esse tema, mas tampouco é uma cifra ínfima. No entanto, a primeira constatação que fiz foi que o número de resultados, apresentado pela plataforma, não correspondia de fato a trabalhos sobre venezuelanos no contexto de refúgio. Ao ler os títulos das pesquisas elas tratavam de refugiados de outras nacionalidades, como palestinos, angolanos e congoleses.

Assim, como critério de seleção, diante da impossibilidade da leitura de todos os trabalhos, sendo um dos fatores a indisponibilidade de muitos trabalhos na plataforma, por serem anteriores a ela, ou a (não) autorização da divulgação do trabalho, por parte do pesquisador, selecionei / contabilizei as pesquisas que tinham as palavras “venezuelanos e refugiados / refúgio”; “venezuelanos e migrantes”; “venezuelanos e imigrantes”, em seus títulos.

Para tal, usei como recurso para localizar essas pesquisas o atalho “Ctrl + f”, que busca palavras dentro da página web, e inseri o radical “venezuel”. Desse

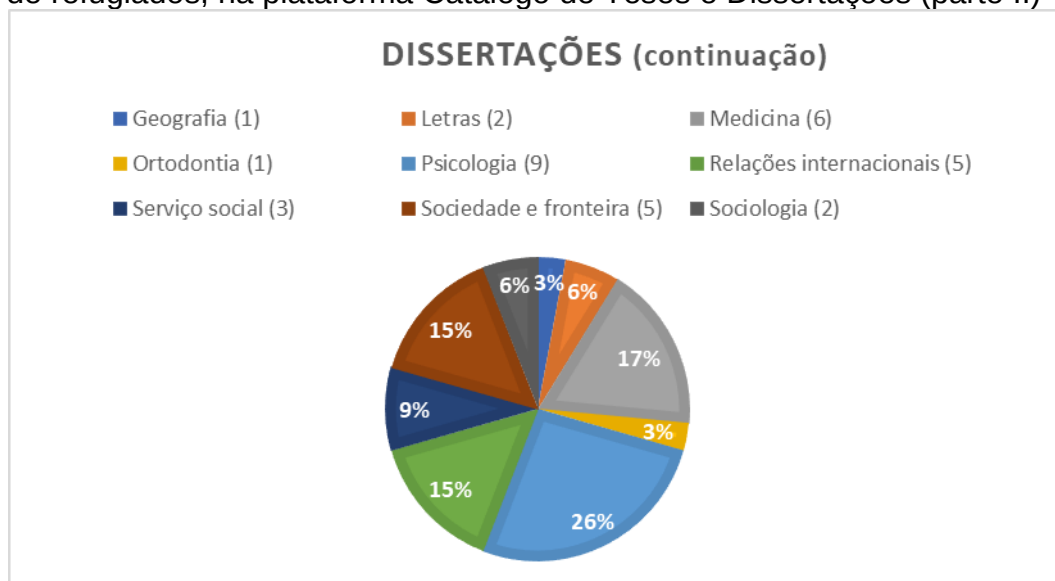
modo, dos 685 trabalhos, encontrei 77 dissertações de 18 áreas / cursos diferentes, sendo o Direito a área com mais pesquisas. Esses resultados foram divididos em dois gráficos, a fim de facilitar a visualização das informações. Além disso, ao lado de cada área / curso, encontra-se o número de trabalhos encontrados.

Gráfico 1 – Porcentagem de dissertações, sobre venezuelanos na condição de refugiados, na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações (parte I)



Fonte: A autora, 2023.

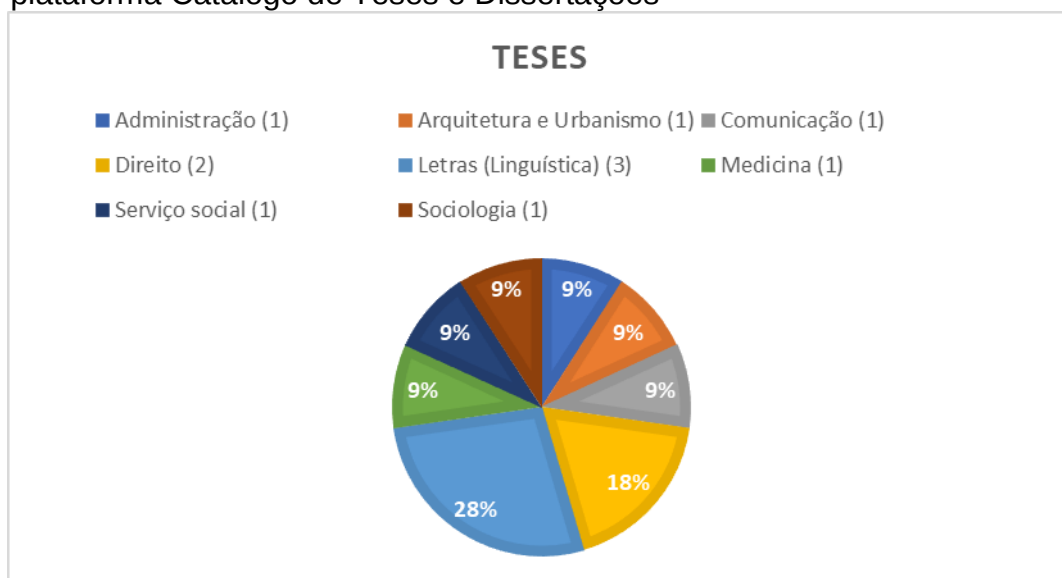
Gráfico 2 – Porcentagem de dissertações, sobre venezuelanos na condição de refugiados, na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações (parte II)



Fonte: A autora, 2023.

Embora em número menor, também encontrei teses que tratavam de venezuelanos, usando o mesmo filtro usado para localizar as dissertações (pesquisas que tinham as palavras “venezuelanos e refugiados / refúgio”; “venezuelanos e migrantes”; “venezuelanos e imigrantes”, em seus títulos). Desse modo, encontrei 11 trabalhos de 8 áreas diferentes, sendo a Linguística a área com mais trabalhos (3), como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Porcentagem de teses, sobre venezuelanos refugiados, na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações



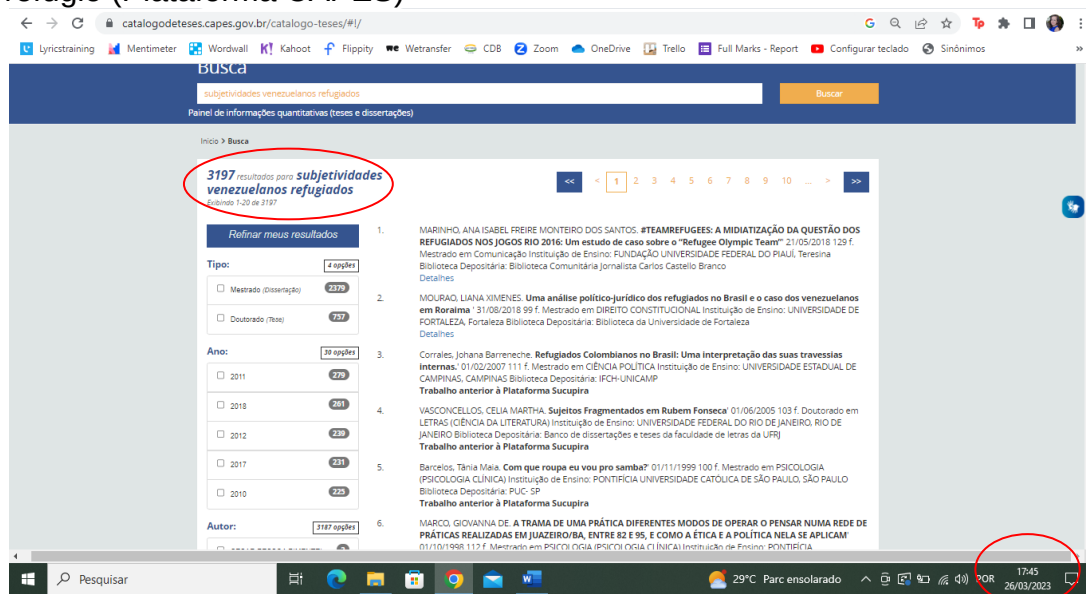
Fonte: A autora, 2023.

Não foram encontradas, portanto, dissertações, na área da Linguística, que tratassem de venezuelanos na condição de refugiados / migrantes / imigrantes, tampouco sobre venezuelanos, nessa condição, residentes no Rio de Janeiro. Além disso, de todos esses trabalhos, apenas duas pesquisas tratavam da questão das subjetividades de venezuelanos, sendo as duas dissertações em Psicologia. A primeira intitula-se *Subjetividades em deslocamento: narrativas de imigrantes venezuelanos na cidade de Porto Alegre*, da autora Fernanda dos Santos Rocha (2021), e a segunda denominada *Os processos de subjetivação na mobilidade humana: a experiência de integração dos venezuelanos em Belo Horizonte*, do autor Henrique Galhano Balieiro (2022).

Esse fato me intrigou. Como seria possível só haver dois trabalhos sobre o tema das subjetividades de venezuelanos? Essa indagação me levou à segunda

busca. Dessa vez, busquei trabalhos a partir das palavras-chave “subjettividades venezuelanos refugiados”, como mostra a figura a seguir:

Figura 3 – Pesquisas sobre subjettividades de venezuelanos em situação de refúgio (Plataforma CAPES)

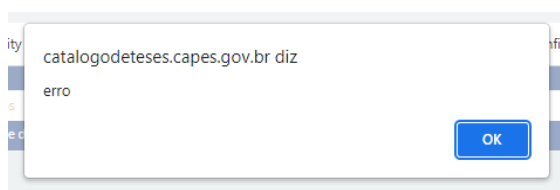


Fonte: Plataforma CAPES. Disponível em: catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/. Acesso em: 26 mar. 2023.

Foram encontradas pesquisas entre 2010 e 2012, e entre 2017 e 2018. O número de resultados (3.197) me deu esperança. Pensei: “de fato não há tão poucas pesquisas sobre esse tema, como mostrou a busca feita anteriormente (2)”. Comecei, então, a buscar as pesquisas a partir do já mencionado atalho de localização, através, novamente, do termo “venezuel”.

A primeira dificuldade, se deu a partir do uso da plataforma. Conforme fui avançando nas páginas (1, 2, 3...10...100), me deparei com inúmeros erros, que me obrigaram a recomençar o processo da primeira página de novo, e ir avançando às seguintes.

Figura 4 – Erro na plataforma



Fonte: Plataforma CAPES. Disponível em: catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/. Acesso em: 26 mar. 2023.

No entanto, isso não foi o mais surpreendente. Das mais de 160 páginas buscadas, localizei um total de zero pesquisas que trabalhassem acerca das subjetividades de venezuelanos. Muitos trabalhos tratavam, sim, da questão das subjetividades, mas em outros contextos: em personagens literários; tratando do acervo de Jorge Amado; no ensino de Artes etc. Quando apareceu alguma pesquisa em que havia a palavra “venezuelanos”, elas se enfocavam em outros temas. Exemplifico com três desses achados:

- 1) Marcelo Helvecio Navarro Serpa: Sufrágios Espetacularizados: os referendos e eleições venezuelanos (1998 – 2010) – Tese de doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2) Sandra Elaine Trindade da Paz: Escolas bilíngues de fronteira: inclusão de discentes venezuelanos nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima – Dissertação em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.
- 3) Alessandra Rufino Santos: Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos – Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A contabilização dessas pesquisas se deu a partir da inserção das pesquisas em uma planilha do *excel*, disponível em anexo (figura 14). Ressalto, no entanto, que por mais cuidadosa que eu tenha sido, esse trabalho de busca foi realizado por mim, manualmente, estando, portanto, sujeito a erros. Quer dizer, algum trabalho pode não ter sido contabilizado ou contabilizado erroneamente.

A partir desses dados, foi possível confirmar a minha hipótese de que, de fato, há uma carência de pesquisas que tratem do processo de produção de subjetividades de pessoas venezuelanas refugiadas. Além disso, como já mencionado, não foram encontradas pesquisas que tratem especificamente de venezuelanos na condição de refugiados, residentes no Rio de Janeiro e / ou de suas subjetividades. No entanto, conforme salientado pela professora doutora Anna Brenner, durante a defesa dessa dissertação, é imprescindível levar em conta que o tempo da política não é igual ao tempo acadêmico.

Em outras palavras, quando olho para os dados, percebo que o número de venezuelanos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, só começa a aumentar, exponencialmente, a partir de 2017, com 16.999 solicitações, seguidos por 2018 (61.391) e 2019 (53.713) (Silva *et al.*, 2020, p. 29). Portanto, a partir desse contexto, é possível que diversos pesquisadores tenham começado a se debruçar sobre esse tema. No entanto, levando em conta que uma pesquisa de mestrado dura 2 anos para ser concluída, e de doutorado 4 anos, podendo ainda serem prorrogadas, e que, além disso, nem todo pesquisador disponibiliza / divulga sua pesquisa, não necessariamente os dados apresentados retratam a realidade, mas podem ser interpretados como uma das faces de uma realidade mais ampla e, quiçá (é o que eu desejo), com mais pesquisas sobre os venezuelanos em situação de refúgio, no Brasil.

Sendo a(s) subjetividade(s) (e seus processos de construção) conceito central nessa pesquisa, como já salientado desde a Introdução dessa dissertação, a seguir aprofundarei as discussões, a partir de autores que refletem sobre subjetividade(s) e processos de subjetivação.

1.1 Subjetividade(s): modos de ser e de estar no mundo

A subjetividade por muitas vezes é considerada pelo senso comum como o que acontece no íntimo das pessoas, como a ausência do real. Assim, é comum ouvir no dia a dia a frase “nossa, mas isso está muito subjetivo, o que você quis dizer com isso?” A partir dessa perspectiva, portanto, a subjetividade está centrada no indivíduo, no modo como essa pessoa se sente e / ou sente o mundo à sua volta, restrita, portanto, a um plano individual, identitário. No entanto, como já apresentado na introdução desse texto, quando trato de subjetividade(s) não é a essa perspectiva a que me refiro.

Em consonância com as reflexões de Guatarri (1992), Miranda e Soares (2009) defendem que é necessária a descentralização da questão do sujeito à questão da subjetividade:

... o projeto cartesiano de fazer coincidir ... sujeito e subjetividade já não faz mais sentido, pois a subjetividade não é mais do que uma coleção de dados

sem ordem, ... sem estrutura e sem lei, e não coincide com o sujeito porque este é apenas um efeito das articulações às quais as ideias estão submetidas. (MIRANDA; SOARES, 2009, p. 413)

Nesse sentido, o sujeito não é essência, não se dá *a priori*, mas, como agenciamentos coletivos de enunciação, concerto polifônico de vozes, devires imperceptíveis, mutações afetivas e outras sensibilidades. Do mesmo modo, a subjetividade tampouco é fixa e / ou está restrita a um sujeito. Ela é um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo literalmente fabricadas no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais (MIRANDA; SOARES, 2009, p. 415).

Quer dizer, tanto nós enquanto sujeitos, quanto domínios de saber e relações com a verdade, são / somos produzidos nas condições políticas. Sendo assim, pensar o poder como produção de subjetividade é descentrar o poder de um sujeito verdadeiro para colocar em análise os processos de sua constituição enquanto tal (DELEUZE, 1998 *apud* ROCHA, 2003, p. 69). Mas como se dão, então, os processos de constituição de subjetividades?

Esses processos se dão na experiência social, em seus trajetos singulares na sua família, na escola, na rua, no seu corpo, na caserna, no escritório (MIRANDA; SOARES, 2009, p. 414), na busca pela inserção no mercado de trabalho, na sala de aula do Curso de Português com Refugiados, no atendimento ao filho no hospital, na compra na feira de rua etc. Subjetividades essas marcadas pela diversidade, pela heterogeneidade dos modos que elas podem assumir:

Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos como um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. (...) Um músico ou pintor está mergulhado em tudo o que foi a história da pintura, em tudo que a pintura é em torno dele, e, no entanto, ele a retoma de um modo singular. (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p. 69)

Ou seja, todos somos afetados pelas relações sociais, pelas redes de força às quais estamos submetidos, pelas experiências que temos, cada um a seu modo, uma vez que, como afirmou o filósofo Heráclito de Efeso, ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as

mesmas águas, e o próprio ser já se modificou⁸. Portanto, não existe uma única subjetividade – não é possível falar em uma subjetividade venezuelana –, mas subjetividades possíveis, que estão em contínuo processo de (re)significação.

Uma vez que a subjetividade, portanto, seria tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência, Miranda e Soares (2009) sinalam que, é possível talvez considerar que todos os sujeitos e coletivos humanos, institucionalizados ou não, com maior ou menor grau de instrução e de conhecimento tecnológico, são produtores de subjetividade (MIRANDA; SOARES, 2009, p. 415).

É válido ressaltar que essa subjetividade muitas vezes é assujeitada, laminada em sua potência de invenção, a partir de existências permeadas por um mundo onde o Capital é o referente geral das relações humanas, como apontado na introdução dessa pesquisa, ao abordar a diferença de tratamento nas tragédias envolvendo diferentes pessoas e nacionalidades. Esse tratamento desigual se dá uma vez que

a ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p.42 *apud* MIRANDA; SOARES, 2009, p. 420)

Dessa maneira, é necessário escavar essas relações entre o homem, o mundo e o estar no mundo, a fim de desnaturalizá-las (por que tal coisa é assim?), singularizá-las (o que é possível fazer diferente?), capturá-las em seus processos de devir (que relações estão sendo construídas / produzidas e de que modo se dão essas construções, através de quais dispositivos / interpelações?).

Como ressaltam Miranda e Soares (2009), num mundo em que vivenciamos o extremo recrudescimento do individualismo, a produção de uma subjetividade massificada, como por exemplo a ideia do empreendedorismo, tão incentivada por ONGs aos refugiados, que os coloca como “empreendedores de si mesmos”, e, por sua vez, isenta o Estado de suas responsabilidades de garantia das condições

⁸ Citação disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-seremos-os-mesmos/#:~:text=%E2%80%9CNingu%C3%A9m%20pode%20entrar%20duas%20vezes,ap%C3%B3s%20esse%20per%C3%ADodo%20de%20quarentena>. Acesso em: 13 mar. 2023.

mínimas de vida. Assim, essa subjetividade “enlatada” é vendida como promessa de singularização para milhões de sujeitos. Nesse mesmo sentido, Rolnik (2011) destaca que, o capitalismo cognitivo apropriou-se da potência de criação, que então se emancipava na vida social, para colocá-las, de fato, no poder. Assim, essa ação se trata de uma operação perversa,

cujo objetivo é o de fazer desta potência o principal combustível de sua insaciável hipermáquina de produção e acumulação de capital. É esta força, assim cafetinada, que com uma velocidade exponencial vem transformando o planeta num gigantesco mercado e, seus habitantes, em zumbis hiperativos incluídos ou trapos humanos excluídos: dois polos entre os quais se perfilam os destinos que lhes são acenados. (ROLNIK, 2011, p.18)

Desse modo, frases como “seja produtivo”, “você pode, basta você querer”, “é só fazer o curso e começar a investir”, são insufladas, glamourizadas, colocadas como modelos a serem seguidos. Contudo, ao não serem alcançados, esses modelos se convertem em fonte de decepção, desprestígio, sinônimo de fracasso. Essa realidade é ilustrada por Rolnik (2011) ao tratar da subjetividade pós-fordista. Segunda ela, o que nos guia

é a identificação com as imagens de mundo veiculadas pela publicidade e pela cultura de massa. Independentemente de seu estilo ou público-alvo, tais imagens são invariavelmente portadoras da mensagem de que existem paraísos, que agora eles estão neste mundo e não num mundo além deste, que alguns privilegiados têm acesso a eles e, sobretudo, que podemos ser um destes VIP, bastando, para isso, investirmos toda nossa energia vital – de desejo, de afeto, de conhecimento, de intelecto, de erotismo, de imaginação, de ação etc. – para atualizar em nossas experiências esses mundos virtuais de signos, através do consumo de objetos e serviços que os mesmos nos propõem. (ROLNIK, 2011, p. 20)

É vendida, portanto, a ideia de que a pessoa é o que ela produz / consome. Essas ações são vistas prestigiosamente. Ser produtivo é sinônimo de ser exitoso. Dessa maneira, o ser humano vai sendo coisificado, esvaziado de si, em prol da manutenção da máquina produtiva do capitalismo. No entanto, ao não produzir / consumir, a pessoa não é nada. É um ninguém, um impostor. Ressonâncias dessa realidade podem ser observada em frases como “mas o Brasil não tem recurso nem para os brasileiros, como vai estar ajudando esses refugiados?”

A indignação seria referente à falta (ou não) de recursos do Brasil, ou ao fato de a ajuda estar sendo direcionada a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e que não são vistas pela sociedade / brasileiros como

produtoras / consumidoras de recursos econômicos? Se o Brasil estivesse ajudando empresários europeus, que desejam abrir uma empresa no Brasil, a reclamação seria a mesma? Ou melhor, haveria queixas? Deixo essas perguntas como reflexão.

No entanto, por mais que eu tenha explicitado uma realidade “quase catastrófica”, mesmo neste contexto de laminação das subjetividades, é possível singularizar no cotidiano, ensejando pequenas práticas que sejam focos de criatividade e de experiências de vida enriquecedoras das relações das pessoas com o mundo (MIRANDA; SOARES, 2009, p. 421). Dessa maneira, essa pesquisa coloca-se à disposição como instrumento através da qual as subjetividades dos participantes, minha (enquanto pesquisadora e leitora) e dos leitores dessa pesquisa, serão (possivelmente) ressignificadas.

Nesse sentido, a partir do registro de experiências e inter(ações) dos venezuelanos com seus entornos, haja vista a importância da influência dos lugares (dos quais essas pessoas vêm / pelos quais elas passam / nos quais se fixam, ainda que temporariamente) às suas subjetividades, a partir da análise dos enunciados dos participantes, levando em consideração o contexto de refúgio no qual eles estão inseridos, essa pesquisa se propõe a figurar como um dispositivo de análise dos processos de construção das subjetividades dessas pessoas.

Sendo assim, uma vez que se é e se está no mundo sempre imerso em um lugar, um território, e levando em conta que mobilizo o conceito de des(re)territorialização (HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013), o subcapítulo a seguir se debruçará em reflexões em torno do deslocamento dessas pessoas, da chegada delas a novos espaços, e de como todo esse contexto as afeta.

1.2 Territórios e subjetividades: lugares que habitamos

Quando digo a palavra território, as primeiras coisas que vêm à minha mente são: país, pertencimento, lugar de afeto. Assim, para mim “território” carrega o sentido de terra, de lugar de onde vim, de origem. Balieiro (2022), por sua vez, define território como a base e o fundamento do Estado-Nação. Segundo ele, no seu sentido mais restrito [território] é um nome político para a extensão de um país, uma

porção do espaço geográfico ou uma extensão espacial para a jurisdição do governo (BALIEIRO, 2022, p. 23).

Entretanto, com o recrudescimento do neoliberalismo, em um mundo cada vez mais desigual socioeconomicamente, os territórios estão cada vez mais segregados. Essa segregação, no entanto, não é de hoje, mas, como salienta Balieiro (2022), faz-se presente desde a criação das fronteiras, construídas historicamente a fim de delimitar os espaços e reforçar as relações de poder por meio do território. Assim, a fronteira se conceitualiza ao distinguir o que está dentro e o que está fora (BALIEIRO, 2022, p. 23).

Nesse sentido, Bizon (2013) sinala que os objetivos dos processos de territorialização (ou seja, de dominação e apropriação) estão sempre vinculados a questões de poder político-econômicas. Dessa maneira,

os territórios precisam ser distinguidos de acordo com os sujeitos que os constroem, podendo ser eles um indivíduo ou uma instituição (Estado, Escola, Igreja, empresas etc.), sendo fundamental compreender que as razões que movem o controle por meio do espaço variam conforme as sociedades, momentos históricos, construções culturais e interesses político-econômicos. (BIZON, 2013, p. 122)

Essa distinção, portanto, estabelece a diferença entre o eu e o Outro; o nacional e o estrangeiro; o que pode e o que não pode (algo). Por conseguinte, como ressalta Balieiro (2022, p. 23 *apud* Santos, 2005; Souza e Silveira, 2018), ao mesmo tempo em que o território é moldado, ele molda os sujeitos em que ali vivem além de ser afetado pela mobilidade humana, [que é, ao mesmo tempo] uma das causadoras da sua imobilidade a partir do recrudescimento das suas leis e normas jurídicas.

Desse modo, na contramão da premissa sustentada pela globalização, que prega um mundo sem fronteiras, Balieiro (2022) aponta que as fronteiras tendem cada vez mais a transformar, deslocar, multiplicar e alargar. Em muitos casos, as fronteiras são transformadas em muros concretos, como é o caso da fronteira entre México e Estados Unidos ou muros invisíveis por meio da sua securitização e tecnologias de controle como é o caso da fronteira entre a Venezuela e o Brasil. (BALIEIRO, 2022, p. 24)

Nesse sentido, questiono-me: para quem são essas fronteiras? Quais corpos são aceitos no novo território? Todos têm o mesmo acesso a ele? Quem tem o

direito de migrar dignamente? A esses questionamentos, Moulin (2011 *apud* Balieiro, 2022) explicita que

existe uma seletividade entre as pessoas que migram, no qual para algumas existem maiores facilidades ou dificuldades de acordo com a sua classe social. Para alguns, a circulação é acelerada e facilitada; o movimento é quase instantâneo, com vistos eletrônicos, fast passes, passaportes biométricos e modalidades de transporte eficientes em custo e tempo. Para outros, migrar é, se não impossível, extremamente arriscado: rotas subterrâneas, vidas e trajetórias invisíveis, recursos escassos e, quando acaso se chegue ao destino, uma miríade de incertezas e privações. (MOULIN, 2011, p. 11 *apud* BALIEIRO, 2022, p. 23)

Logo, as fronteiras são construídas para as minorias, para os sujeitos que não têm prestígio social (dinheiro, *status*, determinada nacionalidade). Esses corpos, portanto, não têm valor, podem ser invisibilizados, torturados, mortos, como o cruel caso do jovem congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, morto a pauladas por quatro homens, na Barra da Tijuca, no dia 24 de janeiro de 2022. Segundo familiares da vítima, o jovem teria sido morto por cobrar dois dias de pagamentos atrasados de seu empregador⁹. Esse crime tem por eixos centrais o racismo, a intolerância, a xenofobia: a coisificação do ser humano.

A partir desse fatídico episódio, é possível observar a territorialização precária de Moïse, no território escolhido por ele, e por sua família, para começar uma nova vida. Ao cobrar por seus direitos (receber pagamento pelo trabalho feito), ele passa de trabalhador a alvo/inimigo, pelas pessoas que controlam aquele espaço (o quiosque, onde ele trabalhava). Mas, o que legitima tamanha barbaridade? Como é possível que algo assim aconteça?

Isso porque, como explicita Haesbaert (2004), a territorialização envolve sempre uma relação de poder ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, [nesse sentido] é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal,

haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma

⁹ Reportagem disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-caso-moise-e-o-racismo-nosso-de-cada-dia/>. Acesso em: 10/04/2023.

outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta por seus desterritorializadores. Esta constatação, muito mais do que um mero jogo de palavras, é extremamente importante, pois implica identificar e colocar em primeiro plano os sujeitos da des-re-territorialização, ou seja, quem des-territorializa quem e com que objetivos. Permite também perceber o sentido relacional desses processos mergulhados em teias múltiplas onde se conjugam permanentemente distintos pontos de vista e ações que promovem aquilo que podemos chamar de territorializações desterritorializantes e desterritorializações reterritorializadoras. (HAESBAERT, 2004, p. 259)

Sendo assim, uma vez que se trata de um processo transpassado por relações de poder, a territorialização de alguns pode ser definida por outros. Por isso, quando isso acontece, importa saber quem delimita ou controla esse espaço e quais podem ser as consequências desse processo (BIZON, 2013, p. 123). Assim, ao se posicionar como sujeito de direito, no território no qual estava inserido, Möise se depara com os “donos da terra”, com os nacionais, que não aceitam serem questionados por um jovem refugiado, negro, africano. À vista disso, é possível questionar: Möise de fato estava territorializado? O que restava a Möise, a não ser lutar pelo básico (direito a receber pelo tempo que trabalhou)?

Segundo Bizon (2013), quando definimos o território de alguém, ou seja, quando ele é de alguma maneira imposto, muito mais que construído, não há uma territorialização de fato, pois ser “territorializado” sem opção ou sem grandes interferências ou agências, significa desterritorializar-se. [Assim], para reterritorializar, é preciso haver um movimento de resistência ao que é determinado pelo outro, pois quando não exercemos efetivo domínio e apropriação sobre o território, mesmo quando ocupamos um espaço físico aparentemente bem definido, continuamos desterritorializados (BIZON, 2013, p. 123).

Apesar de lamentáveis situações contra imigrantes ao redor do mundo, como já exemplificado ao longo dessa dissertação, os deslocamentos seguem sendo cada vez mais intensos. Balieiro (2022) afirma que estamos presenciando uma dilatação territorial, fronteiras que não cabem mais em si e estão sendo retraçadas pelas mobilidades humanas e seus processos de subjetivação (BALIEIRO, 2022, p. 25). Assim, a partir dos milhares de deslocamentos pelo mundo através dessas fronteiras, essas pessoas vão descobrindo novos espaços, constituindo novos territórios, novos modos de se conectar com esse lugar e consigo.

Para ilustrar essa realidade, Balieiro (2022) usa o exemplo de um sujeito passando por ilhas:

imagina-se o sujeito passando por várias pequenas ilhas para sobreviver ao desconhecido, em que em cada ilha habitável é uma nova conexão experienciada, um lugar que se possa ancorar até dar o próximo passo. Assim que as redes migrantes vão se formando, como um arquipélago, sabe-se que cada pedaço possível de ser habitável é uma possibilidade de ganhar forças para continuar na constituição do território. Percurso que se faz em modos instituídos e em forças instituintes. (BALIEIRO, 2022, p. 52)

Durante esses deslocamentos e experiências, essas pessoas vão passando por muitas descobertas e muitos obstáculos ao estarem nesses novos espaços, a partir de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, Bizon (2013) explica que a desterritorialização se dá pelo movimento de saída, pela linha de fuga, pela destruição, que vai, necessariamente, implicar em outro movimento, o de reterritorialização, ou seja, de criação (BIZON, 2013, p.119). Dessa maneira, o migrante ao sair de seu país, ao se desterritorializar, passa por um processo de ressignificação, se reterritorializa, buscando novas formas de ser e estar nesse novo contexto, como se verá ao longo das análises feitas nessa pesquisa.

Nesse sentido, essa própria dissertação constitui-se a partir de processos de reterritorialização, uma vez que, a partir de interseção de vários “territórios teóricos” (da Linguística, da Psicologia, da Sociologia, do Direito), vou buscando construir caminhos outros de pesquisa e de análise, estabelecendo diálogos entre esses diversos territórios, em prol de traçar um caminhar que possa abarcar a complexidade do processo de deslocamentos dos venezuelanos em situação de refúgio. Ao longo dessa jornada, ao sair de uma concepção de pesquisa que tinha em mente, centrada em uma única área, eu também me reterritorializo enquanto pesquisadores, e sigo pelo caminho da multiplicidade, da interdisciplinaridade, da alteridade.

Desse modo, no próximo capítulo explicitarei o que me tocou e me levou a pesquisar sobre o refúgio e sobre refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro, o porquê de serem venezuelanos e não outra nacionalidade, e a razão pela qual decidi entender mais sobre suas subjetividades.

2 TOQUE: UMA HISTÓRIA DE AFETOS E TROCAS

Particularmente, o que me tocou e suscitou o meu interesse por pesquisar acerca de pessoas em situação de refúgio foi o movimento migratório dos venezuelanos, que se intensificou sobretudo a partir de 2017 no RJ. Naquele momento, eu no meu quarto ano da graduação em Letras, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (doravante UERJ), pensei que poderia contribuir à inserção daquelas pessoas na sociedade a partir do ensino da língua portuguesa.

Dessa forma, a partir de 2018, comecei a dar aula no projeto de extensão *Português com Refugiados*, coordenado pela professora Poliana Arantes em parceria com a Organização Não-Governamental (ONG) Cáritas - RJ / PARES, cujas aulas são ministradas no 10º andar na UERJ. Permaneci dando aula até abril de 2022.

Durante a pandemia de covid-19, foi necessário adaptar-se ao contexto de *lockdown* e de fechamento provisório da Universidade. Assim, a partir de 2020, as aulas passaram a ser ministradas *online* através de plataformas como *Zoom* e *Google Meet* e assim se mantiveram até abril de 2022. As aulas voltaram a ser presenciais a partir do dia 18/04/2022. Para entrarem na UERJ, os alunos precisavam apresentar o comprovante de vacinação completo (3 doses). Ademais, foi solicitado aos alunos o uso da máscara dentro da sala de aula.

Com o passar do tempo, à medida que os alunos passaram a se sentir mais à vontade em sala de aula, e que já não me viam apenas como a professora, muitas demandas que iam para além do ensino do português emergiram. Deparei-me com questões vitais para eles como ser, sentir-se, comunicar-se, pertencer a novas realidades.

Diálogos acerca do processo de reconstrução de suas subjetividades, do sentimento de não-pertencimento, de se sentirem sempre em um entre-lugar, passaram a ser levantados por eles em sala de aula. Naqueles momentos eu me perguntava: o que mais posso fazer para ajudá-los? A partir dessas inquietações, da necessidade de dar visibilidade às vozes e às demandas desses cidadãos (venezuelanos no contexto de refúgio), bem como da já mencionada e comprovada escassez de pesquisas nessa área, surgiu e se justifica essa pesquisa.

Uma vez que estou tratando de pessoas refugiadas, tendo a designação “refugiado” diferentes abrangências, a depender do instrumento pelo qual o termo é mobilizado, a seguir explicitarei alguns desses sentidos, apresentando não apenas os conceitos mais canônicos, mas também os não reconhecidos pelos órgãos de proteção, como é o caso dos refugiados ambientais e/ou climáticas.

2.1 Diálogos: acepções de refugiado

O termo “refugiado” tem diversas designações, a depender do prisma através do qual cada pessoa olha. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, n/d)¹⁰, “refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.”

Ressalto, ademais, como mencionei no início desse trabalho, e como sinala Rizental (2017), que estes sujeitos não são refugiados. Eles estão refugiados. Ou seja, estão designados por uma condição concedida pelo país que acolhe, podendo, inclusive, alterar esta condição caso venham a casar-se com um brasileiro. Embora esse trabalho esteja alinhado à definição de refugiado apresentada acima pelo ACNUR, Rizental amplia o conceito ao afirmar que o significante refugiado não designa apenas o imigrante que vem de outro país, mas pode ser alguém que se deslocou internamente para refugiar-se em outra cidade, em outro estado. (RIZENTAL, 2017, p. 17)

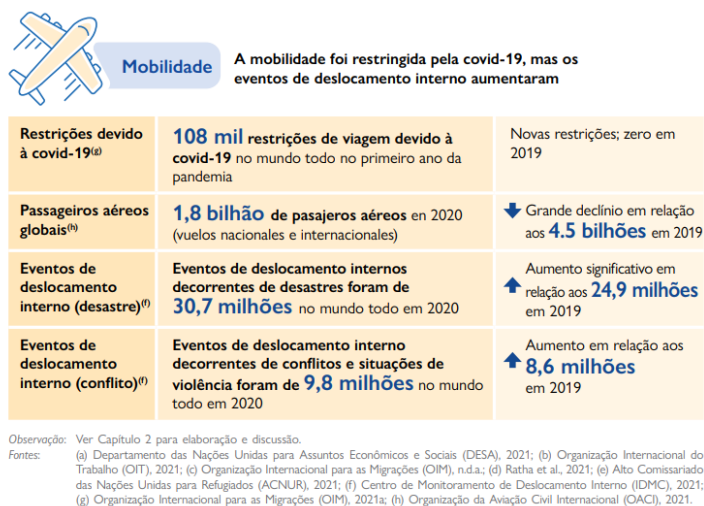
Desse modo, a minha própria história de vida se confunde com a história dos recentes deslocamentos dos venezuelanos, uma vez que aos 17 anos meu pai se desloca sozinho, do interior da Bahia para o Rio de Janeiro, sem conhecer ninguém ou ter onde morar, sem ter tido a oportunidade de estudar em seu estado natal, trazendo em sua bagagem algumas roupas e a esperança de reconstruir sua vida do

¹⁰ Definição disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20fora,direitos%20humanos%20e%20conflitos%20armados>. Acesso em 24/10/2022.

zero. A partir desse seu ato de coragem-desespero, sua filha tem a oportunidade de estudar, e, mais de 50 anos depois, estar construindo sua dissertação de mestrado, falando sobre vidas marcadas pelo deslocamento e seus percalços, assim como a vida de seu pai.

No sentido exposto acima, a designação de “refugiado” não é reconhecida e não coincide com aquela definição técnica e política feita pelo ACNUR, que, baseada na lei brasileira de refúgio nº 9474/1997, estabelece que, para ser refugiado, é preciso ser necessariamente de outro país. Logo, como já mencionado, não são consideradas as migrações internas (pessoas que se deslocam dentro de seus países por questões como seca, fome, falta de oportunidade de trabalho, desastres, conflitos etc.). Não obstante, essa falta de enquadramento apresenta-se como um problema social, uma vez que, como mostra a figura (4) a seguir, presente no Relatório Mundial sobre Migração de 2022, o número de deslocados internos não para de aumentar:

Figura 5 – Número de deslocados internos no mundo entre 2019 e 2020



Fonte: MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 4.

Mcauliffe e Triandafyllidou (2022, p. 4) ressaltam no relatório que, em 2020, o número de pessoas deslocadas internamente em todo o mundo chegou a 55 milhões, dos quais 48 milhões devido a conflitos e situações de violência [como os sírios, os iraquianos, os iemenitas, os colombianos e os ucranianos], e 7 milhões por conta de desastres induzidos por riscos naturais, mudanças climáticas e degradação ambiental. As autoras ressaltam, ademais, que

as regiões da África Austral e do Oceano Índico Ocidental são vulneráveis a uma série de perigos, pois são cada vez mais afetadas pelas mudanças climáticas que causam eventos climáticos mais extremos e aumento da frequência e intensidade dos desastres, levando a deslocamentos súbitos e crônicos de populações (incluindo inundações, surtos de doenças, tempestades e secas, assim como terremotos, incêndios florestais, deslizamentos de terra, clima extremo, atividade vulcânica e infestações de insetos), fazendo com que a região acolha de mais de seis milhões de pessoas deslocadas internamente (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 31).

Também houve deslocamentos em grande escala desencadeados por desastres climáticos e ambientais em muitas partes do mundo em 2020 e 2021, incluindo China, Filipinas, Bangladesh, Índia, Estados Unidos da América e Haiti (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 2). No entanto, essas pessoas que se deslocam por questões ambientais não são reconhecidas como refugiadas, pelo Direito Internacional.

Contudo, tendo em vista o agravamento das crises ambientais, a questão dos refugiados ambientais tem ganhado cada vez mais notoriedade, e variadas discussões têm acontecido em torno desse tema. Como destaca o *Le Monde Diplomatique Brasil* (2010 *apud* RAMOS, 2011), o ser humano está no centro desse processo e duplamente exposto, seja em razão da destruição progressiva de ecossistemas e da biodiversidade de que depende, seja pelo desaparecimento dos territórios onde vive, provocado pela desertificação, pela elevação do nível dos oceanos, pelo derretimento dos gelos ou erosão (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2010, p. 44 *apud* RAMOS, 2011, p.18).

De acordo com Ramos (2011), a degradação ambiental, natural e/ou provocada ou acelerada pela ação humana, é um fator reconhecidamente de contribuição para o aumento das migrações forçadas,

não apenas internamente, dentro do território do próprio Estado, mas também ultrapassando suas fronteiras. O inverso igualmente se confirma: o número crescente de “refugiados ambientais” também pode ser considerado importante indicador da extensão e do grau de deterioração ambiental global (RAMOS, 2011, p. 19).

No entanto, apesar dessa realidade, Ramos (2011) destaca que a definição convencional de refugiado [baseada na Convenção de Genebra de 1951] não abrange essa nova e crescente categoria. Além disso, tampouco há consenso doutrinário no tocante à utilização e abrangência do termo. À vista disso, a autora

defende a urgência do reconhecimento desse fenômeno das migrações ambientais por parte do Direito Internacional, tanto no plano internacional quanto no plano interno, além da necessidade de construção de um sistema de proteção específico para essa categoria emergente de refugiados que reconheça formalmente um status jurídico para as pessoas que se encontram nessa condição (RAMOS, 2011, p. 20).

Nessa mesma direção, Sanchez (2020) ressalta que, diante da multidão de pessoas que serão gravemente afetadas pelas mudanças climáticas e seus eventos extremos, pensando no âmbito da segurança humana, da proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente,

não é mais tolerável que se continue a ignorar o grave impacto sobre a vida de 900 milhões de seres humanos que esta vertente da crise ambiental global vem ocasionando, levando-nos, cada vez mais, à certeza de que não podemos continuar ignorando os refugiados ambientais simplesmente porque não há modo institucionalizado de lidar com eles (SANCHEZ, 2020, p. 248).

Além disso, Sanchez (2020) sinala que não apenas não existe um instrumento jurídico próprio que confira a esta espécie de deslocados forçados a concreta e categórica condição de refugiado, como também não há uma [até 2020], [...] clara definição do que realmente viria a ser um refugiado ambiental e/ou climático (SANCHEZ, 2020, p. 252). Por conseguinte, essa realidade faz com que milhões de pessoas fiquem à deriva, sem a devida proteção / direitos / tratamentos que o Direito Internacional atualmente obriga os Estados a conferirem aos demais refugiados (SANCHEZ, 2020, p. 252).

Não obstante, esforços têm sido feitos a fim de ampliar o alcance normativo do conceito de refugiado. Um primeiro exemplo desses esforços é a Declaração de Cartagena de 1984, que, em linhas gerais, passou a abarcar não apenas as vítimas da Segunda Guerra Mundial, como o faz a Convenção de 1951, mas também quaisquer pessoas que se sintam ameaçadas ou tenham seus direitos violados em seus países (tanto a Declaração de Cartagena, quanto a Convenção de 1951, serão apresentada no próximo subcapítulo). Outro exemplo dos esforços de ampliação do conceito de refugiado é a Convenção da Organização da Unidade Africana, de 1969 (OUA), que, no segundo parágrafo do artigo I, determinará que

II – O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.¹¹

Sendo assim, refugiado não é apenas o sujeito que saiu do seu país por questões de guerra ou perseguição, mas também a pessoa que precisou deixar seu país por questões outras como agressão, invasão de outro país a seu país, agressão etc. Embora não inclua especificamente a questão ambiental, ao compararmos a concepção de refugiado da Convenção da OUA, com o conceito de refugiado da Convenção de 1951, percebe-se a ampliação do conceito de refugiado.

Retomando a questão dos refugiados ambientais e da degradação do meio ambiente, em seu texto Sanchez (2020, p. 253) cita a então ministra da Noruega, Brundtland, que já nos anos 70, bem antes do total florescimento e evidência dos problemas ambientais de escala global e das mudanças climática, proclamava que o meio ambiente é “essencial para o bem-estar e para o gozo de direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida”, e que todo o ser humano tem o direito fundamental à “liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna”.

Esse meio ambiente, segundo Sanchez (2020), com a ascensão da direita e extrema direita especificamente no Brasil e na América Latina de modo mais amplo, tem sido ameaçado a partir do enfraquecimento das políticas e agendas ambientais e sociais progressistas. O autor ressalta sua preocupação uma vez que, para ele,

estes políticos e partidos de direita e/ou extrema-direita, no Brasil e no mundo, têm, em grande parte do seu conjunto de propostas e planos de governo, em geral, apresentado um discurso negacionista e/ou de forte resistência diante da questão das mudanças climáticas, favorável à economia do petróleo e um conjunto de propostas que em geral representam graves ameaça para a manutenção e promoção da proteção dos direitos humanos, políticos, civis e ambientais, no âmbito interno e externo, por parte desses países (SANCHEZ, 2020, p. 255).

Nesse sentido, com o agravamento da deterioração do meio ambiente, a partir dos constantes aumentos de fluxos de deslocados por questões ambientais a nível global, é imprescindível que haja uma reformulação / ampliação, por parte dos

¹¹ Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf. Acesso em: 03/04/2023.

órgãos competentes, do conceito de refugiado, a fim de que essas pessoas possam recomeçar suas vidas dignamente no lugar para o qual estão se deslocando. É imperativo, ademais, que a sociedade esteja atenta à defesa de seus direitos (seja direitos humanos, seja políticos, seja socioambientais etc.), a fim de evitar maiores violações / retrocessos deles.

Uma vez tendo apresentado concepções de refugiados e as problemáticas, sobretudo em torno do conceito de refugiados ambientais, no capítulo a seguir traçarei uma breve jornada do refúgio, indo desde os refugiados vindouros do contexto da Segunda Guerra Mundial, passando pelas ações que contribuíram para o debate e ampliação da proteção internacional dos refugiados, até chegar a aprovação da Convenção sobre o Estatuto de Refugiados da ONU (1951) e a ampliação dessa convenção, a partir da Declaração de Cartagena (1984), em cuja definição me ancorei nessa pesquisa.

2.2 Jornada do Refúgio e de Refugiados no mundo e no Brasil

Como ressaltado no início desse trabalho, o tema do refúgio (e dos refugiados) não é de hoje. Por diversos motivos (políticos, religiosos, sociais etc.), milhões de pessoas ao longo da história já tiveram que deixar seus países de origem em busca de proteção. De acordo com Barreto (2010),

a pesquisa histórica identifica que regras bem definidas para refúgio já existiam na Grécia antiga, em Roma, Egito e Mesopotâmia. Naquela época, o refúgio era marcado pelo caráter religioso, em geral concedido nos templos e por motivo de perseguição religiosa. [Ainda segundo Barreto, o caráter religioso do refúgio foi perdido a partir da criação do sistema diplomáticos e de embaixadas, no qual o refúgio] passa a ser assunto de Estado, baseado na teoria da extraterritorialidade. Atribuía-se ao embaixador a prerrogativa de conceder a proteção nos limites de sua embaixada ou residência. Hoje, a teoria da territorialidade de uma delegação diplomática não mais prevalece e foi substituída pela teoria da jurisdição. (BARRETO, 2010, p. 12)

Entretanto, faz-se necessário sinalar que, ainda que Barreto mencione a perda do caráter religioso do refúgio, o refugiado por motivos religiosos não deixou de existir. Caso contrário, não haveria, por exemplo, leis reconhecendo como refugiado pessoas perseguidas por motivos de religião (artigo 1º da Lei nº 9.474).

Seguindo, portanto, com a questão do refugiado, embora a existência de refugiados se confunda com a história da humanidade, apenas no século XX, a partir da Sociedade das Nações, estes sujeitos ganharam efetiva proteção pela comunidade internacional (Barreto, 2010, p. 13). Assim, pode surgir o questionamento: por que no século XX? O que levou a essa mudança?

A essa indagação Barreto explicita que

o fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ruína do Império Otomano colocaram o mundo diante de movimentos massivos de pessoas, com cerca de 1,5 milhão de deslocados e refugiados. Naquela época [século XX, com a Sociedade das Nações], a comunidade internacional teve de enfrentar o problema de definir a condição jurídica dos refugiados, organizar o assentamento ou repatriação e realizar atividades de socorro e proteção. (BARRETO, 2010, p. 13)

Barreto (2010) menciona, ademais, a Segunda Guerra Mundial, em que dezenas de milhões de pessoas se espalharam pelo mundo, a grande maioria fugindo do nazismo. Sendo assim, como ressalta Barreto (2010), em 1943 foi criada a Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA), cujo objetivo era melhorar as condições terríveis nas áreas devastadas pelo conflito que haviam sido liberadas pelas tropas aliadas (ANDRADE, 2006, p. 49).

Posteriormente, emergiram ações importantes que contribuíram para o debate e à ampliação da proteção internacional dos refugiados: a Conferência de Bermudas (1993), a Assembleia Geral das Nações Unidas (1946), a criação da Organização Internacional de Refugiados (OIR) (1947), voltada para lidar com os refugiados da Segunda Guerra Mundial, e a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1950), que tinha por objetivo inicial ajudar milhões de europeus vítimas da Segunda Guerra Mundial, e até hoje, mais de 70 anos depois, segue atuando na proteção e ajuda a refugiados em todo o mundo.

Não obstante, apesar dessas referidas ações em prol dos refugiados, ainda não havia um instrumento normativo que pudesse definir claramente quem é uma pessoa refugiada, o alcance da proteção internacional e a busca de solução durável para esses casos (BARRETO, 2010, p. 15). Realidade essa que mudou, ao ser aprovada a Convenção sobre o Estatuto de Refugiados (1951). Dessa maneira, a Convenção de 1951, das Nações Unidas, no capítulo 1, Artigo 1º, passou a definir o termo “refugiado” como aquela pessoa que

em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951)¹²

Essa definição segue sendo uma das mais usadas até a contemporaneidade, mas não contempla a condição dos refugiados venezuelanos, por exemplo. Desse modo, a fim de ampliar os dispositivos da Convenção de 1951, voltando-se mais especificamente à região das Américas, foi assinada, na Colômbia, a Declaração de Cartagena (1984), que ampliou o conceito de refugiado, passando a considerar também como refugiados

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.¹³

À vista disso, uma vez ampliado o conceito global da ONU, levando em conta o contexto latino-americano, muitos outros sujeitos até então não contemplados, passaram a ser protegidos, como é o caso dos venezuelanos em situação de refúgio no Brasil. Portanto, é nessa concepção de refugiado (da Declaração de Cartagena) que me ancoro nessa dissertação. Sendo assim, uma vez tendo abordado o contexto do refúgio e de seus instrumentos normativos, não posso deixar de tratar das pessoas que vivem nesse contexto, ao redor do mundo.

De acordo com o mais recente relatório Tendências Globais¹⁴, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final de 2022 estimava-se que havia 108.4 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o

¹² Convenção disponível no *site* organizacional do ACNUR: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>.

¹³ Declaração disponível no *site* organizacional do ACNUR: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf

¹⁴ Tradução livre: O foco principal deste relatório é a análise de mudanças e tendências de deslocamento forçado de janeiro a dezembro de 2022 entre pessoas abrangidas pelo mandato do ACNUR. Os dados apresentados são baseados em informações recebidas até 31 de maio de 2023 exceto quando for indicada [outra data] (UNHCR, Global Trends, 2023, p. 4).

mundo, como resultado de perseguição, conflito, violência, violação dos direitos humanos ou por conta de eventos que perturbam gravemente a ordem pública (UNHCR, 2023, p. 2).

Essa cifra, segundo Grandi (2023), Alto Comissário da ONU para Refugiados, representa um crescimento de 21% (19 milhões de pessoas), em comparação ao final do ano de 2021. Ou seja, mais de 1 em cada 74 pessoas, em todo o mundo, permaneceu na situação de deslocamento forçado, sendo quase 90% delas provenientes de países de baixa e média renda (GRANDI, 2023, p. 7).

Para se ter ideia, Grandi (2023) ressalta que o número de pessoas deslocadas forçadas, é superior à população do Equador, da Holanda e da Somália, sendo esse o maior aumento da história, de um ano para o outro, de acordo com as estatísticas do ACNUR sobre deslocamento forçado. Além disso, o Alto Comissário sinala que, durante os primeiros cinco meses de 2023, o deslocamento forçado continuou aumentando. O ACNUR estima que o número global provavelmente exceda 110 milhões de pessoas, no momento da redação desse relatório, em maio de 2023 (GRANDI, 2023, p. 7).

Por conseguinte, pode surgir a pergunta: a que se deve tamanho aumento, entre os anos mais recentes (2021-2022)? O principal fator apontado foi a invasão da Rússia à Ucrânia, em fevereiro de 2022, que levou ao deslocamento de 11,6 milhões de ucranianos até o final do ano de 2022, sendo 5,9 milhões dentro do próprio país, e 5,7 milhões que fugiram para países vizinhos e outros países (GRANDI, 2023, p. 8). Além disso, destaca-se que mais de 2 em 5, das novas solicitações de asilo, foram feitas por pessoas da América Latina e do Caribe, notadamente de Cuba, da Nicarágua e da Venezuela (5,2 milhões de pessoas com necessidade de proteção internacional, principalmente da Venezuela, foram relatados no final de 2022) (GRANDI, 2023, p. 9).

Outro fator que elevou o número de deslocamentos forçados, a nível global, foram os deslocamentos internos, que, em 2022, atingiu novo recorde. Até o final de 2022, 71,1 milhões de pessoas viviam deslocadas internamente, o que representou um aumento de 20% dentro de um ano, e o maior número já registrado na história (INTERNACIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023). Trata-se de uma realidade que ganha novos capítulos a cada dia, e que se apresenta como um desafio para países, Estados, que precisam buscar maneiras para lidar com o deslocamento de milhares de pessoas.

Grandi (2023) salienta que esses números nos mostram que algumas pessoas são muito rápidas para correr para o conflito, e lentas demais para encontrar soluções. A consequência disso é a devastação, o deslocamento e a angústia para cada uma das milhões de pessoas arrancadas à força de suas casas¹⁵ (GRANDI, 2023, p. 7). Essa ineficiência política, em lidar com migrações massivas, não fica restrita à Europa ou à América do Norte, por exemplo, mas é observada também no Brasil.

No entanto, antes de abordar a inaptidão do governo brasileiro em lidar com migrantes, refugiados e refugiadas, mais especificamente dos venezuelanos, me parece importante explicitar um panorama histórico sobre o refúgio no Brasil, partindo do início dos fluxos migratórios no Brasil, passando pela adesão do Brasil à Declaração de Cartagena, e pela Lei brasileira de refúgio e seus desdobramentos, já que as ações tomadas (ou não) na atualidade, são também efeito de todos os passos previamente dados pelo país, em prol desse público.

Como destacam Bortoloto e Santos (2018), o nosso país sempre conviveu com a imigração internacional, especialmente a relacionada com o sistema produtivo. Para exemplificar as autoras mencionam os colonizadores portugueses, africanos na condição de escravizados, trabalhadores livres de descendência europeia e demais nacionalidades que migraram para o país (BORTOLOTO; SANTOS, 2018, p. 44). O Brasil é, portanto, construído e constituído a partir de processos migratórios. Entretanto, embora a questão da imigração seja um fator constitutivo do que é o Brasil e o brasileiro, o percurso em direção à adesão a Convenções de proteção a imigrantes refugiados, assim como à criação de leis, que lhes assegurasse uma vida digna no país, foi longo e demorado.

O país aderiu à Convenção de 1951 em 1960. Entretanto, Barreto (2010) ressalta que o ACNUR só marcou sua presença na América Latina duas décadas depois, e com ações importantes empreendidas apenas na América Central, mantendo pouca atuação na América do Sul. Em um contexto (1970) em que o Brasil (e quase toda a América do Sul) vivenciava uma sequência de regimes de exceção, com ditaduras que forçavam a saída de milhares de pessoas para o exterior,

¹⁵ Citação original: These figures show us that some people are far too quick to rush to conflict, and way too slow to find solutions. The consequence is devastation, displacement, and anguish for each of the millions of people forcibly uprooted from their homes (GRANDI, 2023, p. 7).

o papel do Acnur era de acompanhar essa movimentação, tendo a igreja católica assumido a principal tarefa de proteger os brasileiros, fazendo com que saíssem e se refugassem no exterior. O Brasil não desenvolveu sua política de proteção internacional de refugiados porque havia, então, um movimento contrário, de saída do Brasil de milhares de brasileiros em razão da ditadura. Entretanto havia muitos casos de pessoas perseguidas de países vizinhos que atravessavam a fronteira para resguardar suas vidas no Brasil porque sequer contavam com condições documentais ou econômicas de empreender uma viagem de maior duração para um continente mais distante. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a de São Paulo, desde 1975, ajudaram argentinos, chilenos, uruguaios que procuravam acolhida no Brasil, mesmo com o risco de, se fossem descobertos, serem entregues ao governo do país de origem. (BARRETO, 2010, p. 17)

Barreto (2010) afirma que o fluxo de refugiados no Brasil começou a aumentar no início dos anos 1980, com o processo de redemocratização da Angola: chegaram milhares de angolanos em razão da guerra civil naquele país. Dois anos depois, em 1982, a presença do ACNUR foi oficialmente aceita no país. Entretanto, havia um obstáculo,

como o Brasil, ao aderir à Convenção de 1951, assumiu o dispositivo da reserva geográfica, considerava como refugiados apenas os refugiados europeus, o Acnur, então, inicia diálogo com o governo brasileiro no sentido de buscar a suspensão dessa reserva geográfica, permitindo que todos os refugiados de qualquer parte do mundo fossem assim recebidos. (BARRETO, 2010, p. 18)

Barreto salienta que, após a primeira tentativa de levantamento da reserva, em 1986, o Brasil recebeu 50 famílias de refugiados iranianos (primeiro grupo de refugiados não-europeus), que eram perseguidos em seu país por professarem a fé “Bahá’í”. Três anos depois, em 1989, por meio do decreto nº 98.602, o Brasil levantou a reserva geográfica, aderindo plenamente então à Declaração de Cartagena, e permitindo ao país receber um fluxo maior de refugiados, independentemente da origem dessas pessoas (BARRETO, 2010, p. 18).

Dessa maneira, com base na Declaração de Cartagena, o Brasil sancionou a Lei nº 9.474, promulgada em julho de 1997, a qual declara na Seção I:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

Reconhecimento esse que é extensivo aos demais membros da família, como discorre a seção II, do artigo 2º, que afirma que “os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional” (BRASIL, 1997).

A Lei nº 9.474 criou, ademais, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão multiministerial do qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU, por meio do ACNUR, cujo objetivo é reconhecer e tomar decisões sobre a condição de refugiado no Brasil, além de promover a integração local dessa população (ACNUR, 2016, p. 11-16).

Destaco, ainda, a Resolução Normativa do CONARE nº 29, de junho de 2019, que reconheceu o cenário de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Dessa maneira, como destaca a 6ª edição do Relatório Refúgio em Números (2021), a partir dessa resolução foi possível a análise e decisão em bloco de um conjunto significativo de processos de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado oriundos deste país (SILVA *et. al*, 2021, p. 20).

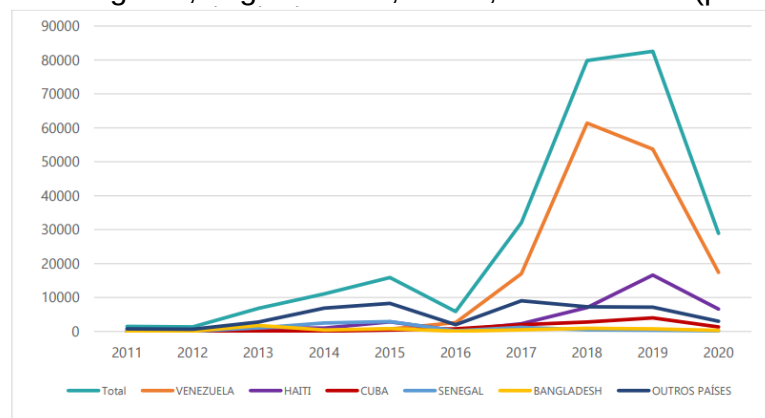
Agilizou-se, assim, o procedimento, tendo sido deferidos, em 2020, 24.030 processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e refugiadas venezuelanas – número que representa 96,6% das decisões de deferimento de refúgio no ano de 2020.¹⁶ Foram deferidos, também, processos que envolviam solicitantes de refúgio sírios (93,0%), iraquianos (92,1%) e afegãos (87,5%), [sendo os menos deferidos] os angolanos (3,2%) e os cubanos (3,9%) (SILVA *et. al*, 2021, p. 22 - 23).

Embora se trate de um número expressivo de deferimentos de refugiados em 2020, o pico de solicitações de reconhecimento da condição de refúgio, no entanto, se deu entre 2017 e 2019. Em 2019, 82.552 pessoas solicitaram reconhecimento da condição de refugiado ao Brasil, sendo os venezuelanos e os haitianos os que mais se destacaram entre 2011 e 2020, representando, em conjunto, 72,2% do total de

¹⁶ Dados disponíveis em: Refúgio em Números - 6ª edição. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>.

solicitações ao longo da última década (SILVA *et. al*, 2021, p. 35), como é possível ver no gráfico (4) e na tabela (1):

Gráfico 4 – Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano, Brasil, 2011 – 2020 (principais países)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

(*) Foi utilizada a variável "nacionalidade" de 2011 a 2015 e "país de nascimento" de 2016 a 2020.

Fonte: SILVA *et al.*, 2021, p. 36 (Refúgio em Números, 6. ed.).

Tabela 1 – Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual (*) - Brasil, 2011-2019

Principais países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	1.465	1.345	6.810	11.069	15.906	8.719	32.009	79.831	82.552
Venezuela	3	1	49	191	717	2.601	16.999	61.391	53.713
Haiti	559	470	1.112	991	2.815	243	2.253	7.020	16.610
Outros	903	874	5.649	9.887	12.374	5.875	12.757	11.420	12.229

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

(*) Foi utilizada a variável "nacionalidade" de 2011 a 2015 e "país de nascimento" de 2016 a 2019.

Fonte: SILVA *et al.*, 2020, p. 29 (Refúgio em Números, 5ª Edição).

A partir de março de 2020, em decorrência das medidas de restrições à entrada de estrangeiros no Brasil, por conta da pandemia de Covid-19, como a Portaria nº 654, de 28 de maio de 2021, no artigo 2º, que determinava a restrição à entrada no País, de estrangeiros de qualquer nacionalidade, por rodovias, por outros meios terrestres ou por transporte aquaviário (BRASIL, 2021), diminuiu-se o número de solicitantes de refúgio. Segundo Cavalcanti e Oliveira (2020), observa-se através dos dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), disponíveis desde 2010, que a

queda ocorrida nos movimentos (entradas e saídas) [em termos gerais, tratando-se de todos os públicos] nas fronteiras brasileiras a partir de março de 2020,

não tem precedentes na série histórica. A título de ilustração, o volume médio mensal de movimentos no ano de 2019 era de quase 2,5 milhões, enquanto, nos meses de abril e maio de 2020, esse número girou em torno de 90 mil, caindo ainda para menos de 40 mil em junho e julho. Observa-se, ainda, que os movimentos voltaram a aumentar no mês de agosto, mas ainda sem chegar a um patamar comparável ao que se observava nos anos anteriores (menos de 200 mil). (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 15)

Abordando especificamente o fluxo migratório em Roraima, Cavalcanti e Oliveira (2020) salientam a queda de quase 80% dos registros migratórios nesse estado, que ao fazer fronteira com a Venezuela, é o *locus* da maior parte dos fluxos de refugiados venezuelanos, sendo também uma porta de entrada importante para outras nacionalidades (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 22). Assim, a partir dessa realidade, é possível ter uma dimensão mais precisa sobre o impacto da pandemia na imigração para o Brasil (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 23).

Tratando especificamente dos venezuelanos no contexto de refúgio, de acordo com Silva *et. al* (2021), em 2020 17.385 venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado, que corresponderam a cerca de 60,2% do total de solicitações de reconhecimento (SILVA *et. al*, 2021, p. 9). Em 2021, por sua vez, houve 22.856 solicitações de venezuelanos no Brasil (JUNGER *et. al*, 2022, p. 11), subindo para 33.753 pessoas solicitações, em 2022 (JUNGER *et. al*, 2023, p.10).

Destarte, tendo apresentado brevemente o contexto de refúgio no Brasil, a partir da explicitação das leis sobre o refúgio e os refugiados, aderidas pelo país, desde a Convenção de 1951 em 1960, passando pela Declaração de Cartagena em 1989, até chegar à Lei nº 9.474, promulgada em 1997, assim como as nacionalidades que tiveram suas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado deferidas no Brasil ao longo dos anos, uma vez que não estou trabalhando com dados estatísticos, mas com pessoas, com vidas, com histórias, a seguir me aprofundarei na contextualização dos refugiados residentes no Brasil a fim de apresentar quem são, como vivem, quais são os serviços sociais que têm acesso, quais são suas necessidades etc.

2.3 Mais do que números, pessoas

A partir de toda a contextualização prévia sobre o refúgio no Brasil, pode surgir a seguinte pergunta: quem são essas pessoas? Segundo os dados apresentados pelo relatório Refúgio em Números (2021), entre os anos de 2011 e 2020, predominaram as pessoas do sexo masculino solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, correspondendo a 61,5% do total de pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, enquanto as mulheres representaram 38,1% desse total. É destacado, ainda, que

no período 2011-2020 foram observadas 1.104 pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado sem informação de sexo registrada na base de dados da Polícia Federal. Estes solicitantes corresponderam a 0,4% do total de pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no período analisado. (SILVA *et al.*, 2021, p. 38)

É possível observar essa realidade, portanto, na tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual (*), Brasil, 2011-2020

Principais Países	Homens	Mulheres	Não Informado
Total	61,5	38,1	0,4
VENEZUELA	54,8	45,2	0,0
HAITI	61,5	38,1	0,4
CUBA	62,3	37,5	0,2
SENEGAL	97,5	2,1	0,4
BANGLADESH	97,5	1,7	0,8
CHINA	61,4	38,6	0,0
ANGOLA	54,2	44,7	1,1
SÍRIA	70,3	28,4	1,3
NIGÉRIA	88,0	10,9	1,1
GANÁ	92,0	7,0	1,0
OUTROS PAÍSES	73,5	24,2	2,3

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

(*) Foi utilizada a variável "nacionalidade" de 2011 a 2015 e "país de nascimento" de 2016 a 2020.

Fonte: SILVA *et al.*, 2021, p. 39 (Refúgio em Números, 6ª Edição).

Como é possível observar na tabela (2), independentemente da nacionalidade, houve a predominância de homens ao longo desse período. Além disso, de acordo com o relatório de 2021, em 2020 a maioria desses sujeitos eram crianças e adolescentes menores de 15 anos, seguido por pessoas entre 25 e 39 anos, e, em terceiro lugar, pelo grupo de 15 e 24 anos de idade. Tratava-se, portanto, de um perfil jovem de migrantes, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 – Distribuição das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por grupos de idade, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2020.

Principais Países	Menor que 15 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
VENEZUELA	5.880	4.307	4.443	1.490	817	448
HAITI	344	2.080	3.642	428	94	25
CUBA	130	166	677	240	120	14
CHINA	x	119	313	95	32	x
ANGOLA	65	76	161	41	15	x
BANGLADESH	x	106	175	33	x	x
NIGÉRIA	x	x	130	53	17	-
SENEGAL	-	39	142	25	x	x
COLÔMBIA	40	28	65	24	15	10
SÍRIA	13	46	41	x	x	12
OUTROS PAÍSES	178	285	770	218	76	38

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado – Brasil, 2020.

Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;

(x) Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;

Fonte: SILVA *et al.*, 2021, p. 14 (Refúgio em Números, 6ª Edição).

Quanto aos menores de idade venezuelanos, trata-se de um segmento populacional que corresponde a 33,8% do total de venezuelanos solicitantes do ano de 2020, ou ainda, 20,3% do total de pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, no Brasil, naquele ano. Diante dessa realidade,

os venezuelanos representaram 88,1% das pessoas solicitantes com menos de 15 anos de idade, o que demonstra que a significativa incidência de crianças e adolescentes solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado apresenta-se fortemente correlacionada com as dinâmicas de mobilidade internacional forçada venezuelana. (SILVA *et al.*, 2021, p. 14)

Ao buscar atualizar esses dados, a partir do Relatório Refúgio em Números de 2022, o perfil das pessoas solicitantes, com menos de 15 anos, cresceu ainda mais em 2021, chegando a 9.214 solicitações, superando, assim, os grupos de 25 a 40 anos de idade (9.096) e de 15 e 25 anos de idade (6.329) (JUNGER *et al.*, 2022, p. 17). O mesmo aconteceu em 2022: pessoas com menos de 15 anos continuaram sendo o maior grupo de pessoas solicitantes (12.444), seguido pelos grupos entre 25 e 40 anos (8.284), e entre 15 e 25 anos (7.821) (JUNGER *et al.*, 2023, p.16).

Outra mudança significativa, em 2021, aconteceu no perfil (homens e mulheres) das solicitações. Segundo Junger *et al.* (2022, p. 18), o número de solicitantes mulheres com 60 anos ou mais de idade foi relativamente superior (50,6%) ao de homens na mesma faixa etária. Partindo de um contexto que, até

então predominava a presença masculina, passou-se a uma realidade na qual o número de solicitação da condição de refúgio do total de mulheres superou a do total de homens:

Em 2021, os solicitantes venezuelanos representavam 75% do total de homens e 82,6% do total de mulheres que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado ao Brasil no período analisado. Os angolanos constituíram o segundo grupo mais significativo, correspondendo a 6,2% do total de homens e a 7,4% do total de mulheres que solicitaram refúgio ao Brasil naquele ano (JUNGER *et al.*, 2022, p. 14).

Nesse sentido, Oliveira e Tonhati (2022) destacam que a feminização das migrações no Brasil, portanto, é um fenômeno social que se inicia a partir de 2015, e que vem se consolidando nos últimos anos

com um crescente número de mulheres adentrando as fronteiras nacionais e se estabelecendo no mercado de trabalho, com exceção do ano de 2020 e parte de 2021, quando a pandemia de Covid-19 afeta de forma brusca a mobilidade das imigrantes. Junto ao aumento no número de mulheres, observa-se um novo processo nas migrações internacionais para o país, em que há a chegada de mais crianças e adolescentes (OLIVEIRA; TONHATI 2022, p. 9).

Não obstante, observando os dados a partir de um panorama global, o número de solicitantes homens segue sendo superior ao de mulheres:

Tabela 4 – Proporção de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2021

Idade	Total	Homens	Mulheres	Não informado
Total	100,0%	53,7%	46,3%	0,0%
VENEZUELA	100,0%	51,3%	48,7%	0,0%
ANGOLA	100,0%	49,2%	50,8%	0,0%
HAITI	100,0%	57,1%	42,9%	0,0%
CUBA	100,0%	56,5%	43,5%	0,0%
CHINA	100,0%	60,6%	39,4%	0,0%
GANÁ	100,0%	89,9%	10,1%	0,0%
BANGLADESH	100,0%	96,1%	3,9%	0,0%
NIGÉRIA	100,0%	78,0%	22,0%	0,0%
ÍNDIA	100,0%	89,9%	10,1%	0,0%
COLÔMBIA	100,0%	52,9%	47,1%	0,0%
PERU	100,0%	51,6%	48,4%	0,0%
LIBANO	100,0%	72,2%	27,8%	0,0%
GUINÉ	100,0%	85,7%	14,3%	0,0%
SENEGAL	100,0%	93,7%	6,3%	0,0%
SÍRIA	100,0%	64,8%	35,2%	0,0%
CAMARÕES	100,0%	68,4%	31,6%	0,0%
MARROCOS	100,0%	89,5%	10,5%	0,0%
NEPAL	100,0%	98,2%	1,8%	0,0%
PAQUISTÃO	100,0%	73,2%	26,8%	0,0%
GUINÉ-BISSAU	100,0%	74,4%	25,6%	0,0%
OUTROS PAÍSES	100,0%	65,0%	34,9%	0,1%

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal. Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

Fonte: JUNGER *et al.*, 2022, p. 15 (Refúgio em Números, 7ª Edição).

Quanto aos deferimentos dessas solicitações, embora em 2021 o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado tenha sido superior a 2020, houve queda no número de deferimentos ao longo do ano de 2021, em comparação a 2020. Junger *et al.* (2022) explica que, essa diminuição decorreu do fato de não ter sido usado, com tanta frequência ao longo de 2021, o inciso III do artigo 1º da Lei nº 9.474, de 1997, que como já mencionado, reconhecia o contexto de grave e generalizada violação de direitos humanos da Venezuela.

Esse dispositivo, segundo o relatório, foi especialmente impactante para cerca de 56 mil nacionais da Venezuela, os quais foram reconhecidos, em sua maioria, por decisões em bloco publicadas no Diário Oficial da União em 2019 e 2020. (JUNGER *et al.*, 2022, p. 50). Sendo assim, em 2021 o CONARE decidiu pelo deferimento de 769 processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

Além disso, em 2021 foram deferidos 2.317 processos de extensão dos efeitos da condição de refugiado, que garante que os efeitos da condição de refugiado sejam estendidos a certos membros da família do refugiado, desde que se encontrem em território nacional. Esses processos, portanto, resultaram no reconhecimento, por parte do CONARE, de 3.086 pessoas refugiadas no Brasil (JUNGER *et al.*, 2022, p. 50).

Junger (2022) ressalta ainda, que o quantitativo de pessoas reconhecidas como refugiadas pelo CONARE em 2021, somadas às pessoas reconhecidas até o ano de 2020 (56.925 refugiados), totalizaram 60.011 reconhecimentos, sendo os venezuelanos, no período entre 2011 e 2021, os que mais se destacaram (48.789). O relatório abre um parêntese e esclarece que

o total de refugiados reconhecidos até o ano de 2020, diverge daquele divulgado pela 6ª edição da publicação Refúgio em Números (57.099) em virtude do processo de atualização, revisão e consolidação da base de dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-CONARE/MJSP) ao longo do primeiro semestre de 2022 (JUNGER *et al.*, 2022, p. 26).

Ademais, quanto ao número total de reconhecimentos mencionado (60.011), é salientado que esse dado leva em consideração os reconhecimentos desde antes da criação do Comitê, no ano de 1997, pois considera os reconhecimentos realizados na vigência da Convenção de Genebra de 1951 (JUNGER *et al.*, 2022, p. 26). Em 2022, por sua vez, o número de solicitações de venezuelanos correspondeu

a 67,0% dos pedidos recebidos pelo Brasil (JUNGER *et al.*, 2023, p.10), representando 64,4% do total de homens e 70,2% do total de mulheres que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado ao Brasil (JUNGER *et al.*, 2023, p.13).

Não obstante, embora o número de solicitação seja elevado, o número de reconhecimento é menor. Assim, em 2022, das 41.297 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, 4.081 processos foram deferidos (JUNGER *et al.*, 2023, p. 22-23), sendo 2.947 deles, venezuelanos (JUNGER *et al.*, 2023, p. 25). Além disso, o CONARE deferiu 1.714 processos de solicitação de extensão dos efeitos da condição de refugiado [1.567 deles eram venezuelanos], somando-se, assim, 5.795 pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil (JUNGER *et al.*, 2023, p. 23 - 34). É válido ressaltar, ademais, contextos como os dos haitianos, que não utilizam a categoria jurídica de refugiados, para ficarem no Brasil, mas a de visto humanitário, concedido

ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2017).

De acordo com Baeninger e Peres (2017, p. 124), essa decisão, por parte do governo brasileiro, se pauta no “mito do terremoto”. Ou seja, na interpretação governamental, este é o motivo principal dessa emigração para o Brasil. Logo, os haitianos não estariam dentro das concepções de refugiado – mencionados no subcapítulo 2.1– para a concessão do visto de refúgio. As autoras ressaltam, ainda, que é preciso atentar para o fato de que à presença militar brasileira no Haiti – e ao seu propósito de missão de paz –, obviamente, não caberia, do ponto de vista do governo brasileiro, a concessão de visto de refugiado em decorrência da violência que assola o país (Baeninger; Peres, 2017, p. 125).

Em suma, o número de reconhecimentos não corresponde ao número de refugiados / estrangeiros no país. Até o momento, foram apresentados números, estatísticas. No entanto, esse trabalho é sobre pessoas, trajetórias, histórias, memórias, vivências. Dessa maneira, aprofundando mais a pesquisa, emergem indagações: 1) Onde moram essas pessoas? 2) Quais são os serviços oferecidos a

elas pelo governo? 3) Há alguma política pública governamental à promoção do ensino da língua portuguesa, por exemplo? 4) Em que situação elas vivem?

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic 2018 (IBGE, 2019), apresentada na 6ª edição do Relatório Refúgio em Números, em 2018, 58 municípios, espalhados por 18 Unidades da Federação (UFs), contavam com abrigos para o acolhimento de imigrantes, de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e de refugiados no Brasil: Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (SILVA *et al.*, 2021, p. 53).

O relatório destaca, ademais, Manaus (AM), Boa Vista e Pacaraima (RR),

municípios da Região Norte do país que passaram a receber importantes fluxos populacionais associados à dinâmica da migração e do refúgio, especialmente de pessoas oriundas da Venezuela – importante frisar que, além da sociedade civil, esses três municípios contam com estrutura do Governo Federal, materializada por meio da Acolhida, para o abrigamento dessa população (SILVA *et al.*, 2021, p. 53).

Além dos abrigos, os Centros de Referência e Assistência, bem como o oferecimento de formação e capacitação continuada interdisciplinar aos agentes públicos, que passaram a realizar atendimentos multilíngues nos serviços públicos em 47 municípios brasileiros e em 13 diferentes UFs (SILVA *et al.*, 2021, p. 56), mostraram-se importantes instrumentos de gestão migratória, uma vez que, a partir deles, os migrantes passaram a ser atendidos de maneira mais eficiente.

Entretanto, esses Centros de Referência e Assistência estavam presentes em somente cinco dos principais municípios de residência de imigrantes e solicitantes de refúgio: Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima, as capitais paulista e paranaense, e Foz do Iguaçu, também no estado do Paraná (SILVA *et al.*, 2021, p. 53-54). Sinalo que outros instrumentos de gestão migratória bem como os principais municípios onde vivem esses sujeitos encontra-se em anexo (figura 15).

Sendo a aprendizagem do novo idioma (português) de grande importância para o processo de integração dessas pessoas na sociedade brasileira, ainda de acordo com o relatório Refúgio em Números de 2021, em 2018 apenas 11 UFs contavam com municípios que ofereciam cursos de português para solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e para refugiados: Amazonas, Ceará,

Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe (SILVA *et al.*, p. 52, 2021).

No entanto, ao estreitar a análise aos principais municípios de residência de imigrantes, de solicitantes e de refugiados, a oferta é muito pequena, como é possível ver na citação e na figura (5), que se segue:

Verifica-se que somente quatro destes municípios – todos localizados nas Regiões Sul e Sudeste – ofertavam cursos de português para solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e para refugiados, em 2018: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) (SILVA *et al.*, 2021, p. 52).

Figura 6 – Municípios que oferecem curso de português para imigrantes, solicitantes de refúgio e para refugiados – 2018



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018 (IBGE, 2019).

Fonte: SILVA *et al.*, 2021, p. 52 (Refúgio em Números, 6ª Edição).

Levando em consideração que, não é explicitado no relatório como os dados sobre a oferta do curso de português (em 2018), para esse público específico, foram obtidos – 4 municípios ofertavam o curso dos mais de 5 mil municípios¹⁷ que havia no Brasil em 2018 (?) – indago-me quais foram as fontes, os instrumentos e a abrangência à realização desse levantamento (número de 4 municípios), já que o relatório não aponta às instituições / espaços que oferecem esse serviço. Além disso, apesar de mencionar o oferecimento desses cursos, e de considerar a instrumentalização do novo idioma como parte do processo de integração local

¹⁷ Dados IBGE - 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em 10/11/2022.

dessas pessoas, tampouco é mencionada a falta de políticas públicas por parte do governo federal que ofertem o ensino de português para esses sujeitos.

Ao buscar por atualizações desses dados, na 7ª edição do relatório Refúgio os Números (2022), e na 8ª edição do relatório Refúgio os Números (2023), elas não foram encontradas. Esses relatórios basearam-se na explicitação dos números de refugiados solicitantes, seus países de origem, sexo, idade, e nas ações do CONARE em 2021 e em 2022, como o número de solicitações deferidas e indeferidas, arquivamento e extinção de processos, e o porquê dessas decisões.

Retomando a pergunta a respeito da situação na qual esses migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados vivem no Brasil, a partir de 2017 com a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445), que se orienta por uma perspectiva de direitos humanos, ampliaram-se as oportunidades de acolhida aos imigrantes. Dentre os princípios da Lei (artigo 3º, parágrafo X e XI respectivamente), estão:

X – inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI – acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; (BRASIL, 2017)

Não obstante, na prática, há uma grande dificuldade por parte dos refugiados de se inserirem no mercado (formal) de trabalho, como testemunha Flor, participante da pesquisa que, ao ser perguntada se já havia conseguido trabalhar na área dela, no Brasil, e em que setor trabalhava na Venezuela, respondeu: “No, no pude trabajar en mi área, yo había trabajado ,30 años dando aulas de español y acá no pude hacerlo. Trabaje de cuidadora de niños y trabaje con un señor cuidando su casa por un tiempo. Fui vendedora en la playa.”¹⁸ Situação parecida é relatada por Marta, que na Venezuela trabalhava na Controladoria Municipal de um Estado, e no Brasil tem trabalhado como faxineira.

Dos 10 participantes da pesquisa, 9 afirmaram não ter conseguido trabalhar na sua área de formação / trabalho, sendo as únicas pessoas que relataram ter alcançado trabalhar na sua área, Luísa, que não teve uma longa experiência: “Muy pocos meses trabajé en mi área, en Venezuela trabajaba en mi área de ingeniería

¹⁸ Tradução livre: Não, não consegui trabalhar na minha área, eu trabalhei, por 30 anos dando aula de espanhol e aqui não pude fazer isso. Trabalhei como babá e trabalhei com um senhor, cuidando da casa dele por um tempo. Fui vendedora na praia.

civil”¹⁹. Um panorama geral é apresentado no capítulo de análise (tabela 11), a respeito dessa falta de colocação profissional dentro de suas especialidades.

Contrastando os enunciados dos participantes, com os contextos retratos nos documentos oficiais, como os já mencionados relatórios, chegamos a alguns fatores que podem justificar essa realidade: dificuldade de validação de seus diplomas; ausência de acordos / convênios entre o governo brasileiro e seus países de origem; xenofobia; racismo; crise econômica no país; falta de informação – será (?) – do empregador de como contratar um refugiado etc. Dessa maneira, eles não apenas não conseguem, muitas vezes, trabalhar em suas áreas de formação, como sequer têm a possibilidade de entrar no mercado formal, como se verá no capítulo (6) de análise.

Destarte, ao não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, mediante a necessidade de terem uma renda mínima, para a manutenção básica (se alimentar, pagar aluguel, comprar remédio), as pessoas são levadas a trabalhar em trabalhos informais, a fim de (sobre)viverem na sociedade. Ademais, há outro fator a ser considerado ao tratar da questão da inserção no mercado laboral formal: a escolaridade dessas pessoas.

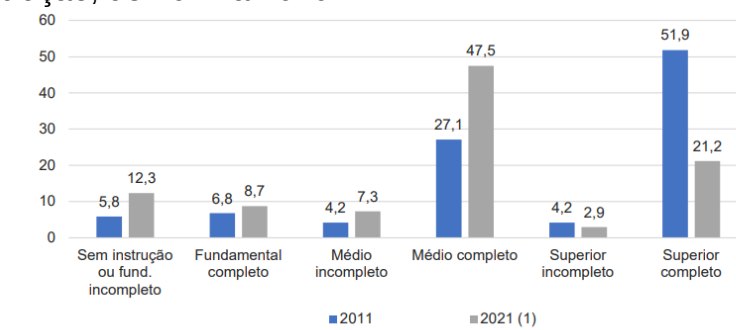
O relatório anual do Observatório das Migrações internacionais (OBMigra), de 2021, apontou à mudança do perfil educacional do trabalhador imigrante entre 2011 e 2020. Em 2011, a maioria tinha ensino superior completo ou mais (51,9%) seguido pelos de nível completo (27,1%). A partir dos novos fluxos migratórios, provenientes do Sul global, ampliou-se a proporção de imigrantes com nível médio completo (44,5% em 2020) e reduziram-se os trabalhadores de nível superior (21,2%). Aumentou também (de 5,8% para 14,1%), entre 2011 e 2020, a participação de pessoas sem instrução ou fundamental incompleto (SIMÕES; NETO, 2021, p. 132).

Quanto a 2021, segundo Neto e Simões (2022), aumentou a proporção de imigrantes com nível médio completo – que passou para 47,5% em 2021 – e redução significativa do peso dos trabalhadores de nível superior (21,2%). Houve, também, crescimento da participação de trabalhadores com escolaridade abaixo do nível médio completo, principalmente na categoria sem instrução ou fundamental incompleto, que, segundo os autores, aumentou sua participação de 5,8% para 12,3% entre 2011 e 2021 (NETO; SIMÕES, 2022, p. 103).

¹⁹ Tradução livre: Trabalhei na minha área por poucos meses, na Venezuela eu trabalhava na minha área de engenharia civil.

Em relação a divergência, referente à porcentagem de pessoas sem instrução ou fundamental completo, apresentadas nos relatórios de 2021 e 2022, acredito que decorra da revisão e atualização desses dados por parte do OBMigra. O nível de instrução é representado no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Imigrantes no mercado formal de trabalho segundo nível de instrução, de 2011 a 2020



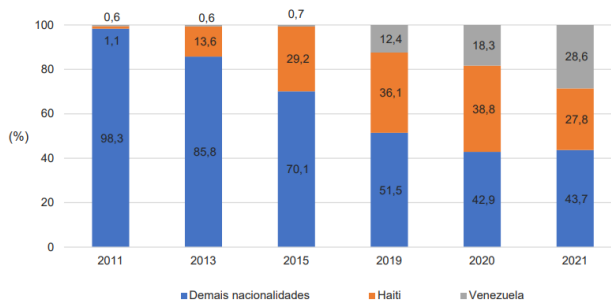
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.
 Nota: (1) Estimativa baseada na combinação do estoque 2020 com o saldo de movimentação 2021.

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 104 (Relatório Anual do OBMigra).

Neto e Simões (2022) ressaltam também que, em 2011, os nacionais da América do Sul representavam 38,1% do total de trabalhadores imigrantes. Essa marca se manteve com pequenas oscilações até 2020 (37,9%). Em 2021, a participação desses trabalhadores chegou próxima à metade do total (49,4%), impulsionada pela entrada de venezuelanos no biênio 2020-2021 (NETO; SIMÕES, 2022, p. 95).

Os autores destacam, ainda, que os venezuelanos apresentaram crescimento contínuo, passando de 0,6% para 28,6% do total das vagas ocupadas, entre 2011 e 2021, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Imigrantes no mercado formal de trabalho, segundo nacionalidades selecionadas – 2011/2013/2015/2019-2021



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011/2013/2015/2019/2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 97 (Relatório Anual do OBMigra).

Mas, em que região esses sujeitos trabalham? Neto e Simões (2022), destacam que, no início da década passada, havia uma alta concentração de trabalhadores na região Sudeste. São Paulo era responsável por 47,4% do total destes trabalhadores. O Rio de Janeiro, por sua vez, por 15,7%. Segundo Hallak Neto e Simões (2021 *apud* NETO; SIMÕES, 2022), esse contexto refletia o perfil da imigração na época,

marcada pela elevada participação de europeus e sul-americanos, imigrantes que apresentavam uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, o que se traduzia na busca por regiões com desenvolvimento mais intenso de atividades com elevado conteúdo tecnológico e científico e a existência de centros de ensino, pesquisa e gestão (HALLAK NETO; SIMÕES, *apud* NETO; SIMÕES, 2022, p. 98).

Com a intensificação da entrada dos trabalhadores imigrantes, desconcentrou-se a mão de obra do Sudeste para outras regiões. Sendo assim, a região Sul, que em 2011 era responsável por 17,0% do total de trabalhadores imigrantes no país, obteve maior participação ano a ano e alcançou 46,7% em 2021, a mais elevada dentre as regiões (HALLAK NETO; SIMÕES, 2022, p. 98). Os autores destacam, ainda, que as Regiões Sul e Centro-Oeste ampliaram ainda mais seus pesos no mercado de trabalho formal de imigrantes, ao passo que Sudeste e Nordeste mantiveram trajetória de queda,

ainda que tenham registrado aumento no volume de trabalhadores. O elevado crescimento do volume de haitianos e venezuelanos, nos anos mais recentes, e o direcionamento de parte deste contingente para as atividades vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio, em setores de

abate de animais para a exportação, são elementos que contribuem para explicar este movimento (OLIVEIRA, 2016; HALLAK NETO; SIMÕES, 2021 *apud* HALLAK NETO; SIMÕES, 2022, p. 100).

Essa realidade pode ser observada na tabela (4), que oferece um panorama geral do total de trabalhadores formais por região, dentro do marco temporal 2011 - 2021:

Tabela 5 – Número absoluto relativo a trabalhadores imigrantes, segundo grandes regiões e UFs. – Brasil, 2011/2013/2015/2019-2021

Brasil e Grande Regiões	2011		2013		2015		2019		2020		2021 (1)	
	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)
Brasil	62.423	100	92.011	100	127.879	100	159.793	100	182.995	100	187.955	100
Norte	2.690	4,3	3.653	4,0	3.781	3,0	9.217	5,8	10.905	6,0	12.277	6,5
Rondônia	503	0,8	844	0,9	887	0,7	992	0,6	1.075	0,6	1.132	0,6
Acre	179	0,3	228	0,2	209	0,2	153	0,1	196	0,1	211	0,1
Amazonas	1.453	2,3	1.835	2,0	1.688	1,3	3.832	2,4	4.891	2,7	5.400	2,9
Roraima	72	0,1	99	0,1	228	0,2	3.322	2,1	3.853	2,1	4.566	2,4
Pará	343	0,5	456	0,5	532	0,4	651	0,4	625	0,3	681	0,4
Amapá	42	0,1	55	0,1	62	0,0	82	0,1	87	0,0	86	0,0
Tocantins	98	0,2	136	0,1	175	0,1	185	0,1	178	0,1	201	0,1
Nordeste	3.845	6,2	4.919	5,3	5.937	4,6	5.227	3,3	5.168	2,8	5.634	3,0
Maranhão	137	0,2	204	0,2	243	0,2	176	0,1	156	0,1	177	0,1
Piauí	396	0,6	76	0,1	91	0,1	112	0,1	89	0,0	92	0,0
Ceará	476	0,8	1.009	1,1	1.663	1,3	1.055	0,7	1.043	0,6	1.113	0,6
Rio Grande do Norte	353	0,6	436	0,5	467	0,4	472	0,3	435	0,2	513	0,3
Paraíba	235	0,4	274	0,3	293	0,2	357	0,2	376	0,2	397	0,2
Pernambuco	641	1,0	904	1,0	1.048	0,8	943	0,6	934	0,5	965	0,5
Alagoas	131	0,2	146	0,2	181	0,1	187	0,1	202	0,1	249	0,1
Sergipe	131	0,2	181	0,2	189	0,1	173	0,1	174	0,1	194	0,1
Bahia	1.345	2,2	1.689	1,8	1.762	1,4	1.752	1,1	1.759	1,0	1.934	1,0
Sudeste	42.378	67,9	54.363	59,1	64.100	50,1	66.528	41,6	68.183	37,3	67.934	36,1
Minas Gerais	2.431	3,9	3.655	4,0	5.037	3,9	6.580	4,1	7.486	4,1	7.450	4,0
Espírito Santo	561	0,9	714	0,8	864	0,7	830	0,5	859	0,5	930	0,5
Rio de Janeiro	9.799	15,7	11.569	12,6	12.534	9,8	9.766	6,1	8.885	4,9	8.996	4,8
São Paulo	29.587	47,4	38.425	41,8	45.665	35,7	49.352	30,9	50.953	27,8	50.558	26,9
Sul	10.637	17,0	23.507	25,5	45.796	35,8	66.716	41,8	84.586	46,2	87.744	46,7
Paraná	4.158	6,7	9.615	10,4	16.528	12,9	21.922	13,7	26.035	14,2	27.661	14,7
Santa Catarina	2.867	4,6	6.790	7,4	16.389	12,8	27.501	17,2	37.764	20,6	39.102	20,8
Rio Grande do Sul	3.612	5,8	7.102	7,7	12.879	10,1	17.293	10,8	20.787	11,4	20.981	11,2
Centro-oeste	2.873	4,6	5.569	6,1	8.265	6,5	12.105	7,6	14.153	7,7	14.366	7,6
Mato Grosso do Sul	829	1,3	1.419	1,5	2.054	1,6	3.787	2,4	4.746	2,6	5.014	2,7
Mato Grosso	427	0,7	1.576	1,7	2.757	2,2	3.936	2,5	4.530	2,5	4.374	2,3
Goiás	539	0,9	1.104	1,2	1.674	1,3	2.240	1,4	2.680	1,5	2.615	1,4
Distrito Federal	1.078	1,7	1.470	1,6	1.780	1,4	2.142	1,3	2.197	1,2	2.363	1,3

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011/2013/2015/2019/2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.

Nota: (1) Estimativa baseada na combinação do estoque 2020 com o saldo de movimentação 2021.

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 99 (Relatório Anual do OBMigra).

A partir dessa tabela, verifica-se o crescimento do número de trabalhadores formais nas regiões do Brasil, em um espaço temporal de 10 anos. Além disso, através dessas informações, é possível entender a dinâmica dos movimentos migratórios, dentro do Brasil, ao longo dos anos. De acordo com os dados mais recentes, em 2021 havia a seguinte configuração:

Tabela 6 – Número de imigrantes no mercado de trabalho formal, por sexo e grupos de idade, segundo principais nacionalidades – Brasil, 2021

Principais países	Homens					Mulheres				
	menor 20	20 a 29	30 a 39	40 a 59	60 e +	menor 20	20 a 29	30 a 39	40 a 59	60 e +
Total	4.020	37.591	43.406	36.782	5.315	2.624	20.554	20.589	14.963	2.129
Venezuela	2.103	14.488	11.000	7.757	269	1.197	7.407	5.701	3.675	62
Haiti	524	11.637	15.895	8.488	127	311	5.725	6.999	2.453	15
Paraguai	349	2.483	1.751	959	120	237	1.863	1.322	680	50
Argentina	74	940	1.598	2.275	390	67	864	1.004	990	134
Portugal	116	188	463	1.879	1.130	107	121	197	896	640
Bolívia	70	778	1.067	1.219	237	74	569	743	593	62
Peru	23	631	1.097	1.297	165	20	379	464	497	50
Uruguai	49	499	505	1.069	287	49	416	397	749	108
Colômbia	41	609	894	618	49	38	363	568	253	11
China	19	316	747	671	104	7	259	418	488	67
Outros	652	5.022	8.389	10.550	2.437	517	2.588	2.776	3.689	930

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.

Nota: Estimativa baseada na combinação do estoque 2020 com o saldo de movimentação 2021.

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 30 (Relatório Anual do OBMigra).

Os venezuelanos figuram, portanto, como o maior contingente de pessoas inseridas no mercado formal de trabalho, tendo predominância em quase todas as faixas etárias (sendo superados pelos haitianos no grupo de homens entre 30 e 39 anos, e entre 40 e 59 anos, e pelo grupo de mulheres entre 30 e 39 anos), totalizando 35.617 homens venezuelanos empregados, e 18.042 mulheres venezuelanas inseridas no âmbito laboral.

Quanto ao setor ocupacional, no qual esses trabalhadores se inserem, Neto e Simões (2022) salientam o substancial crescimento, ao decorrer da década, nos grupos ocupacionais de menores rendimentos, como os casos dos Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (426%), trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca (697%), e, sobretudo, dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (NETO; SIMÕES, 2022, p. 104).

Por último, levando em consideração que a maior parte dos participantes dessa pesquisa é de mulheres, destaco a participação delas na inserção laboral:

Tabela 7 – Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal, por ano, segundo principais ocupações – Brasil, 2011 e 2021

Principais ocupações	Ano	
	2011	2021
Total	19.095	60.868
Alimentador de linha de produção	125	5.095
Faxineiro	203	4.951
Magarefe	14	4.899
Auxiliar nos serviços de alimentação	29	2.326
Vendedor de comércio varejista	985	2.124
Operador de caixa	308	1.917
Assistente administrativo	1.080	1.635
Retalhador de carne	2	1.618
Auxiliar de escritório	910	1.469
Cozinheiro geral	273	1.434
Outros	15.166	33.400
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011 e 2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021.		
Notas: (1) Estimativa baseada na combinação do estoque 2020 com o saldo de movimentação 2021. (2) Principais ocupações definidas a partir da projeção 2021.		

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 31 (Relatório Anual do OBMigra).

Oliveira e Tonhati (2022) ressaltam que, em larga escala, destacam-se os empregos vinculados à indústria, como alimentadoras de linha de produção, um dos setores com maior crescimento entre 2011 (125) e 2021 (5.095). As ocupações de magarefes e retalhador de carne somadas, ligadas ao trabalho na indústria, mais especificamente nas plantas de frigoríficos, que em 2011 eram apenas 16, e em 2021, subiu para 6.517.

Em destaque há também uma grande importância às faxineiras. Os autores sinalam que os dados não se referem ao trabalho doméstico, mas ao trabalho de limpeza em empresas. Em 2011 eram 203, e em 2021 esse número cresceu para 4.951. Finalmente, é relevante notar que ocupações como: auxiliar nos serviços de alimentação 29 (2011) e 2.326 (2021) e cozinheiro geral 273 (2011) e 1.434 (2021) também foram espaços de inserção laboral para as mulheres imigrantes no país (OLIVEIRA; TONHATI, 2022, p. 30).

Quanto aos impactos da pandemia na inserção / manutenção dos imigrantes no mercado de trabalho, as ocupações de alimentador de linha de produção (industrial) e magarefe (pecuária) admitiram, no primeiro semestre de 2020, respectivamente, 5.066 e 2.992 trabalhadores de carteira assinada, números superiores ao mesmo período de 2019, 4.630 e 1.558, respectivamente. Já os faxineiros (em 2019, 2.738 admissões; em 2020, 2.085 admissões; em 2019, 2.160 demissões, em 2020, 1.805 demissões) e auxiliares nos serviços de alimentação (em 2019, 1.533 admissões; em 2020, 1.223 admissões; em 2019, 1.258 demissões,

em 2020 1496 demissões) foram negativamente afetados, revelado pela diminuição das admissões maior do que das demissões. O impacto da pandemia sobre a movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho foi bastante diferenciado, portanto, a depender do perfil do imigrante (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 33).

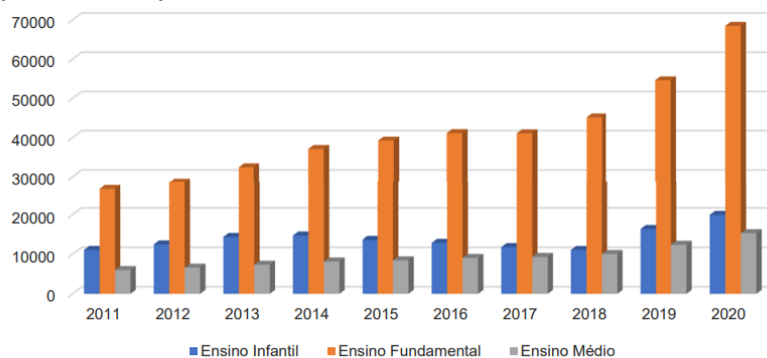
Para além do âmbito do trabalho, levando em consideração o grande contingente de menores de 15 anos entrando no Brasil, há, ademais, os obstáculos enfrentados por essas pessoas, em idade escolar, matriculados nas instituições de ensino do país:

sabe-se que, apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) defender que a educação escolar pública deve ser um direito garantido a todos (Brasil, 1996), vários são os desafios que os imigrantes em idade escolar enfrentam tanto no acesso quanto na permanência nas escolas. Falta de documentação, domínio do idioma, xenofobia e ausência de suporte por parte do Estado são algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias de imigrantes. Em contrapartida, existem iniciativas por parte de organizações não governamentais (ONGs) e de governos locais que auxiliam no acolhimento desses jovens estudantes (GIROTO, 2020 *apud* VINHA; YAMAGUCHI, 2021, p. 255).

Entretanto, apesar de todas as barreiras mencionadas, Oliveira e Tonhati (2022) acentuam que, ao se tratar das matrículas de crianças e adolescentes na educação brasileira na década de 2011-2020, verifica-se um crescimento nos três segmentos (Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio) nos três anos: 2018, 2019 e 2020. O número de crianças matriculadas no Ensino Fundamental destaca-se pelo crescimento exponencial no número de crianças imigrantes na faixa etária de 6 a 14 anos, que buscam as escolas no país (OLIVEIRA; TONHATI, 2022, p. 28).

Ainda de acordo com Oliveira e Tonhati (2022, p. 28), o ano de 2020 fica em relevo, pois, mesmo com a pandemia da Covid-19, foi o ano que mais teve matrículas de crianças e adolescentes imigrantes em toda série histórica analisada. Esse progresso pode ser visualizado a partir do seguinte gráfico:

Gráfico 7 – Matrículas nos três segmentos de Ensino Básico de crianças e adolescentes, imigrantes matriculados, por ano – Brasil (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2011-2020.

Fonte: NETO; SIMÕES, 2022, p. 28 (Relatório Anual do OBMigra).

Em 2021, contudo, a realidade de crianças e adolescentes venezuelanas na escola foi outra. O Plano de Respostas a Refugiados e Migrantes (RMRP) da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), a partir da Revisão de Dados Secundários (SDR) e de uma Análise Conjunta de Necessidades (JNA) mutissetorial, feita de julho a agosto de 2021, com 800 pessoas, através de entrevistas estruturadas realizadas por telefone com venezuelanos(as) em todo o país, com uma amostra estratificada por estado, explicitou que naquele contexto,

21% das crianças e 27% dos adolescentes da Venezuela não estão frequentando a escola, não têm oportunidades de conviver com outras crianças de idade semelhante e estão mais vulneráveis ao trabalho infantil, à exploração econômica, à gravidez precoce, e a outras formas de Violência Baseada no Gênero (VBG) (R4V / RMRP, 2022, p. 42).

Em 2022, o relatório Análise das Necessidades de Refugiados e Migrantes (RMNA) da R4V, revelou que, embora o acesso à escola pública, em todos os níveis, seja garantido por lei, 17% das crianças (6 a 11 anos) e 19% (12 a 17 anos) de adolescentes venezuelanos, não estavam matriculados na escola, sendo essa porcentagem é ainda maior para os que vivem em Roraima (27%) e no estado do Amazonas (29%), e para refugiados e crianças migrantes que moram em abrigos em Boa Vista, Roraima: 63% deles, até abril de 2022, não frequentavam escolas (R4V / RMNA, 2022, 70).

Além disso, ainda segundo o RMRP da R4V de 2022, criado como um fórum para coordenar as ações de agências da ONU, e organizações da sociedade civil, voltadas a promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica para esta população, bem como suas comunidades de acolhida, em outubro de 2021, estimava-se que 2.000 refugiados e migrantes da Venezuela estavam em situação de rua em Pacaraima na espera por agendamento para o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) por um tempo médio de duas semanas (R4V / RMRP, 2022, p. 42).

Não obstante, a abstenção na educação foi apenas um dos problemas identificados pela mencionada JNA (julho-agosto/2021). A fim de se ter uma dimensão da realidade que essas pessoas vivenciam, destaco questões outras apresentadas pelos venezuelanos durante as entrevistas:

1. Em relação à saúde, 61% dos grupos entrevistados têm um membro que precisou de tratamento médico nos 3 meses anteriores ao JNA (abril e junho de 2021), entre os quais 31% declararam enfrentar dificuldades no acesso a tratamentos, principalmente por conta de longos períodos de espera para as consultas (28%), da falta de medicamentos gratuitos (11%) e dos altos custos do tratamento e serviços privados (9%).
2. 26% das pessoas que participaram da pesquisa se encontravam desempregadas. [...] 60% dos refugiados e migrantes ganham menos de um salário mínimo.
3. Enquanto mais de 52% dos grupos pesquisados enfrentaram, em algum nível, insegurança alimentar, grupos com gestantes e crianças com idade inferior a cinco anos são os mais impactados (64%), passando por situações que os expõe à desnutrição, doenças e problemas que prejudicam o desenvolvimento físico e cognitivo (R4V / RMRP, 2022, p. 42-43).

Ao buscar por uma JNA mais atualizada, está a realizada entre junho e julho de 2022. Entretanto, o panorama encontrado é muito similar ao descrito acima, do ano anterior:

1. Em relação à saúde, 54% dos lares venezuelanos reportaram ter necessidade de assistência médica. Fora disso, 35% declararam enfrentar dificuldades no acesso a tratamentos, principalmente por conta de longos períodos de espera para as consultas (70%), o alto custo dos cuidados e dos remédios (23%), falta de especialista (21%), barreira linguística (9%) e percepção de discriminação (9%).
2. 37% dos lares venezuelanos ganham menos de um salário mínimo, refugiados e migrantes estão lutando para atender suas necessidades mais básicas, especialmente comida e aluguel. É mencionado ainda que “as mulheres enfrentam maiores riscos de ficarem desempregadas ou subempregadas do que os homens. Além disso, mulheres – especialmente mulheres de cor – ganham

- menos que os homens” (UNHCR, UN Women, UNFPA, 2021)²⁰.
3. Metade dos lares venezuelanos experimenta algum grau de insegurança alimentar, com famílias que incluem grávidas e crianças menores de 5 anos sendo as mais atingidas (61%), o que expõe estes grupos à desnutrição e a doenças (R4V / RMNA, 2022, p. 67-68).

Outro documento importante, nessa mesma direção, é o relatório Vozes das Pessoas Refugiadas no Brasil, do ACNUR (2021), que é baseado

no diálogo e consultas com pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado no Brasil entre outubro e novembro de 2020. 644 pessoas discutiram suas preocupações e desafios, assim como suas expectativas e capacidades, no Diagnóstico Participativo que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em conjunto com parceiros e outros atores relevantes [...] (ACNUR, 2021, p.3).

Uma vez que essa pesquisa objetiva realçar as vozes desses sujeitos, esse relatório é um documento imprescindível, pois oferece uma visão panorâmica do contexto dos venezuelanos a partir de suas próprias perspectivas, bem como recomend(ações) propostas por eles, que visam contribuir à melhoria de uma realidade de tantas faltas. Por conseguinte, por se tratar de um relatório longo, esquematizei a seguir as três primeiras, de cinco, necessidades prioritárias apontadas pelos refugiados, seus respectivos problemas e recomendações propostas por eles:

Tabela 8 – Esquematização das necessidades prioritárias dos refugiados, e de suas consequências

Necessidade prioritária	O que significa	Problema(s)	Causa(s)	Recomendações (mudanças)	O que dizem os venezuelanos ?
Geração de renda e autossuficiência. (55%)	Falta de geração de renda suficiente para atender por	Falta de oportunidade de emprego.	Barreira de idioma; Falta de referência	Expansão, oferta e incentivo de participação em	“Mulheres que se vendem nas ruas para cobrir sua alimentação. Algumas mães

²⁰ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/Sumario-Executivo-Limites-e-desafios-a-integracao-local-de-refugiadas-refugiados-e-pessoas-migrantes-da-Venezuela-interiorizadas-durante-a-pandemia-de-Covid-19-dez.2021.pdf>. Acesso em 20/02/2023.

(p. 12-15) Geração de renda e autossuficiência. (55%) (p. 12-15)	si mesmos suas necessidades básicas.		profissional ou conhecidos brasileiros; Dificuldade de revalidação de diplomas e certificados de cursos técnicos.	cursos de português; Expansão do acesso a cursos profissionais / vocacionais, especialmente em áreas como informática ; Maior divulgação de informações sobre revalidação de diplomas, direitos trabalhistas e prevenção à exploração laboral.	não têm comida para dar aos filhos, tem muitos homens que precisam disso [sexo]. As mulheres procuram as ruas porque não têm ajuda”. (Mulher idosa venezuelana, Boa Vista) (p. 14)
	Falta de geração de renda suficiente para atender por si mesmos suas necessidades básicas	Desconhecimento por parte dos empregadores das informações básicas sobre a normativa legal que regulamenta o acesso a direitos de refugiados no Brasil.	Falta de capacitação dos empregadores brasileiros.	Continuar iniciativas de sensibilização e informação do setor privado e das comunidades de acolhida sobre contratação de pessoas refugiadas.	
Violência e segurança	Ocorrência de violência	Elevado número de	Desemprego,	Ampliar o acesso à informação	“Nas famílias que não usam drogas,

comunitária. (42%) (p. 16-19)	familiar ou na comunidade.	casos de violência baseada em gênero notificados durante as consultas; (Mulheres, crianças e pessoas LGBTIQ+ estão mais expostas a violência de gênero). P. 17	aumento do consumo de álcool e drogas; [causa e consequência]	sobre igualdade de gênero, direitos e serviços sobre violência baseada em gênero para sobreviventes e agressores;	também se vê violência, mais por ciúme. Quando houver problemas de relacionamento, não se envolva porque o terceiro perde. Você entra e um fica como fofoqueiro. A menos que a mulher tenha um pouco de consciência, mas isso nunca acontece. “ (Menino adolescente venezuelano, Pacaraima) (p. 17)
		Insegurança nos abrigos e bairros onde vivem pessoas refugiadas;	2) Xenofobia e racismo;	Investimento em maior segurança nos abrigos (ex.: policiamento comunitário ou governamental, câmeras);	
		3) Desconhecimento dos canais de ajuda de denúncia e desconhecimento por parte dos refugiados das leis de proteção à criança e ao adolescente.	3) Falta de informação	Investir em projetos que promovam espaços seguros de diálogo, convivência, lazer e que envolvam toda a família e comunidade (ex: grupos de adolescentes)	

Necessidade prioritária	O que significa	Problema(s)	Causa(s)	Recomendações (mudanças)	O que dizem os venezuelanos ?
Acesso à moradia (aluguel, abrigos, etc.), água, saneamento e higiene 38% (p.20-23)	Ter um lugar para morar e os benefícios básicos garantidos.	Pessoas vivendo em situação de rua ou em ocupações espontâneas.	Situação de vulnerabilidade de pobreza dessas pessoas.	Nos abrigos, melhorar a infraestrutura e limpeza de áreas comuns (ex: banheiro), com atenção a questões de idade, gênero e diversidade, contando com o apoio da comunidade e na manutenção destes espaços.	“Onde eu moro já matei 5 cobras, tarântulas do tamanho de uma mão, vi um tigre passar no rio. Nos deram um espaço, mas meu pai não gosta de lá porque tem muito bandido e é por isso que estamos em outro lugar”. (Menino adolescente venezuelano, Boa Vista) (p.21)
		Condições precárias em alguns abrigos e casas privadas	Aluguel caro.	Promover a disseminação de informações sobre contratos locatícios no Brasil.	
		Dependência de programas de assistência financeira para a compra de comida e	Extrema vulnerabilidade / pobreza.	Realizar mais sessões informativas sobre programas sociais do governo.	

		itens básicos de higiene.			
--	--	---------------------------	--	--	--

Fonte: A autora, 2023, a partir do relatório Vozes das Pessoas Refugiadas no Brasil: diagnósticos participativos, ACNUR, 2021 [Grifos meus].

Ao longo da leitura desse relatório, me chama a atenção o número de vezes que se apresenta a palavra “falta” (78 vezes em um texto de 46 páginas) sendo a mais repetida a “falta de informação” e em segundo lugar a “falta de recursos”. Tais faltas refletem um governo federal omissivo às demandas dos refugiados e a falta de políticas públicas que os atendam.

Sendo assim, todos esses fatores (escolaridade, eventuais problemas de inclusão no ambiente escolar, dificuldade de validação do diploma e de inserção no mercado de trabalho, vulnerabilidade social e econômica, ausência de informação etc.), associados a pandemia de Covid-19 no Brasil, a qual levou ao fechamento de várias atividades econômicas, resultaram em um contexto de múltiplas privações (econômica, social, individual etc.) e riscos.

Não obstante, embora a inércia do governo federal dificulte ainda mais a trajetória dessas pessoas, a passos lentos mudanças têm acontecido, como demonstram os dois projetos de lei aprovados e sancionados pelo governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro. São eles: 1) Lei 9.597/22 e 2) Lei 9.668/22, as quais estabelecem, respectivamente:

- 1) a elaboração de relatório com dados estatísticos, relacionados aos refugiados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. (Artigo 1º) [Relatório esse que] consistirá na elaboração de levantamentos estatísticos periódicos sobre os refugiados atendidos por organizações não governamentais e pelas políticas públicas do estado do Rio de Janeiro, visando a elaboração do dossiê na forma desta Lei. (Artigo 3º)
- 2) a autorização às instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro destinar parte das vagas ociosas de seus respectivos cursos de graduação e pós-graduação a refugiados domiciliados no Estado do Rio de Janeiro. (Artigo 1º) [Instituições essas que poderão] criar uma bolsa de auxílio para os estudantes refugiados de que trata esta Lei (Artigo 6º).

Abro um parêntese para especificar o que é considerado como refugiado pela Lei 9.597/22, artigo 2º: I – reconhecidos na condição de refúgio; II – solicitantes de refúgios; III – portador de visto humanitário; IV – apátridas; V – pessoas em situação de vulnerabilidade que saíram de seu país de origem ou

foram obrigadas a deixar seu país de origem, por crise humanitária ou grave e generalizada violação de direitos humanos (RIO DE JANEIRO, 2022).

Desse modo, a partir das informações obtidas através do relatório como gênero / etnia, faixa etária, data de entrada no país, tipo de atendimento recebido etc., será possível subsidiar políticas públicas adequadas que atendam efetivamente às necessidades desses sujeitos. Quanto à Lei que versa sobre a inserção desses migrantes no ensino superior, ainda que pareça uma ação muito restrita (vagas ociosas), configura-se como importante porta de entrada para que cada vez mais essas pessoas ocupem o espaço acadêmico (e todos os outros espaços).

Destaco, ademais, os agentes sociais que estiveram por trás desse feito histórico. Como destaca o *site*²¹ da UERJ, ambas as leis são resultado do trabalho conjunto de deputados estaduais com o Laboratório de Estudos de Imigração (Labimi) e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Foi apresentado, ainda o projeto de lei (PL) que versava sobre a possibilidade da tradução juramentada dos documentos dos migrantes. Inicialmente, esse PL foi vetado pelo governador com a justificativa de falta de verba, sendo a ONG Compassiva²², que tem parceria com o ACNUR desde 2016, a única instituição que trabalha gratuitamente com a revalidação do diploma de refugiados.

No entanto, em 4 de julho de 2022, foi sancionada a Lei 9776/22, cujo 1º artigo estabelece que “fica concedida a isenção de taxas e emolumentos de tradução juramentada pública para refugiados, definidos na forma desta Lei, domiciliados no Estado do Rio de Janeiro”, o que, a meu ver, é um grande avanço no âmbito das políticas públicas de atendimento a essas pessoas, uma vez que, por esse tipo de tradução ter um alto custo, muitos não conseguem validar seus diplomas e, conseqüentemente, não têm a possibilidade de trabalhar na sua área.

Uma vez que essa dissertação busca trabalhar de modo contextualizado, ela foi sendo construída e constituída não a partir de uma linearidade, mas de rupturas, de idas e vindas. Esse movimento se vê contemplado ao longo de toda a narrativa. Por conseguinte, uma vez que todos estamos em um mundo no qual tudo está em

²¹ Reportagem disponível em: [https://www.uerj.br/noticia/aprovacao-de-leis-com-a-participacao-da-uerj-traz-esperanca-de-mais-acolhimento-a-refugiados-no-rio-de-janeiro/#:~:text=As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior,6\)%20pelo%20gov%20ador%20Cl%C3%A1udio%20Castro](https://www.uerj.br/noticia/aprovacao-de-leis-com-a-participacao-da-uerj-traz-esperanca-de-mais-acolhimento-a-refugiados-no-rio-de-janeiro/#:~:text=As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior,6)%20pelo%20gov%20ador%20Cl%C3%A1udio%20Castro). Acesso em: 01/07/2022.

²² Para saber mais: <https://compassiva.org.br/lar/>.

constante movimento, da mesma maneira a pesquisa se renova, ganha novos contornos, a partir do que vai se apresentando ao longo da pesquisa, sendo essa a razão do contraste entre relatórios e dados. A razão pela manutenção dos relatórios, usados inicialmente na pesquisa (que já estão desatualizados) justifica-se, já que, foi a partir deles, que análises foram feitas, e que caminhos foram escolhidos por mim, para chegar até aqui, agosto de 2023.

Em suma, partindo da perspectiva de que não é possível falar do sujeito sem levar em conta o seu contexto sócio-histórico e de que o sujeito não preexiste à rede de forças que o constitui (TEDESCO, 2006), a partir do panorama do refúgio e dos refugiados – marcado por tantas faltas – traçado até esse momento, considerando especificamente o contexto / a jornada dos imigrantes refugiados venezuelanos, buscarei mapear e analisar: I) as posições-sujeitos presentes nas enunciações; II) com que perspectiva de mundo eles se identificam; III) quais são as alianças e as oposições que podem ser verificadas a partir do uso da palavra; IV) quais forças / coerções impostas, estão em jogo no contexto enunciativo. Para tal, me valerei de alianças que embasarão o mapeamento e as análises.

3 ALIANÇAS: IMPLICAÇÕES E AGENCIAMENTOS

Sendo a máxima dessa dissertação a diversidade, a pluralidade, o múltiplo, essa variedade repercute também nos referenciais teóricos, através do quais me oriento para desenvolvê-la. A pesquisa, portanto, está pautada no dispositivo teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) de Maingueneau, e se vale da análise do vocabulário, considerando o enquanto um dos dispositivos da semântica global abordados por Maingueneau (2008). Além disso, para pensar a relação entre língua, sujeito e sociedade me oriento pelas contribuições de Bakhtin (2003), para refletir acerca da questão de subjetividade(s), mobilizo as reflexões de Guatarri (1992), Miranda e Soares (2009) e Rolnik (2011). Finalmente, como não é possível falar de processos migratórios sem levarmos em conta os deslocamentos dos migrantes, apoio-me nas reflexões de Haesbaert (2004) e Bizon (2013) para pensar os processos de des(re)territorialização dessas pessoas.

Quanto ao meu posicionamento enquanto discursivista, mobilizo-me pelo paradigma ético-estético-político, e tomo por base uma filosofia da diferença à construção desse trabalho. Sendo assim, não tenho por objetivo captar a verdade, um mundo anterior ou naturalizar forças instituídas que emergem nos enunciados, mas a partir da tríade linguagem-mundo-sujeito, construir novos enunciados, novos mundos possíveis. Neste sentido, não busco representar o real, mas, cartografá-lo, tensioná-lo, construindo, assim, um tempo-espço de registro de devires (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 17).

Portanto, a partir desses posicionamentos e escolhas teóricas busquei trabalhar a linguagem a partir da perspectiva de linguagem-intervenção, considerando a pesquisa enquanto pesquisa-intervenção. Mas, que conceitos são esses? É o que será exposto nos próximos dois subcapítulos.

3.1 Linguagem representacional x linguagem intervenção: Que linguagens são essas?

A perspectiva representacional da linguagem defende que tudo o que é percebido do mundo são representações (MARIOTTI, 2000 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA, 2021). Essa perspectiva parte, portanto, de uma abordagem cognitivista: pressupõe-se um mundo único, estático, que pode ser percebido / captado, através da linguagem, por um sujeito que está fora dessa linguagem. A representação, portanto, daria conta do encontro dos seres com o mundo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 228). Mundo esse que teria uma existência que antecede o momento de seu conhecimento (ROCHA, 2014, p. 624).

À vista disso, no modelo da representação, existe um sujeito, um mundo e um equivalente mental, que esse sujeito traz consigo, desse mundo que já está dado. O ser da ciência é, portanto, equilíbrio e estabilidade porque o pressuposto é a objetividade, a representação estática, eterna, sujeito espacializado e não contextualizado no tempo (ROCHA, 2003, 68). Nesse sentido, Deusdará e Rocha (2021) destacam que, nessa perspectiva da linguagem enquanto representação de um mundo preestabelecido, a percepção apenas registra os sinais que lhe chegam do mundo e, posteriormente, a palavra expressa o que foi percebido: percepção e fala são dois momentos independentes (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 232).

A linguagem seria, então, homogênea, transparente, monossêmica. O que é dito pelo sujeito, por conseguinte, a representação de uma verdade (realidade fixa). Para exemplificar, seria como se o mundo fosse uma foto e o sujeito o fotógrafo que tira essa foto. Dessa maneira, o que as práticas do saber, filosóficas ou científicas, realizam, quando referendadas ao modelo da representação, são recortes nesse processo sempre em andamento. Consequentemente, tomam determinados momentos do processo, caracterizados por certa lentificação, como paralisações e assim interpretam como constância universal o que corresponderia apenas a uma fase de um processo maior (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008 *apud* ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 99).

Dessa maneira, Passos, Kastrup e Escóssia (2015) destacam que o cognitivismo, e com ele os pressupostos do modelo da representação - a preexistência de um sujeito cognoscente e de um mundo dado que se dá a conhecer - não é apenas um problema teórico, mas um problema político. Ele é uma das configurações que nossa cognição assume (KASTRUP, TEDESCO; PASSOS, 2008 *apud* PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 202).

No entanto, na contramão da perspectiva representacional da linguagem está a perspectiva da linguagem intervenção. A partir dessa perspectiva, não existe um único mundo a ser representado, mas muitos mundos possíveis. A linguagem intervenção, então, parte da perspectiva enativa, em que o mundo e o que dele se percebe são uma síntese interligada à ação corporal e sua interpretação (DEUDARÁ; ROCHA, 2021). Dessa forma, à enação:

1. Não existe um único mundo predeterminado habitado por todos os seres, mas uma pluralidade de mundos;
2. É possível pensar cognição fora da representação;
3. É possível fazer a crítica das teorias da identidade, na medida em que diferentes mundos próprios são multiplamente realizáveis, isto é, algo só significa no interior de um mundo próprio (DEUDARÁ; ROCHA, 2021, p. 233).

Para exemplificar, narro um exemplo exposto pela professora Kastrup em uma de suas aulas expositivas²³, que a meu ver, elucida a pluralidade de mundos e suas múltiplas realizações. Kastrup menciona que, segundo o senso comum, o cego tem problemas muito sérios de conhecimento porque, 80% das informações do mundo chegam para nós, através da visão. Desse modo, o cego só veria 20% do mundo. A professora, portanto, defende que o mundo do cego é 100% percebido, mas como cego.

Por conseguinte, Kastrup destaca que, a partir do que ele escuta, do que percebe pelo tato etc., percebemos que a nossa cognição também é deficiente de uma discriminação auditiva, tátil, já que a nossa visão é um sentido ultradominante que (sobre)codifica, achata e recalca, as nossas outras virtualidades cognitivas. Sendo assim, o modelo da representação não faz sentido já que não existe um único mundo que será captável 80% pela visão e os outros 20% pelos outros sentidos “inferiores”, “menos nobres” do que a visão.

Como salientam Deusdará e Rocha (2021), as palavras, portanto, não representam um mundo pré-definido, mas o produzem. Rocha (2014) complementa ao afirmar que não estamos diante de uma polarização entre “mundo real” e “palavras e textos”:

²³ Aula expositiva no I Encontro e Conversas sobre Formação Inventiva de Professores – Prof. Virgínia Kastrup. Vídeo postado em maio de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXdtNbe2Xd8>. Acesso em 21/02/2023.

palavras também são produção do mundo, o que já se verifica desde o exemplo dos filósofos analíticos da linguagem dos anos 60, quando, com Austin, se afirma a noção de performatividade da linguagem. Afinal, fazemos coisas quando produzimos textos: ao dizer “obrigado”, realizo a ação de agradecer algo; ao dizer “prometo te trazer o livro”, engajo-me efetivamente numa promessa, tornando-me “devedor” de alguém (ROCHA, 2014, p. 623).

Logo, aproximar conhecimento e criação, afirmar que a ação de conhecer configura ao mesmo tempo, e num movimento de coengendramento, o sujeito e o objeto, o si e o mundo, não é apenas criar um novo conceito de cognição. É um convite a adotar uma certa maneira de estar no mundo, de habitar um território existencial e de se colocar na relação de conhecimento (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 202).

Dessa maneira, eu, como pesquisadora, ao adotar a perspectiva de linguagem como linguagem intervenção na minha pesquisa, estou optando não apenas por uma perspectiva teórica que guiará a pesquisa, mas reitificando, enquanto discursivista, a minha mobilização orientada por um paradigma ético-estético-político:

1. Estético: pois envolve “a criação permanente do mundo, mundo como obra de arte”;
2. Ético: na medida em que “evidencia um compromisso com a potência de efetuação da vida na diferenciação do ser”;
3. Político: porque o “confronto permanente com as forças de devir implica escolhas de modo de existências e, assim, do tipo de mundo em que se quer viver” (ROCHA, 1993, p. 236 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 114-115).

A cognição representacional e a cognição inventiva, portanto, vai além de modelos teóricos. Elas são políticas cognitivas (certo modo de relação com o conhecimento, com o mundo, e consigo mesmo). São duas maneiras de estar no mundo (KASTRUP, 2012). Se por um lado a cognição representacional (linguagem representacional) trilha o caminho dos modelos fixos, estáveis, a cognição inventiva (linguagem intervenção) vai pelo caminho da ruptura, dos choques, do devir (do que será, do que está sendo a cada momento). Essa perspectiva da cognição inventiva, portanto, vai de encontro à concepção de pesquisa intervenção, sobre a qual me aprofundarei mais a seguir, apontando suas características e diferenças com pesquisas científicas.

3.2 Tipos de pesquisa: Pesquisa cientificista e pesquisa intervenção

A concepção de pesquisa como representação de um objeto remonta ao surgimento da ciência moderna (BARROS; KASTRUP, 2010). Arrisco-me a dizer que esse é o motivo pelo qual temos tanto o modelo da linguagem representacional, mencionada anteriormente, quanto o modelo cientificista de pesquisa, tão entranhados em nós (pesquisadores / professores / discentes). Esses modelos são produzidos historicamente.

Isabelle Stengers (1993 *apud* BARROS; KASTRUP, 2010), aponta que a ciência moderna emerge como uma invenção singular, configurando-se de determinada maneira e portando como uma de suas principais características a separação entre o objeto científico e o cientista (BARROS, KASTRUP, 2010, p. 53-54). Esse paradigma cientificista tradicional também é chamado por Gallo (2002) de paradigma arborescente, que representa uma concepção mecânica do conhecimento e da realidade, reproduzindo a fragmentação cartesiana do saber, resultado das concepções científicas modernas. Assim, o tronco da “árvore da ciência”

sería la propia Filosofía, que originariamente reunía en su seno la totalidad del conocimiento; con el crecimiento progresivo del "árbol", adobado intensamente por la curiosidad y sed de saber propia del ser humano, ella comienza a desenvolver los ramos de las más diversas "especializaciones" que, aunque mantengan sus legaduras con el tronco - se nutren de su savia y a él le devuelven la energía conseguida por la fotosíntesis de las hojas en sus extremidades, en un proceso de mutua alimentación/fecundación - apuntan a las más diversas direcciones, sin guardar entre sí otras legaduras que no sean el tronco común, que no sea la legación histórica de su genealogía. Para ser más preciso, las ciencias se relacionan todas con su "tronco común" - por lo menos en el aspecto formal y potencialmente - aunque no consigan, en el contexto de este paradigma, relacionarse entre si (GALLO, n.p., 2002).²⁴

²⁴ Tradução livre: seria a própria Filosofia, que originariamente reunia em seu seio a totalidade do conhecimento; com o crescimento progressivo da "árvore", adubada intensamente pela curiosidade e sede de conhecimento próprios do ser humano, ela começa a desenvolver os ramos das mais diversas "especializações" que, embora mantenham seus vínculos com o tronco - alimentam-se de sua seiva e a ele devolvem a energia obtida pela fotossíntese das folhas em suas extremidades, num processo mútuo de alimentação/fertilização - apontam para as mais diversas direções, sem guardar entre si outros vínculos que não sejam o tronco comum, que não seja o legado histórico de sua genealogia. Para ser mais preciso, as ciências estão todas relacionadas ao seu "tronco comum" - pelo menos no seu aspecto formal e potencialmente - embora não consigam, no contexto desse paradigma, relacionar-se entre si.

Silva (2008) acrescenta que o paradigma arborescente é baseado na ideia de Árvore, pois tende a buscar a raiz, a origem ou a filiação de algo, tentando assim encontrar o lugar da verdade. A autora reforça que tal paradigma propõe um sistema de interpretação capaz de compreender e descrever o mundo, definindo não só os problemas a serem investigados como os meios de se proceder a esta investigação (SILVA, p. 42, 2008).

O método, portanto, é fechado. Ao se pensar em uma entrevista, por exemplo, haveria perguntas / modelos prontos, que seriam aplicados a uma situação (*corpus*) pelo investigador, não existindo a possibilidade de desvio de tais questões, de considerar o contexto dos participantes, seus anseios e esperanças. Dessa maneira, o fazer científico é engessado pelo método, cujo modo de conhecer o mundo é fundado na divisão (indivíduo x sociedade; sujeito x objeto; homem x natureza) e na busca de uma regularidade do fenômeno estudado através de um processo de purificação tanto dos objetos a serem conhecidos como do próprio sujeito do conhecimento por meio de um apelo constante à “neutralidade” (SILVA, p. 42-43, 2008).

À vista disso, Rocha (2003) reflete que, a concepção de sujeito enquanto consciência unitária, é sustentada pela equivalência sujeito-indivíduo, a qual serve para o congelamento das possibilidades de análise dos processos de subjetivação, plurais e heterogêneos. Ademais, a autora sinala que o pressuposto da interioridade, pretendendo garantias frente à ameaça desestabilizadora da multiplicidade de uma realidade que lhe é exterior, aprofunda a cisão homem X mundo (ROCHA, 2003, p. 67).

Nesse sentido, Silva (2008) ressalta que, a partir desse paradigma cientificista tradicional, o sujeito e o objeto são considerados como duas realidades distintas, “naturais” e que preexistem ao próprio conhecimento. Desse modo,

existe, de um lado, um sujeito do conhecimento e, de outro, objetos estáveis sujeitos a leis universais. Por este motivo, é preciso garantir a regularidade dos fenômenos estudados através de instrumentos fidedignos que apreendam com exatidão aquilo que se quer conhecer (SILVA, p. 43, 2008).

O paradigma arborescente, então, assume o mundo como um quadro fixo, que precisa ser analisado meticulosamente pelo observador o qual, através de um método / dispositivo de análise fixo, revelará a verdade que está escondida, esperando para ser encontrada:

Em sua extensão enquanto modelo global, a racionalidade científica terá de forjar defesas contra os conhecimentos não científicos e eliminar os acidentes e incidentes de seu percurso. Volta-se para as regularidades e extrai delas leis deterministas e universais, aqui referidas como macroteorizações. As macroteorizações apresentam uma visão teleológica da História, ou seja, constituem-se como superteorias que definem uma finalidade para a história humana, um destino a ser alcançado no futuro. Nessa perspectiva, o encargo social dos intelectuais e das vanguardas seria o de possibilitar, através de métodos e de técnicas adequadas, o descortinamento da realidade objetiva, o acesso à verdade (ROCHA, 2003, p. 68).

A partir desse contexto, não há lugar às subjetividades do observador. Tampouco se leva em consideração as forças em embate ao longo de todo o processo de pesquisa e, como destaca Silva (2008), os valores que orientam as formas de agir no mundo acabam sendo escamoteados em nome da suposta “neutralidade”, pretendida pelo paradigma cientificista tradicional (SILVA, 2008, p. 43).

Em suma, como salienta Maher (2007), a modernidade nos fornecia conceitos teóricos acabados, inertes, encapsulados e, por isso mesmo, confortáveis, seguros: deles derivávamos “certezas” que nos ofereciam sabores de Verdade. A pós-modernidade, no entanto, nos força a ter que sair desses casulos teóricos de modo a enfrentar a turbulência provocada por comportamentos sociolinguísticos fluídos e a acomodar o inesperado e o movimento que a compreensão do mundo atual exige (MAHER, 2007, p. 91).

É a partir desse movimento, de “sair dos casulos teóricos”, que emerge a pesquisa intervenção. De acordo com Coimbra e Nascimento (2008), a pesquisa intervenção surge a partir de Lapassade e Lourau, pensadores que fazem parte de uma abordagem teórica vinda da França nos anos de 1960 e 1970, que se convencionou chamar Análise Institucional. Assim, a pesquisa intervenção é proposta, por Lapassade e Lourau, a partir da influência fenomenológica exercida por Merleau-Ponty, que defende que o sociólogo chega ao conhecimento não só pela observação de um objeto exterior, mas canalizando também sua própria implicação no momento da observação (LOURAU, 1975, p. 38, *apud* NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.144).

Assim, Nascimento e Coimbra (2008) sinalam que, na pesquisa intervenção, as noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa são colocadas em análise. Segundo tal formulação, essas noções se criam ao mesmo tempo, num

plano de imanência, onde as práticas produzem os sujeitos, os objetos, os pesquisadores e os campos de pesquisa, não havendo determinações causais de uns sobre os outros. Assim sendo, teorias e práticas são sempre práticas (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.144).

Nesse sentido, a prática da pesquisa é entendida como atitude que interroga os homens e os fatos em seus processos de constituição, trazendo para o campo de análise as histórias, o caráter transitório e parcial, os recortes que a investigação imprime nas práticas e a forma como produz seus próprios objetos-efeitos (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 654). Portanto, pesquisar não se resume a analisar dados estatísticos, buscar pela verdade.

Pesquisar é se questionar, é mover as estruturas cristalizadas, é analisar os efeitos produzidos em todo o processo de pesquisa, é desnaturalizar / problematizar as instituições e as forças presentes nas nossas análises, na pesquisa. É importante ressaltar que ao falar de instituições, não estou me referindo a um lugar físico / concreto (prédio), como a escola, a universidade, o hospital, mas à forma abstrata que produz as relações, como a verdade, a educação, a organização dos saberes, a própria pesquisa.

Todas essas ações de desestabilizações, de questionamentos e de problematizações das forças atuantes no processo de pesquisa, requerem, portanto, um pesquisador implicado, que coloca em xeque não apenas os lugares instituídos de saber/poder, mas também a sua própria prática. Ressalto que, por implicação, não trato de uma decisão individual, voluntária, mas de uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições com as quais nos encontramos, que nos constituem e nos atravessam (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.145).

Por conseguinte, o dispositivo da *implicação*, trazida pela Análise Institucional, é muito importante à pesquisa intervenção, já que, para a pesquisa intervenção, o pesquisador não deve ser neutro (como pretende a pesquisa cientificista), mas (co)construtor dos conhecimentos ali produzidos. Nesse sentido, a partir do dispositivo da implicação analisar-se-á o lugar que [o pesquisador] ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que [o pesquisador] ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.144). Afinal, todo esse contexto contribui às escolhas que o pesquisador tomará: o

ângulo através do qual ele vai observar o seu objeto de pesquisa; os caminhos que optará por percorrer (ou não); os referenciais teóricos dos quais se valerá etc.

Dessa maneira, partindo de uma visão positivista, que afirma a objetividade e a neutralidade do pesquisador/profissional, as propostas da Análise Institucional tornam-se, efetivamente, um escândalo, uma subversão:

Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser bem sucedida (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.14).

O caráter de pesquisa-intervenção é definido, então, pela posição que o pesquisador ocupa nos jogos de poder, fundamentalmente sua implicação com a instituição do saber científico, e sua abertura para criar zonas de indagações, de desestabilização que possam favorecer ao coletivo aflorar. Coletivo entendido, nesse contexto, como um plano de co-engendramento em que as dicotomias do indivíduo e da sociedade não têm lugar (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 96).

Desse modo, a pesquisa intervenção não se vale de produtos fechados (regras / objetivos pressupostos), da anterioridade e exterioridade do real frente ao discurso, mas sim de acompanhar processos / devires (processo cartográfico). Entretanto, a Cartografia como método de pesquisa intervenção não é uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. Assim, caminha-se não mais para alcançar metas pré-fixadas; essas metas são traçadas durante o percurso do caminho (PASSOS; BARROS, 2010, p. 17). No subcapítulo 4.1 abordarei a perspectiva cartográfica mais profundamente.

Como ressalta Rocha (2003), a partir dos pressupostos da pesquisa-intervenção é possível construir espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação, além de potencializar a produção de um novo pensar/fazer educação (ROCHA, 2003, p. 64). Em síntese, a pesquisa científicista e a pesquisa intervenção têm as seguintes especificidades:

Tabela 9 – Pesquisa científicista & pesquisa intervenção

	Pesquisa científicista	Pesquisa intervenção
Linguagem	Representacional. Impessoal. Neutra.	Intervenção. Uso da 1ª pessoa do singular / 1ª pessoa do plural.
Sujeito (pesquisador)	Observador. Imparcial.	Implicado.
Objetivo	Busca pela verdade, por resultados.	Busca pelo acompanhamento de processos.
Metodologia	Separação entre teoria e prática, sujeito e objeto. Modelos fixos a serem aplicados ao objeto de pesquisa. Resultados pré-definidos (sabe-se aonde se quer chegar).	Teoria e prática, sujeito e objeto se articulam. Não há uma fórmula pré-definida. A metodologia se constrói a partir dos agenciamentos do pesquisador, do próprio processo de desenvolvimento da pesquisa. Não há resultados pré-definidos (constroem-se a partir da jornada: dos encontros, dos choques, das implicações).

Fonte: A autora, 2023.

Em suma, não parto da perspectiva do modelo representacional de linguagem, no qual o mundo é algo distante, exterior, separado, como se as práticas de linguagem não pudessem interferir no mundo ao nosso redor, mas da perspectiva da linguagem e da pesquisa enquanto intervenção, sendo essa a razão pela qual discorro, de modo mais aprofundado, sobre esses conceitos, a fim de articular o fazer pesquisa e a minha prática como pesquisadora. Além disso, objetivo disseminar essas perspectivas para outros pesquisadores / leitores, uma vez que, até o momento prévio ao mestrado, eu tampouco havia tido contato com elas.

Desse modo, tendo definido as alianças, a seguir apresentarei os caminhos escolhidos (as escolhas teórico-metodológicas adotadas), centrais à sustentação da pesquisa, buscando conjugar a teoria e minhas experiências, percepções e interações, uma vez que parto do pressuposto da não separação entre teoria e prática.

4 CAMINHOS: TRAÇANDO O CAMINHAR

Partindo dos pressupostos de pesquisa e linguagem como intervenção, é possível dialogar, portanto, com as considerações de Bakhtin (2003) sobre língua, sujeito e sociedade. Segundo ele, a língua não ocorre por si mesmo, mas sempre pelas práticas e normas sociais através de formas “relativamente estáveis” de enunciados (BAKHTIN, 2003, p. 262). Relativamente estáveis uma vez que são construídas historicamente e podem modificar-se, deixar de existir ou ainda abrir espaço para outros gêneros.

Sendo assim, como ressaltam Zago e Costa-Hübes (2013), os gêneros são a materialização dos enunciados que, por sua vez, recorrem a eles para se organizarem e atingirem seu propósito comunicativo. As autoras acrescentam ainda, que o que determina a escolha de um gênero em uma manifestação discursiva é o “querer dizer” do locutor a partir do lugar social (esfera) de onde fala, influenciado pelo momento e lugar de interlocução, pelo suporte e veículo de circulação do gênero e, é claro, pelo(s) interlocutor(es) (ZAGO; COSTA-HÜBES, 2013, p.67).

Em outras palavras, como acentua Maingueneau (2006 *apud* DEUSDARÁ, ROCHA; ARANTES, 2016), não é possível referir-se genericamente a uma língua que não esteja marcada pelo posicionamento que seus usos contribuiriam para constituir. Neste sentido, dialogando com a perspectiva polifônica de Bakhtin (2013), um texto não possui significados próprios, que não estejam integrados, e em consonância com o posicionamento no qual se sustenta.

Desse modo, a maneira como eu, ou como os participantes da pesquisa usam a língua, faz parte dos sentidos dos enunciados produzidos. Portanto, quais são os agenciamentos aos quais nos filiamos? Quais são os posicionamentos, assumidos no campo discursivo, que sustentam essas enunciações e que constituem essa língua falada por nós?

Esses questionamentos constroem-se a partir da noção de código de linguagem (Maingueneau, 2001), que se apresenta como mais um dispositivo de construção de posicionamento(s) no campo discursivo, lidando com uma mescla de línguas em sua pluralidade de registros, como modo de apropriação da linguagem (DEUDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2016). À vista disso, como destaca Maingueneau (2006 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2016), não se poderia conceber uma

língua em um estado anterior aos seus usos efetivos, inscritos num espaço institucional delimitado. (...) [a língua] intervém na interação e se constitui como parte integrante desse processo.

Trata-se, portanto, de uma realidade polifônica, na qual o discurso é perpassado por diversas vozes, através de enunciados atravessados pelas palavras de outro(s). Como sinala Molon (2000, [s.d.]), ancorada na perspectiva de Vygotsky de sujeito e subjetividade, o Eu se constrói na relação com o Outro, uma vez que o contato com os outros sujeitos permite o reconhecimento do outro e, por meio disso, o autoconhecimento. Assim, estabelece-se, o lugar de si e o lugar do outro.

Lugares esses verificáveis na fala de um aluno venezuelano da turma em que eu dava aula que, ao me ouvir dizer que não gosto de cerveja e do calor, afirma *Eu só estou no Rio de Janeiro há 6 meses, mas eu me sinto mais carioca que você*. Há, assim um jogo de imagens entre a imagem que o sujeito tem dele, a que ele tem do outro (todo carioca gosta de cerveja) e a que ele faz de si (venezuelano que gosta de cerveja, portanto, se torna carioca) a partir da imagem construída sobre mim (se não gosta de cerveja, não é carioca, portanto, eu (venezuelano) sou mais carioca que você).

Talvez possa haver um estranhamento, nos leitores desse trabalho, pela presença de diálogos que se deram entre mim e os alunos durante minha experiência como professora. No entanto, a ação de explicitar as minhas vivências, a partir da revisitação às minhas memórias, marca-se como posicionamento teórico uma vez que eu, enquanto professora e pesquisadora, não sou tão somente a telespectadora das experiências vividas e da pesquisa, mas estou implicada (no caminho percorrido nessa dissertação, nas escolhas que foram ou deixaram de ser feitas, nas análises dos questionários etc.). Como afirmam Aguiar e Rocha (2007),

todo pesquisador está irremediavelmente implicado no tipo de conhecimento produzido, com os consentimentos que sua prática sugere. “Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar.” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 656).

Dessa forma, parto do pressuposto da irremediável implicação do pesquisador no tipo de conhecimento produzido, e defendo que uma pesquisa não tem que ser imparcial (imparcialidade essa que é socialmente construída, por exemplo, pelas tradições da ciência moderna, a fim de camuflar ou apagar as

instituições, as relações de força existentes e o vínculo do pesquisador com o campo sócio-histórico).

Pelo contrário, como ressaltam Arantes e Deusdará (2017), o diálogo e a negociação de sentidos com o campo já se iniciam no momento mesmo da elaboração de objetivos, de escolha dos instrumentos de captação de textos, de articulação de referenciais teóricos (VARGENS *et al*, 2008, p. 161 *apud* ARANTES; DEUSDARÁ, 2017, p. 797). Deste modo, ao escolher determinado instrumento metodológico, ao apresentar (ou não) os resultados obtidos, torno possível a análise das minhas implicações com as redes de diálogo em funcionamento no processo da pesquisa.

Voltando às referências que constituem o meu quadro teórico, uma vez que, como já mencionado, esta pesquisa está ancorada na perspectiva cartográfica, ela teve por referência basilar o livro *Análise Cartográfica do Discurso dos professores Bruno Deusdará e Décio Rocha* (2021), e as aulas lecionadas por eles no curso Estudos Discursivos (2º semestre de 2021 na UERJ), cujo objetivo foi trabalhar cada capítulo do mencionado livro. Assim, durante os encontros, construiu-se um diálogo coletivo, entre os autores-professores e a turma, em torno dos temas abordados no livro e, assim, alianças foram sendo formadas e uma rede discursiva (em permanente construção) tem sido composta.

Ademais, os livros “Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010) e “Cartografia Sentimental” (ROLNIK, 2011), têm se apresentado como norte no trajeto que tenho percorrido à realização de uma pesquisa que possa expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 2011, p. 23).

Sendo o principal objetivo dessa pesquisa mapear e construir reflexões acerca dos atravessamentos / dispositivos que são mobilizados nos processos de construção das subjetividades dos sujeitos venezuelanos na condição de refugiados, a noção de etos discursivo (MAINGUENEAU, 2005) traz grandes contribuições para a análise, uma vez que a partir dessa noção é possível refletir acerca das influências do Outro (e do próprio contexto) sobre esses sujeitos e de que maneira tais interferências influenciam no processo de construção de suas subjetividades. Ressalto, no entanto, que, em sintonia com o que defendem os autores Deusdará, Rocha e Arantes (2019) no artigo “Do ethos ao etos: um conceito em h e sem

determinantes”, adotarei a grafia “etos” ao abordar esse conceito, numa iniciativa de conferir “cidadania brasileira” ao termo.

Abordando, novamente, a questão do etos, no artigo teórico “A propósito do ethos”, texto introdutório do livro “Ethos discursivo”, de Motta e Salgado (2008), Dominique Maingueneau chama a atenção para as dificuldades em se trabalhar com a noção de etos, pelo fato de ela ser muito intuitiva. Segundo o autor, a ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial. Sendo assim, esta noção constitui uma dimensão de todo ato de enunciação. Portanto, é preciso que sejam levadas em conta questões como: 1) por qual disciplina estou mobilizando essa noção; 2) no interior de que rede conceitual; 3) com que olhar.

Há, ademais, outra questão que, a meu ver, é um fator complicador para se trabalhar com o conceito de etos, que são suas diferentes categorias (etos pré-discursivo (também denominado etos prévio), etos discursivo, etos dito, etos mostrado). (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019). Desse modo, em alguns casos, por exemplo, o etos discursivo coincide com o etos mostrado. Para exemplificar, os autores recuperam a acepção de etos trazida por Maingueneau (1995 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019):

A eficácia desses *ethé* está, precisamente, vinculada ao fato de que de certo modo eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado. O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não *diz* que é simples e honesto, *mostra-o* através de sua maneira de se exprimir (MAINGUENEAU, 1995, p. 137-138 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 4).

Desse jeito, a partir da teorização explicitada acima, Deusdará, Rocha e Arantes (2019) ressaltam a percepção de um único sentido para etos: “uma certa compleição que o enunciador mostra de si sem o dizer explicitamente, apenas pelo modo como enuncia”. Assim, continuam os autores, “o etos coincide com o que veio a ser chamado de etos mostrado, ou seja, o enunciador mostra o que é por intermédio de seu modo de enunciar, sendo, por conta disso, preferível a etos discursivo” (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 4 - 5).

Deusdará, Rocha e Arantes (2019) retomam o conceito original de etos que o restringia ao que foi chamado de etos mostrado. Segundo eles, o etos nada tinha a ver com o que o enunciador dizia explicitamente de si próprio,

e sim com o modo pelo qual era capaz de enunciar. O que se chamou (indevidamente) de etos dito corresponde a fenômenos inscritos na materialidade da língua que podem, com toda a propriedade, ser abordados por uma outra “entrada” oferecida pela semântica global de Maingueneau: o vocabulário (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 5).

Desse modo, o vocabulário seria por definição o dispositivo discursivo que se prestaria a dar conta do dito, do inscrito na materialidade da língua. Ainda segundo os autores, ao atribuir tal responsabilidade ao dispositivo do vocabulário, avançamos na articulação entre o que se expressa no plano do dito e as coerções impostas pelos variados suportes e pelos regimes de enunciação (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 6).

Portanto, uma vez que o conceito de etos discursivo é polissêmico, em consonância com a retomada à monossemia do conceito de etos proposta por Deusdará, Rocha e Arantes (2019), me ateei à categoria de etos mostrado. Dessa maneira, priorizarei não a possibilidade de se dizer um “perfil (individual?) de enunciador”, mas de se mostrar a coerência da própria enunciação com um certo caráter e uma corporalidade, (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 8), isto é, de esquemas que definem uma maneira de “habitar” seu corpo de enunciador e, indiretamente, de enunciatário (MAINGUENEAU, 2008, p. 92).

Quanto ao plano do pré-discursivo, ou seja, dos conhecimentos prévios, Deusdará, Rocha e Arantes (2019), salientam que há, com efeito, saberes prévios que predispõem o leitor a assumir uma determinada posição em relação ao texto. Contudo, tais saberes prévios só podem ser captados à medida que são atualizados no texto em análise pela retomada de vozes que reconhecemos nesse passado pré-discursivo.

Ou seja, o pré-discursivo somente ganha realidade ao ser materializado em um novo texto, quando um etos também se constitui, e por essa razão julgamos não proceder a manutenção de uma categoria de etos pré-discursivo. Na verdade, as pistas para a construção de tal etos pré-discursivo não seriam senão impressões, reminiscências de debates havidos no passado, cujos efeitos só ganham força por ocasião da construção de um novo texto que as regate. Tal resgate se dá massivamente por meio do interdiscurso (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 9).

Interdiscurso entendido como “jogo de reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória”

(MAINGUENEAU, 2004, p. 286 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 9). Para exemplificar, é como se uma pessoa estivesse andando e, ao mesmo tempo, apagando seu rastro na areia da praia.

Não obstante, ainda que eu tenha optado por trabalhar a partir de uma perspectiva diferente da perspectiva proposta por Maingueneau (que divide a categoria de etos em várias subcategorias), o teórico apresenta três princípios, os quais, independentemente do modo como podem ser explorados nas suas diversas problemáticas, figuram como princípios mínimos sobre o etos:

1. o ethos é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
2. o ethos é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
3. é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determina conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2008, p. 17).

No caso dessa pesquisa, a situação de comunicação se dá através da participação no questionário. Dessa maneira, a partir da maneira como as enunciações são construídas por seus enunciadores, é possível analisar o modo como essas pessoas se colocam sócio-historicamente, através de seus posicionamentos, de suas filiações, de suas experiências positivas e negativas etc.

Portanto, não se trata tão somente do que elas dizem, mas de como elas dizem, e de como esse dizer é marcado discursivamente. Ademais, uma vez que a noção de etos vincula “modos de dizer” e “modos de ser” na linguagem, ela guarda articulações importantes com a noção de subjetividade (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019, p. 2). Subjetividade que, como já mencionado, não está circunscrita a um plano individual, identitário do sujeito, mas que é marcada pela diversidade, pela multiplicidade dos modos de ser e estar no mundo.

Retomando a questão do questionário, uma vez que ele é anônimo, há uma interlocução “direta” dos participantes com suas vivências e consigo mesmo. Além disso, o fato de o questionário estar em espanhol faz emergir a imagem de um enunciator-pesquisador próximo, que quer estabelecer um diálogo, por intermédio da sua língua (espanhol). Essa escolha se justifica, ademais, pelo fato de eu desconhecer os participantes. Assim, ao não saber o nível de letramento deles, se eles estão familiarizados (ou não) com o gênero questionário, por exemplo,

respondê-lo em português poderia ser mais uma barreira para o desenvolvimento das respostas escrita deles.

O questionário é, então, um espaço de devires, que coloca em dis(curso) enunciados que, em outros contextos, são coibidos, retraídos, julgados, configurando-se, assim, como um espaço de resistência, de ressignificação, de diálogo, um alto-falante (no subcapítulo 5.1 explicarei o porquê dessa nomenclatura) dessas pessoas. Uma vez que invisto no mapeamento do caminho percorrido nessa pesquisa, a partir da perspectiva cartográfica, a seguir seguirei apresentando as escolhas teórico-metodológicas feitas por mim e suas justificativas.

4.1 Mapeando processos: por uma perspectiva cartográfica de pesquisa

Essa pesquisa é construída e constituída por encontros dialógicos, de trocas e de afetos. Por conseguinte, é através desses diversos diálogos que me proponho a construir pontes, a partir da perspectiva cartográfica. Desse modo, como campo produtor de sentidos à análise, optei por trabalhar com questionários, feitos com alunos venezuelanos, do projeto de Português com Refugiados, que são a maioria (numericamente) no curso.

Uma vez que a cartografia trabalha com o acompanhamento de processos (que não são lineares e que se caracterizam pelo confronto de forças que atuam sobre nós enquanto sujeitos sociais), proponho-me, através da minha escrita, das minhas experiências e da revisitação à minha memória, a percorrer um caminho teórico-narrativo, para que, assim, esse trajeto possa ser transitado por tantos quantos tiverem contato com esse trabalho. Esse mapeamento contribui para o entendimento de que a dissertação não é apenas um produto final, mas, se constitui enquanto potência produtora de novos sentidos e enunciados, a partir do seu processo de construção.

Por conseguinte, na contramão do que planteia a ciência moderna que busca neutralizar os vínculos do pesquisador à pesquisa a fim de encontrar essências / verdades, e dialogando com as pistas do método cartográfico, apresentadas no livro “Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de

subjetividade”, mais especificamente a pista 1, apresentada por Passos e Barros (2010), que, baseada na contribuição da análise institucional, discute a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade quanto do pesquisador (PASSOS; BARROS; ESCÓSSIA, 2010, p. 14).

Sigo, portanto, pelo caminho no qual toda pesquisa é intervenção. Desta forma, eu enquanto pesquisadora não estou apenas agindo sobre a minha pesquisa, mas estou implicada nessa experiência em que afeto e sou afetada por ela. Assim,

conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos (PASSOS; BARROS, 2010, p. 30).

À vista disso, durante esse trabalho, a cartografia não tem sido somente a perspectiva analítica adotada, mas também, como afirma Rettich (2020), um dispositivo de produção de subjetividade sobre mim mesma enquanto professora-pesquisadora que, ao estar em contato, mapear e analisar as demandas trazidas pelos alunos para além do âmbito do ensino do português, já não sou apenas a professora, mas também a aluna-aprendiz, a amiga-confidente, a Ana. Não sou uma. Sou muitas. Do mesmo modo, ao escrever sobre esses processos, produzo novos enunciados que também se constituem como dispositivos de produção de subjetividade para quem for ler (RETTICH, 2020, p. 5432).

Dado que que é através do mapeamento das minhas escolhas ao longo do processo da pesquisa que ela se constrói e se constitui, a seguir explicitarei como se deu o processo de submissão desse trabalho à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ (COEP), visto que, na maioria dos casos, essa etapa é obrigatória quando se faz pesquisa (entrevistas) com pessoas. Assim, buscarei analisar, criticamente, esse processo.

4.2 Conselho de Ética em Pesquisa: detalhamento do percurso e reflexões sobre o processo de submissão ao COEP

Antes de começar a narrar como se deu o processo de submissão desse trabalho ao COEP, é necessário contextualizar o que é a Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ, também conhecido como Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e qual é o seu objetivo. De acordo com o próprio *site* da Comissão²⁵, ela foi instituída pela Deliberação Nº 26/2003/SR-2 como uma instância colegiada, autônoma e independente da administração da Universidade.

Além disso, como aponta o mencionado *site*, a Comissão está vinculada à Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UERJ (PR-2), e cadastrada junto à Comissão Nacional de ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (CONEP). À vista disso, surge o questionamento: Qual é o objetivo da Comissão? De acordo com o *site*, a Comissão visa apoiar as atividades de pesquisa, avaliando e acompanhando os projetos em seus aspectos éticos, garantindo o respeito à integridade e à dignidade dos seres humanos envolvidos, ou seja, dos participantes da pesquisa.

Assim, o primeiro passo do processo para a submissão da pesquisa ao COEP se dá através do cadastro que o pesquisador faz na Plataforma Brasil²⁶. Após o cadastro, no qual são requeridos dados pessoais, assim como foto de identificação e currículo anexados à plataforma, inicia-se o processo de inserção dos dados da pesquisa: Título da pesquisa; nome do pesquisador principal (responsável); vinculação da pesquisa a uma Instituição de Pesquisa (no caso, vinculei à UERJ); Unidade (Instituto de Letras).

Em seguida, é perguntado, durante o cadastro, se a pesquisa envolve seres humanos, na qualidade de participante da pesquisa, individual ou coletivamente de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dela, incluindo o manejo de informações ou materiais. Posteriormente, são feitas perguntas voltadas para pesquisas do âmbito da saúde (ver figura 16 em anexo). Essa etapa é muito criticada por pesquisadores, uma vez que acaba classificando as pesquisas de diversas áreas, como das ciências sociais e humanas dentro da mesma linha rígida das ciências biomédicas, como se fossem estudos clínicos, pesquisas sobre genética, uso de placebo ou experimentos laboratoriais com humanos (SANTOS, 2013, p. 364).

²⁵ Disponível em: <http://www.pr2.uerj.br/sr2/coep/>. Acesso em 27/02/2023.

²⁶ Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Acesso em: 27/02/2023.

Posteriormente, é requerido o desenho da pesquisa, no qual se expõe a metodologia que será aplicada na pesquisa, a que / quem será aplicada a abordagem metodológica etc. Na aba financiamento, por sua vez, é preciso registrar o patrocinador da pesquisa. Ressalto que a bolsa de estudo da CAPES não é considerada um financiamento da pesquisa, visto que ela é um subsídio para o pesquisador, e não diretamente à pesquisa. Sendo assim, a bolsa não deve ser registrada no sistema.

A partir desse passo, portanto, detalha-se a pesquisa: resumo; introdução; hipótese; objetivo primário (principal objetivo da pesquisa); objetivo secundário (objetivos específicos); metodologia; critérios de inclusão (venezuelanos; maiores de 18 anos; residentes no Rio de Janeiro); critérios de exclusão (não venezuelanos; menores de idade; moram há menos de 1 ano no Brasil / RJ); riscos (uma vez que lidamos com uma questão difícil e dolorosa para o participante, a questão do refúgio, ele poderia se sentir emocionalmente comovido / desestabilizado ao responder às perguntas); benefícios (entender mais profundamente como esses sujeitos se veem e se sentem estando no Brasil; ressaltar e dar visibilidade à questão do refúgio e do refugiado no Rio de Janeiro); metodologia de análise dos dados (dispositivos do método da cartografia a fim de mapear o processo de construção da subjetividades desses sujeitos por meio da análise do vocabulário e das escolhas sintáticas dos participantes, das condições de enunciação etc. Por fim, há o desfecho primário, atrelado ao objetivo principal da pesquisa, e o secundário (que é opcional), como é possível verificar em anexo (figura 17).

Quanto ao desfecho primário inicial, no caso dessa pesquisa, busquei refletir e entender melhor as dificuldades pelas quais os venezuelanos passam estando no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, bem como suas perspectivas de futuro. Além disso, a pesquisa não pretendeu restringir-se ao campo da Linguística ou das Letras, mas também estabelecer diálogos com áreas como a Psicologia, a História, a Sociologia, criando, assim, uma rede de novos enunciados e interações. Ademais, a Plataforma Brasil solicita o número de participantes da pesquisa:

Figura 7 – Cadastro do número de participantes da pesquisa

*** Tamanho da Amostra no Brasil:**

Participantes da Pesquisa

Fonte: Plataforma Brasil. Disponível em:
<https://conselho.saude.gov.br/> . Acesso em: 27 fev. 2023.

Portanto, se o pesquisador coloca 10 participantes no questionário e, durante a pesquisa, 18 pessoas participam, as 8 pessoas a mais não poderão ser consideradas. Sendo assim, é aconselhável que o pesquisador coloque sempre um número a mais de participantes (20 participantes, por exemplo). Dessa forma, se apenas 10 pessoas participarem, não haverá problema, porque ainda estará dentro do número de participantes registrados no questionário de submissão do projeto.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é outra etapa fundamental. Esse documento apresenta a pesquisa aos participantes: título da pesquisa, objetivos, riscos. Para exemplificar, no caso dessa pesquisa, ela trata de um tema caro, doloroso para eles, a questão do refúgio. Sendo assim, eles poderiam se sentir emocionalmente comovidos ao responder às perguntas, por exemplo. Desse modo, ressaltai no TCLE que os questionamentos feitos foram pensados neles, em que você são e nas suas trajetórias. Portanto, o objetivo não foi desestabilizá-los, mas entender como eles se veem e se sentem estando no Brasil. Salientei também o fato de a pesquisa não ser remunerada. O TCLE precisaria ser assinado pelos participantes e anexado à Plataforma Brasil.

No entanto, diante das possíveis dificuldades por partes dos participantes da impressão, assinatura e digitalização do documento, a solução encontrada por minha orientadora e eu foi colocar o TCLE (traduzido por mim para o espanhol) anexado no próprio questionário da pesquisa. Assim, antes de responderem às questões, os participantes precisaram ler e aceitar o TCLE, sendo esse campo obrigatório para o prosseguimento da participação deles nas questões seguintes (ver anexo, figura 18).

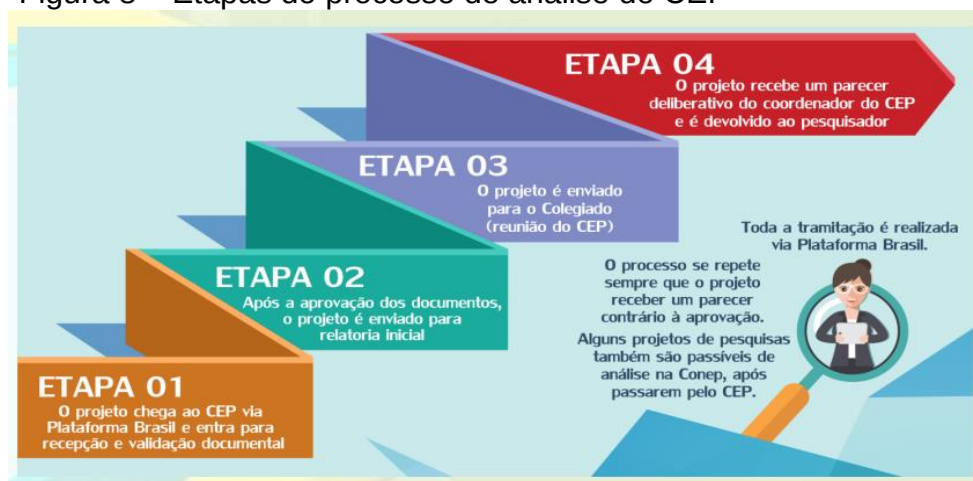
É solicitado também o cronograma de execução (de quando a quando será realizada), o orçamento financeiro (quanto gastará), e a bibliografia da pesquisa. Em seguida, a penúltima etapa solicita a impressão da Folha de Rosto, disponível em

anexo (figura 19), que deve ser assinada pelo pesquisador e pelo diretor do Instituto (no meu caso, de Letras), e anexada à plataforma.

Dando continuidade, é requerido uma série de outros documentos, como a Brochura da pesquisa, em que basicamente, o pesquisador insere o seu pré-projeto, que precisa ser assinado tanto pelo orientador quanto pelo diretor do Instituto onde você pesquisa, o Orçamento, o TCLE etc. Tendo anexado todos os arquivos solicitados, aceita-se os termos explicitados e a submissão é enviada.

Após o envio, o projeto passa pelas seguintes etapas:

Figura 8 – Etapas do processo de análise do CEP



Fonte: Manual de Usuário, Plataforma Brasil, [20--], p. 42.²⁷

Desse modo, como apontam Batista, Andrade e Bezerra (2012, p. 151), os projetos chegam à secretaria nomeada pelo CEP, que os distribui a seus membros e coordenador, e todos recebem por e-mail o aviso de assuntos na plataforma. É válido ressaltar, que os membros que fazem parte da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) são indicados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS) (SANTOS, 2013, p. 364).

Após a análise do projeto, os relatores emitem um parecer. Posteriormente, os projetos são encaminhados para a avaliação dos demais membros do CEP. As reuniões são feitas mensal ou quinzenalmente, dependendo da quantidade de projetos a serem analisados. No caso da minha submissão, após passar por todas essas etapas, o projeto recebeu parecer favorável.

²⁷ Disponível em: <http://www.pr2.uerj.br/sr2/coep/downloads/documentos/SUBMISSAO.PDF>. Acesso em: 27/02/2023.

No entanto, dependendo do caso, os membros elaboram parecer consubstanciado, definindo o projeto como “aprovado”, “aprovado com recomendações”, “pendente” e “não aprovado” (BATISTA, ANDRADE e BEZERRA, 2012, p. 153). O *status* do processo é acompanhado através da própria Plataforma Brasil. No meu caso, todo esse processo de submissão, desde o início do preenchimento da plataforma, até o parecer positivo, durou em torno de 3 meses.

Através do mapeamento dos passos percorridos à submissão do projeto ao COEP é perceptível que, se trata de um processo complexo, que tem muitas etapas e que muitas vezes é demorado. Ao recorrer à literatura sobre o processo de submissão das pesquisas ao COEP, são encontrados apontamentos, a meu ver interessantes, que suscitam a reflexão sobre a pertinência (ou não) de determinadas etapas desse processo, bem como a rigidez de todo o processo (trabalhos de todas as áreas são submetidos aos mesmos questionários), impostas pelas etapas da Plataforma Brasil.

Para exemplificar, Santos (2013, p. 365) dá dois exemplos: (a) uma pesquisa sobre representações sociais entre pacientes internados em leitos de longa permanência ou cuidados continuados; (b) uma pesquisa sobre memórias ou histórias de vida de velhos sanitaristas dos tempos de Getúlio Vargas. Assim, na etapa de inserção da metodologia,

a possível utilização de entrevistas “semiestruturadas” exigiria do pesquisador que submetesse seu procedimento metodológico à aprovação “prévia” dos questionários com perguntas abertas e fechadas. (Aqui, a confusão entre “método” e “ética” é, aliás, evidente). Uma vez aprovado, o modelo proposto fica “congelado”, sem possibilidade de revisão – salvo se o Projeto de Pesquisa for novamente submetido aos membros do Comitê (SANTOS, 2013, p. 365).

A partir desse engessamento, portanto, não há espaço para o inesperado, para as interações que podem surgir entre o pesquisador e o participante. É preciso seguir o *script*, o que foi aceito / validado previamente pelos pareceristas. Como salienta Santos (2013), estudos baseados na pesquisa-ação tornam-se impossíveis; pesquisas que contemplem a observação participante ou entrevistas não estruturadas são tolhidas; a própria rejeição do imprevisto ou do acaso, como instâncias que produzem descobertas e insights, torna-se um impeditivo à livre criação ou à produção das ciências sociais (SANTOS, 2013, p. 365). À vista disso, todo esse processo acaba se tornando uma camisa de força para o desenvolvimento

teórico-metodológico da pesquisa, na área das ciências humanas e sociais, por exemplo.

Oliveira (2003) chama atenção, ademais, à diferença entre a “pesquisa biomédica”, realizada em seres humanos, e “pesquisa social”, feita com seres humanos. No caso da pesquisa em seres humanos,

a relação com os sujeitos, objeto da pesquisa, tem como paradigma uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias e, por tratar-se de cobaia de tipo diferente, é necessário que esta condição de cobaia seja relativizada. É neste contexto que o consentimento informado se constitui em uma exigência não só legítima, mas da maior importância. Já no caso da pesquisa com seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou sujeito de interlocução) (OLIVEIRA, 2003, p. 3).

Dessa maneira, uma vez que não se trata de sujeitos passivos, apáticos ao momento de interação / enunciação, tampouco deve ser fixa a metodologia, através da qual o pesquisador trabalhará com os participantes da pesquisa. Por meio dessas pessoas, novos enunciados, sentidos emergirão, para além da metodologia usada. Para finalizar, Santos (2013) propõe, como possibilidade, a sujeição de trabalhos que não sejam das áreas biomédicas à comitês em ciências humanas e sociais, uma vez que esses trabalhos exigem avaliação ética (e por que não, metodológica) distinta(s).

Finalmente, antes de partir às análises do *corpus*, a partir das concepções teóricas discutidas nos capítulos anteriores, o capítulo a seguir se centrará na apresentação da metodologia usada à construção do *corpus*, o questionário. Assim, explicitarei como se deu o processo de estruturação do roteiro do questionário, a aplicação do formulário piloto, as alterações feitas e os motivos dessas mudanças.

5 PERCURSO: RELACIONANDO TEORIA E PRÁTICA

Pesquisar é percorrer caminhos heterogêneos, sinuosos, singulares. Sendo assim, essa trajetória não segue um fluxo contínuo, mas é composta por retomadas, por reformulações e por contínuos diálogos. É assim, neste ir-e-vir, que nós (leitores, pesquisadores, professores) nos encontramos (e nos perdemos), em meio as nossas pesquisas.

Esse trabalho, portanto, começou muito antes da análise do *corpus*. Iniciou-se já lá em 2018, quando comecei a dar aula no curso Português com Refugiados, ofertado pela Cáritas-RJ, em parceria com a UERJ. O que a princípio configurava-se para mim como uma sala de aula, na qual eu era a professora, ao longo do tempo foi se ampliando para um lugar de experiências, de trocas e de afetos. Essa interação se expandiu (literalmente) para fora da sala de aula: muitos alunos eram meus vizinhos (em Vila Isabel), passavam por mim na rua todos os dias, me perguntavam como eu estava. Desse modo, busquei construir essa pesquisa a partir de uma metodologia que mantivesse a interação já existente entre nós, ao longo dos anos.

Quanto a concepção metodológica que norteou as análises dessa pesquisa, foi de natureza qualitativa. Como ressalta Godoy (1995), ao contrário das pesquisas quantitativas, nas quais o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *à priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas, cuja preocupação é a medição objetiva e a quantificação dos resultados, nas pesquisas qualitativas, o pesquisador

parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Dessa maneira, é a partir dos fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, que o pesquisador constrói sua interpretação a partir dos enunciados em análise. Dentre as características de uma pesquisa de natureza qualitativa estão: 1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; 2) a pesquisa é descritiva; 3) o

significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; 4) o enfoque utilizado na análise dos dados é indutivo (GODOY, 1995, p. 62-63).

À vista disso, vali-me do questionário como ferramenta metodológica (me aprofundarei mais sobre o questionário como possibilidade metodológica no subcapítulo a seguir). Esses questionários foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Ética em Pesquisa (UERJ). Não obstante, ressalto que não comungo das perspectivas que consideram a entrevista / questionário enquanto ferramenta ou técnica de captação / coleta de informação ou da verdade, sendo o entrevistado a “autoridade” da sua fala. Em conformidade com Rocha, Sant’Anna e Daher (2004, p. 167), minha opção por trabalhar com entrevista / questionário justifica-se pela singularidade das práticas de linguagem que autoriza – práticas que implicam uma dada configuração de coenunciadores que, a partir de lugares enunciativos determinados e sob coerções específicas, serão capazes de produzir um texto²⁸.

Retomando as questões sobre questionário, a partir das respostas dos participantes no questionário, novos enunciados foram construídos, atualizados, em um processo de co-construção de sentidos. Dessa maneira, partindo das contribuições dos autores Rocha, Sant’Anna e Daher (2004), pautei-me em três momentos distintos, os quais me guiaram, previamente, durante e após os questionários:

1. o momento da preparação da entrevista: momento em que, lançando mão dos saberes que possuímos acerca do outro e com base em objetivos determinados, produzimos uma espécie de “roteiro” condutor de algo que se poderia considerar uma “interação antecipada” com o outro que se pretende entrevistar;
2. o momento da realização da entrevista: situação que estará assentada nas bases definidas por um roteiro, responsável por atualizar, sob o signo da interação entrevistador – entrevistado, textos já produzidos anteriormente em diferentes situações de enunciação;
3. o momento que se segue à entrevista: situação na qual o pesquisador estará em condições de finalmente decidir sobre um corpus sobre o qual trabalhará, a partir do conjunto de textos produzidos (ROCHA; SANT’ANNA; DAHER, 2004, p. 177-178).

Desse modo, o roteiro foi pensando e dividido em cinco eixos:

²⁸ A enumeração da citação foi feita a partir da referência do artigo “A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva”, que vai da página 161 até a 180. À vista disso, na ausência do arquivo já numerado (não encontrado), calculei as páginas manualmente, a partir da referência mencionada.

- I. Quebrando o gelo (composto por 3 perguntas mais amplas): tempo de estadia no Brasil, idade e gênero. Essas perguntas foram feitas a fim de deixá-los mais à vontade, e com o intuito de se analisar como pessoas de idades e gêneros diferentes, vivenciam a experiência do refúgio e de resignificação de si.
- II. Falando sobre a trajetória (formado por 1 pergunta): nesse eixo objetivei entender o que os levou a escolher o Brasil como destino. Além disso, o participante precisou olhar para o passado, e fazer uma retrospectiva de sua jornada.
- III. Falando sobre os desafios (composto por 4 perguntas): nesse momento, não se olha mais para o passado, mas para o presente: o que eles têm enfrentado “hoje”. Assim, as perguntas são voltadas principalmente à questão da inserção no mercado de trabalho. Isso porque uma das grandes frustrações apresentadas pelos alunos durante as aulas é a falta de oportunidade de trabalhar em suas áreas de formação. Assim, visei verificar (ou não) essa realidade, os desafios enfrentados por eles, e como isso os afeta enquanto sujeitos / indivíduos, e contribui à construção de suas subjetividades.
- IV. Expressando-me: Como me vejo? (formado por 2 perguntas): uma vez que esta pesquisa objetiva entender o processo de (re)construção das subjetividades dos venezuelanos no contexto de refugiados, levando em conta sua história, suas vivências, a imagem que eles têm / projetam de si e as relações de forças atuantes neste contexto de refúgio, busquei neste eixo, provocá-los, deslocá-los, fazê-los pensar e olhar para dentro de si: como se sentem? Como se veem?
- V. Relatando: o que faria diferente. (Constituído por 1 pergunta): Por último, tendo olhado para o passado e refletido sobre o presente, o último eixo projeta o olhar para o futuro. Em um contexto no qual o imigrante refugiado muitas vezes se considera invisível, sem voz, a pergunta “¿Te ves contemplado (en el ámbito de la salud, de la educación, del mercado de trabajo) por el actual gobierno brasileño?

¿Cambiarías algo referente al trato a los inmigrantes refugiados?”²⁹

assim como toda a pesquisa visa empoderá-los, oferecer-lhes um espaço de fala, dialógico, já que acredito que deste modo seria criada uma ferramenta de expressão para eles.

Por conseguinte, posteriormente à discussão de cada questão do roteiro com a minha orientadora, apliquei o questionário piloto com 11 perguntas, em espanhol, a fim de alinhar as perguntas do questionário aos objetivos da pesquisa. Assim, duas pessoas foram selecionadas para responder ao piloto. A escolha das participantes se deu pelo critério de proximidade: ambas são pessoas com quem mantenho contato próximo, através das redes sociais, e com as quais convivi no meu cotidiano antes da pandemia. Desse modo, contactei-as diretamente.

Assim como o questionário piloto, o questionário aplicado posteriormente, composto de 11 perguntas, também foi feito e respondido em espanhol. Por conseguinte, com o intuito de facilitar a leitura, a tradução de todas as sequências discursivas (SD) em análise estão nas notas de rodapé.

Inicialmente, o planejamento era fazer entrevistas *in loco*, uma vez que, por ser professora dos venezuelanos, eu tinha contato direto com eles no curso de português. No entanto, por conta da falta de vacina para todos, da chegada da nova variante Delta, da incerteza de quando o curso voltaria a ser presencial novamente, e dos riscos de transmissão do COVID-19, optei, juntamente com a minha orientadora, por trabalhar com questionário *online* através do *Google Forms*.

Dentre as vantagens de se trabalhar com o questionário *online* está, por exemplo, a praticidade: os participantes não precisaram se locomover, pegar transporte, gastar com alimentação etc., para participar da pesquisa, tornando a pesquisa, portanto, sem custo econômico. Dentre as desvantagens, estão a falta de interação com os participantes, que influencia no modo como a comunicação se constrói (não há comunicação direta), e a falta de possibilidade de reformulação das respostas dos participantes, visto que a participação foi feita anonimamente.

A divulgação, por sua vez, foi feita a partir de um vídeo gravado por mim o qual explicava a pesquisa e os convidava a participar. Vídeo esse que foi divulgado

²⁹ Tradução livre: Você se vê contemplado (no âmbito da saúde, da educação, do mercado de trabalho) pelo atual governo brasileiro? Você mudaria alguma coisa em relação ao tratamento aos imigrantes refugiados?

pela Cáritas-RJ no grupo dos alunos (*whatsapp*). Abro, nesse momento, dois parênteses: 1) O *script* do vídeo está disponível em apêndice (p. 183). 2) Visando a proteção desses sujeitos, os professores ou outras pessoas (externas à Cáritas-RJ) não têm acesso a esse grupo de *whatsapp*. Além disso, foi requerida a permissão da Cáritas-RJ, para que os alunos pudessem participar da pesquisa. Nesse sentido, o recrutamento, feito de modo *online*, não apenas agilizou o processo, como teve maior alcance, em termos de pessoas que tiveram acesso ao vídeo / recrutamento. No total, 10 pessoas participaram: 2 pessoas responderam ao questionário piloto, e 8 pessoas responderam ao questionário reformulado.

Por conseguinte, a partir da análise do *corpus*, considerando o gênero entrevista [no caso desta pesquisa, questionário] como dispositivo de retomada e condensação das várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores (ROCHA; SANT'ANNA e DAHER, 2004), busquei observar o uso de marcas discursivas a partir do vocabulário (MAINGUENEAU, 2008) e da sintaxe, empregados pelos participantes em seus enunciados. Por conseguinte, sendo o questionário a metodologia da pesquisa, a seguir discorrerei sobre esse instrumento metodológico, bem como suas especificidades enquanto dispositivo teórico-metodológico.

5.1 Questionário como possibilidade metodológica

Há diversas maneiras de se produzir um *corpus*. Dessa maneira, o *corpus* pode ser produzido a partir de textos / materiais já existentes, como, por exemplo, a partir de capítulos de livros, revistas, arquivos, ou, o pesquisador pode produzir seu próprio *corpus*, que será usado na pesquisa, como é o caso desse trabalho. Nesse sentido, Deusdará e Rocha (2021) ressaltam que embora seja muito comum o recurso a *corpus* solicitados pelo próprio pesquisador, como é o caso das entrevistas e dos questionários, há muita banalização desses dispositivos pelo fato de, em geral, não se realizar o trabalho de conceptualização necessário à captação de vozes que se consideram relevantes para a discussão de um tópico qualquer da atividade de pesquisa (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 144).

Desse modo, Deusdará e Rocha (2021) salientam que, ao invés de se reconhecer a complexidade do gênero entrevista ou questionário, que pode apresentar uma grande diversidade de “subgêneros”, negligencia-se a diversidade de funções e de objetivos perseguidos por cada modalidade – divertir, informar, entreter o público, avaliar. Para exemplificar, os autores mencionam que as entrevistas podem ser realizadas em programas de televisão, ou por profissionais de jornalismo, entrevistas realizadas em diferentes espaços de trabalho como etapa de processo de seleção de profissionais. Já os questionários, têm uma variação de suporte que inclui o questionário *online* [como é o caso dessa pesquisa], em suporte papel, em face a face, ou por contato telefônico (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 144-145).

Nesse sentido, ao abordar o questionário, é preciso levar em conta o contexto acadêmico de seu uso. Ou seja, a forma como ele é construído, formulado, é diferente da maneira como um questionário para mensurar a satisfação de um cliente, por exemplo, seria feito. Do mesmo modo, o público que o responde é outro: são pessoas que vivem em situação de refúgio, e que tem ciência que o formulário faz parte de uma pesquisa acadêmica, portanto, sua participação (respostas), no formulário, pode ser, de certa maneira, mais controlada / pensada, mais formulada, diferentemente do que aconteceria em uma entrevista, por exemplo.

Inicialmente, ao classificar o instrumento metodológico usado na pesquisa, empreguei variadas nomenclaturas: formulário, questionário, entrevista. Assim, durante a minha escrita, fui alternando indiscriminadamente esses termos, sem de fato ter conhecimento da diferença entre eles. Essa mistura, de nomenclatura, foi observada pela banca durante a qualificação. Afinal, o que eu estava mobilizando: formulário, questionário, entrevista? Com base nas minhas leituras percebi que estava usando um questionário.

Mas o que seria um questionário? Quais são suas características? Quais são as vantagens e desvantagens desse gênero? À resposta desses questionamentos me valerei do quadro-resumo, produzido por Oliveira *et al.* (2016), baseados em Andrade (2009). Além disso, tecerei comentários sobre alguns dos pontos mencionados tomando por referência o que foi feito nessa pesquisa:

Tabela 10 – Definição, características, vantagens e desvantagens de um Questionário

Definição	Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Comentário: As respostas foram dadas dentro do questionário <i>online</i> .
Características	Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Comentário: Todo o processo dos questionários (acesso ao questionário / respostas / envio) foi feito de modo <i>online</i>. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. Comentário: Antes das perguntas da pesquisa, foi apresentado, no cabeçalho do questionário, uma breve apresentação sobre mim, o que me levou a pesquisar sobre os venezuelanos na condição de refugiados, e os meus objetivos com a pesquisa. Além disso, foi anexado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo a aceitação do termo obrigatória para que as respostas dadas pudessem ser usadas. As perguntas devem ser claras e objetivas, a linguagem utilizada deve ser a mais clara possível, com vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos informantes, as perguntas não podem sugerir ou induzir as respostas, as perguntas devem manter uma sequência lógica.
Vantagens	a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados. b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente. c) Abrange uma área geográfica mais ampla. d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo. e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas. h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. Comentário: Não compactuo dessa visão do pesquisador imparcial, neutro, como já mencionado ao longo dessa pesquisa.

	i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento. l) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.
Desvantagens	a) Percentagem pequena dos questionários que voltam. b) Grande número de perguntas sem respostas. Comentário: No caso dessa pesquisa, as respostas às perguntas eram obrigatórias. O participante só poderia avançar para a próxima pergunta tendo respondido a anterior. c) Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas. d) Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas. e) A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente. f) Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra. g) A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização. h) O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação. i) Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões. Comentário: Não havia escolhidos, as pessoas participaram voluntariamente. j) Exige um universo mais homogêneo.

Fonte: Oliveira et al., [20--], 2016.

Como mencionado no capítulo anterior, no caso dessa pesquisa, o *link* do questionário foi enviado para os participantes através do *Whatsapp*. Após a participação deles, suas respostas ficaram guardadas automaticamente na minha conta (*Gmail*). Não foi estipulado um prazo à participação deles no questionário, mas foi incentivado que, os que tivessem disponibilidade, o fizessem assim que possível. Assim, as participações se deram dentro de duas semanas.

O questionário aplicado inicialmente (questionário piloto), foi uma ferramenta essencial para a pesquisa, uma vez que através dele foi possível reformular perguntas, evitando o que viria a ser uma desvantagem (como o contexto no qual uma questão acaba influenciando a outra, por exemplo). A partir do questionário piloto, minha orientadora e eu pudemos ter uma dimensão de como as questões estavam sendo recebidas, e entendidas pelos participantes etc. Isso porque, o

questionário piloto funciona como um “simulacro” do estudo que será realizado em sua totalidade.

Dessa forma, é por meio desse momento na pesquisa que é possível testar a adequação de todos os instrumentos e procedimentos contidos no método com vistas a possibilitar adaptações que se julguem necessárias para a coleta de dados definitiva (CANHOTA, 2008 *apud* ZACCARON; D'ELY; XHAFAJ, 2018, p. 31). Assim, apesar de serem tomados todos os possíveis cuidados na fase de planejamento da pesquisa, é no momento do delineamento e implementação do piloto que falhas antes imperceptíveis podem vir à tona (BAILER *ET AL.*, 2011 *apud* ZACCARON; D'ELY; XHAFAJ, 2018, p. 31). Outro ponto importante a se destacar é a necessidade de o público-alvo do questionário piloto ser semelhante ao público que participará da pesquisa.

Assim, ao analisar as respostas do questionário piloto, algumas me surpreenderam, pois não iam de encontro ao que eu gostaria de saber:

Figura 9 – Pergunta do questionário piloto

6) La entrevista de empleo es un momento de presentación de los candidatos en el cual ellos son evaluados según su experiencia y capacidades laborales. SITUACIÓN: Estás en una entrevista de empleo conversando con otros candidatos que de igual manera participan en el proceso de selección. ¿CÓMO TE VES MIENTRAS CIUDADANO / CANDIDATO ESTANDO EN ESTE CONTEXTO? (Ejemplo: Me veo como un buen candidato y con la misma posibilidad de conseguir el trabajo que ellos porque... / Me veo en desventaja y sin la misma posibilidad que ellos de conseguir el trabajo porque...)

2 respuestas

Me veo como un buen candidato y con la misma posibilidad de conseguir el trabajo que ellos porque siento que aún puedo trabajar y desarrollar mis capacidades.

Me veo en desventaja porque siento que no confían en nuestras capacidades profesionales a parte que si no eres fluente en ingles no vale nada.

30

Fonte: A autora, 2023.

³⁰ Tradução livre: 6) A entrevista de emprego é um momento de apresentação dos candidatos no qual eles são avaliados segundo sua experiência e capacidades laborais. Situação: Você está em uma entrevista de emprego conversando com outros candidatos que também participam no processo seletivo. COMO VOCÊ SE VÊ ENQUANTO CIDADÃO / CANDIDATO ESTANDO NESTE CONTEXTO? (Exemplo: Me vejo como um bom candidato e com a mesma possibilidade de conseguir o trabalho que eles porque... / Me vejo em desvantagem e sem a mesma possibilidade que eles de conseguir o trabalho porque...)

Resposta 1): Me vejo como um bom candidato e com a mesma possibilidade de conseguir o trabalho que eles porque sinto que ainda posso trabalhar e desenvolver minhas capacidades.

Resposta 2) Me vejo em desvantagem porque sinto que não confiam nas nossas capacidades profissionais além do que se você não é fluente em inglês não vale de nada.

Nessa questão, o meu objetivo não era que elas falassem sobre suas capacidades laborais, mas sobre suas experiências: eventuais dificuldades à inserção no mercado de trabalho por serem refugiados ou solicitantes de refúgio; eventuais casos de xenofobia, preconceito, por conta de sua nacionalidade, uma vez que a hipótese à pergunta é de que eles não entram no mercado de trabalho com as mesmas possibilidades que um cidadão brasileiro.

Sendo assim, juntamente com a minha orientadora reformulamos a pergunta: “6) Muchos venezolanos relatan sus experiencias en el proceso de búsqueda de inserción laboral en Brasil. Para tu inserción en el mercado laboral, ¿ser solicitante de refugio o presentarse como refugiado ayuda o dificulta? ¿Por qué?”³¹ Já em outro caso, as participantes se valeram dos exemplos usados na pergunta para respondê-la:

Figura 10 – Pergunta do questionário piloto

7) ¿Cuál es la mayor dificultad que has tenido hasta hoy en Brasil (el idioma; aspectos culturales; el empezar desde cero; etc.) y que has hecho para superarla?

2 respuestas

Anteriormente creía que el idioma era una barrera pero gracias al apoyo que nos ha brindado cáritas con el curso de portugués hemos podido de alguna manera superar esa barrera. Pero siento que aún hay mucha burocracia para revalidación de títulos.

Empezar desde cero... me he ido preparando muchísimo aprendiendo y estudiando lo que ahora me permite sustentarme.

32

Fonte: A autora, 2023.

Assim, os exemplos foram suprimidos uma vez que eles acabaram condicionando / limitando as respostas. Neste caso, o objetivo era que os participantes pudessem pensar amplamente sobre a maior dificuldade que já

³¹ Tradução livre: Muitos venezuelanos relatam suas experiências no processo de busca de colocação profissional no Brasil. Para a sua inserção no mercado de trabalho, ser um solicitante de refúgio ou se apresentar como refugiado ajuda ou atrapalha? Por que?

³² Tradução livre: 7) Qual é a maior dificuldade que você já teve até hoje no Brasil (o idioma; aspectos culturais; o começar do zero; etc.) e o que você fez para superá-la?

Resposta 1) Antes eu achava que o idioma era uma barreira, mas graças ao apoio que nos deu a Cáritas com o curso de português pudemos de alguma maneira superar essa barreira. Mas sinto que ainda há muita burocracia para a revalidação dos títulos.

Resposta 2) Começar do zero... me preparei muitíssimo aprendendo e estudando o que agora me permite me sustentar.

tiveram. Ademais, foi acrescida à pergunta: *¿Y qué fue más fácil para ti?*³³ A pergunta, então, deixou de ter apenas uma carga negativa, e passou a contemplar também o lado positivo da experiência destas pessoas.

A pergunta 7, por sua vez, passou a ocupar o lugar da pergunta 5. Essa mudança de posicionamento se deu, pois a pergunta 5 *¿Has podido trabajar en tu área? ¿En qué sector trabajabas en Venezuela? ¿Y en Brasil?*³⁴ aborda a questão do mercado de trabalho. Logo, havia a possibilidade de que o participante repetisse a resposta ao responder à pergunta 7. Dessa maneira, essa inversão teve por objetivo evitar que fossem dadas respostas repetidas.

Além disso, outra alteração feita no questionário foi a supressão da pergunta 8. Isso porque, como levantado pela minha orientadora, falar da nacionalidade pode gerar algum viés do tipo “minha experiência foi positiva porque a minha nacionalidade é positiva”. E, como já foi perguntado anteriormente (pergunta 7), a respeito de ser refugiado no Brasil, e os percalços que podem (ou não) existir, bem como na pergunta 9, a qual interroga se a pessoa já se sentiu excluída em algum contexto por não ser brasileiro, essa questão acabou tornando-se repetitiva.

Figura 11 – Pergunta do questionário piloto

8) ¿Cómo ha sido tu experiencia como sujeto venezolano en Brasil? ¿Ha sido más positiva o más negativa? ¿Por qué?

2 respuestas

Ha sido positiva, gracias a Dios!

Positiva, hemos tenido muchísimo apoyo lo que favorece en muchos sentidos, como el legal, moral y hasta económico.

35

Fonte: A autora, 2023.

³³ Tradução livre: E o que foi mais fácil para você?

³⁴ Tradução livre: Você já conseguiu trabalhar na sua área? Em que setor você trabalhava na Venezuela? E no Brasil?

³⁵ Tradução livre: Como tem sido sua experiência como sujeito venezuelano no Brasil? Tem sido mais positiva ou negativa? Por quê?

Resposta 1) Tem sido positiva, graças a Deus.

Resposta 2) Positiva, temos tido muitíssimo apoio o que ajuda em muitos sentidos, como o legal, moral e até econômico.

Por último, adicionamos ao questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em anexo, na íntegra, está a primeira formulação do questionário (figura 20), e como ficou (figura 21), após as modificações mencionadas.

Durante o processo de construção das perguntas do questionário, cuidados foram tomados por minha orientadora e por mim: evitamos fazer perguntas que pudessem ser respondidas com sim ou não (as respostas precisavam ser justificadas); não abordamos questões que, de algum modo, pudessem ferir os direitos humanos; evitamos perguntas que trouxessem um maior mal-estar aos participantes, tendo em vista o contexto de refúgio deles etc.

Partindo do pressuposto do questionário, como um dispositivo metodológico, destaco oito pontos, apontados por Deusdará e Rocha (2021), com os quais comungo, que o pesquisador precisa levar em conta ao trabalhar com entrevista / questionário em sua pesquisa:

1. [...] É preciso estar ciente de que o dito por um sujeito não corresponde à representação de uma verdade;
2. A situação de entrevista ou de questionário [como é o caso dessa pesquisa] não corresponde a uma “conversa neutra”;
3. É preciso distinguir entre os objetivos da pesquisa e os da entrevista / questionário: os saberes expressos por quem responde a uma entrevista ou a um questionário não podem ser confundidos com os saberes a serem produzidos pela pesquisa;
4. O recurso à entrevista ou ao questionário em uma atividade de pesquisa se justifica pela diversidade de saberes que se atualizam em textos circulando em espaços e suportes variados (impressos, conversas cotidianas, interações sistemáticas ou casuais [...], os quais são indicativos da existência de diferentes comunidades discursivas;
5. A interferência decorrente da presença de quem entrevista ou propõe o questionário é bastante direta, uma vez que se configuram situações de enunciação das quais resultam textos originais, registrados (por gravação ou pela escrita), frutos do encontro de pelo menos dois atores;
6. [Ao recorrermos ao questionário] [...] é porque não temos acesso imediato a uma determinada “massa de textos” que, de alguma forma, já deve existir (e cujo acesso não é imediato);
7. Considerando-se que só se dirige uma entrevista ou um questionário a quem efetivamente tem experiência acerca do tema investigado, ao fazê-lo, o pesquisador está, na realidade, provocando, num dado momento/espço, a atualização de textos que foram regularmente produzidos pelos sujeitos escolhidos em outros momentos/espços, como, por exemplo, em conversas cotidianas (em família, numa instituição de amparo a imigrantes etc.);
8. Os dispositivos entrevistas e questionários são, desse modo, geradores de uma grande economia de tempo e de esforços para o pesquisador, visto que seria extremamente difícil obter os dados de que precisa se tivesse que acompanhar o indivíduo que sabe a respeito do tema investigado em todas as suas interações, durante um período de tempo mais ou menos extenso, aguardando que em algum momento o tópico de interesse para a pesquisa fosse então abordado (DEUSDARÁ;

ROCHA, p. 145-147, 2021).

Logo, o pesquisador precisa estar atento às especificidades do dispositivo teórico-metodológico que usará em sua pesquisa, tais como: que pergunta entrará ou não no questionário, de que modo a pergunta será feita e a partir de que perspectiva. O pesquisador precisa estar ciente também de que os enunciados gerados no formulário não são a verdade, inquestionáveis, mas precisam ser tencionados, deslocados, analisados criticamente.

Outro ponto a ser considerado, é o cuidado que o pesquisador precisa ter de não apenas transcrever o que foi dito pelos participantes, como se isso fosse o resultado da pesquisa, uma vez que, os saberes produzidos em um questionário são *os saberes do sujeito interpelado para tal fim, e não os saberes do pesquisador* (Deusdará; Rocha, 2021, p. 148). Em suma, todas as escolhas empreendidas ao longo da pesquisa não apenas indicarão ao leitor o tipo de pesquisa que o pesquisador se propõe a construir, mas também revelarão as suas implicações / filiações no processo de pesquisa.

À vista disso, ao longo do processo de estruturação do questionário *online*, os seguintes critérios foram levados em conta à seleção dos candidatos: 1) idade (maior de 18 anos), uma vez que os alunos do curso eram adultos, maiores de 18 anos; 2) nacionalidade (venezuelanos), por ser o maior público, em termos de nacionalidade; e 3) tempo de estadia no Brasil (1 ano ou mais no Brasil), uma vez que a minha hipótese era a de que, por estarem a mais tempo no Brasil, essas pessoas já estariam mais “adaptadas” ao país, e, a partir de suas reflexões, seria possível realizar uma análise mais aprofundada de suas vivências, da trajetória que percorreram no Brasil etc.

5.2 Desdobramentos e reflexões a partir do uso de Questionário

Levando em consideração que essa pesquisa é cartográfica, e que vem sendo mapeado o processo de construção desse trabalho, registro também as interlocuções que tive com a minha orientadora a respeito do modo de constituição do questionário. Desse modo, uma vez feitas e compartilhadas (com ela) as

perguntas que comporiam o questionário, as seguintes perguntas me foram postas pela minha orientadora:

- A. Quais foram os critérios usados à inclusão / exclusão dos participantes?
- B. Quais são as vantagens e as desvantagens ao usar o questionário?
- C. O que eu quero obter com as perguntas feitas? Por que elas são fundamentais para mim?
- D. Quais dados minhas perguntas podem oferecer? Eles são importantes para responder à minha pergunta de partida? Por quê?

Esses questionamentos me orientaram em todo o processo de reformulação das perguntas, que figuraram *a posteriori* no questionário piloto, feito por dois participantes. Ademais, essas indagações contribuíram à minha compreensão a respeito da imprescindibilidade da fundamentação de cada passo que vai sendo dado ao longo do processo da pesquisa. Em outras palavras, uma pergunta não deve ser feita “apenas porque sim”, mas é preciso estar fundamentada, ancorada em pressupostos teórico-metodológicos.

Retomando o questionário piloto, minha orientadora e eu interrogamo-nos: Será que não seria interessante perguntarmos o gênero dos participantes? Como uma pessoa do gênero feminino / masculino ou outro vivencia esse contexto? Há diferenças? Se sim, quais seriam essas singularidades? Essas perguntas emergiram durante o processo de construção das perguntas do questionário, através da hipótese de que, a partir do gênero deles, seria possível observar a experiência do refúgio por diferentes âmbitos.

Além disso, levando em consideração que, segundo dados do Relatório Anual de 2021, do OBMigra, ao longo do processo de imigração de venezuelanos para o Brasil, de 2011 a 2020, havia 108 homens venezuelanos imigrantes, para cada 100 mulheres venezuelanas imigrantes no Brasil (CAVALCANTI *et al.*, 2021, p. 62), questionamo-nos: será que esse contingente, em que há mais homens que mulheres venezuelanas refugiadas, seria observado nos participantes das entrevistas?

Dessa forma, uma vez tendo sido recrutadas as pessoas, houve a participação de 8 venezuelanos e outras 2 venezuelanas que responderam ao

questionário piloto, totalizando 10 participantes. Surpreendentemente, embora nas aulas presenciais, ao longo dos 4 anos que estive no projeto, tivesse uma grande presença de alunos (homens), dos 10 participantes, apenas 2 eram homens. Esses sujeitos, por sua vez, deram respostas curtas (poucas palavras), as quais considerei insuficientes para a realização de uma análise mais profunda a respeito das singularidades das experiências masculinas, frente às femininas. No entanto, os efeitos de sentidos desses não-ditos não foram desconsiderados, uma vez que, não dizer também é dizer.

O meu objetivo, a partir do uso de questionário, portanto, foi torná-lo um alto-falante para os sujeitos participantes: alto-falante não no sentido de um sujeito que é dono e tem o domínio de tudo o que diz, mas enquanto um dispositivo a partir do qual essas pessoas, interpeladas por forças sociais, pudessem falar sobre suas experiências, seus pontos de vista, seus gostos, “livremente”, “sem travas”. Esse também foi o motivo de todas as perguntas estarem, e serem respondidas em espanhol.

Uma vez que um dos compromissos da ética em pesquisa é a não identificação dos integrantes da pesquisa (o anonimato), a fim de “dar-lhes um rosto” – e não ficar apenas com números (participante 1, participante 2), uma vez que não objetivo produzir dados estatísticos, mas construir novos espaços dialógicos – atribui-lhes nomes (aleatórios): Alice, Marta, Maria, Laura, Flor, Luísa, Sofia, Aurora, Paulo e Pedro. À propósito, todos os nomes usados ao longo dessa dissertação são fictícios.

Assim, a partir do *corpus* construído, e das análises empreendidas, os possíveis futuros leitores dessa pesquisa terão acesso a um conteúdo para além de generalizações (mitos e crenças), que circulam na sociedade, e de conteúdos veiculados pela mídia sobre os refugiados, que muitas vezes estereotipam esses indivíduos, tratando-os como coitados, como vulneráveis, a quem tudo falta. Trata-se, muitas vezes, de um discurso essencialista e totalizador que,

a partir de uma posição etnocêntrica, significa certos sujeitos por aquilo que supostamente ‘não são’, ‘não fazem’, ‘não sabem’ e ‘não conhecem’, apagando, conseqüentemente, suas vivências, suas agências, seus saberes e seus conhecimentos – que cabe ressaltar, não integram os repertórios daqueles que os enxergam como um conjunto de lacunas a serem preenchidas (DINIZ; NEVES, 2018, p. 100-101).

No entanto, esses discursos excludentes, de invisibilização dessas pessoas, que tratam o refugiado como o intruso, o impostor, não é de hoje, mas uma construção social que remonta a concepção de refugiados que se tinha durante a Ditadura Militar no Brasil (1964), por exemplo, que, centrada no viés da segurança nacional, identificava o estrangeiro como o potencial inimigo (OLIVEIRA, 2022, p. 42). Dessa maneira, o estrangeiro se posiciona como indivíduo com dupla vulnerabilidade,

de um lado este é desconhecedor das normas e instituições nacionais e incapaz de poder exercitar os direitos; de outra forma, se coloca como um desconhecido para o Estado que não o reconhece como sujeito de direito, mas tão somente como “outro”, aquele que não pactua dos mesmos interesses e não está empenhado na busca do desenvolvimento interno. Sob a ótica do Estado o “outro” é associado ao usurpador das riquezas nacionais e competidor com o trabalhador nacional (OLIVEIRA, p. 43, 2022).

Essa ideologia da “segurança nacional” em prol da segurança e da ordem interna, trinta anos após o fim do regime ditatorial, permanece entranhada na sociedade, seja a partir de discursos xenofóbicos, seja a partir de diversas práticas de intolerância. Como ressalta Eco (2020), a intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina: não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos [...]. Nesse sentido, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença (ECO, 2020, p. 42-43).

À vista disso, a fim de promover a tolerância e desconstruir visões equivocadas sobre as pessoas refugiadas, o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE), pertencente ao Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU), criou a campanha Desconstruindo Mitos, com o objetivo de que os refugiados sejam respeitados, e os estereótipos sejam desfeitos. Dessa maneira, de acordo com Pereira e Abreu (2016), dentre os vários mitos a serem desconstruídos, os principais são:

1) Migrantes e refugiados supostamente se aproveitam e sobrecarregam os serviços públicos; quando, na verdade, sua contribuição monetária através de impostos, pagos direta ou indiretamente, geralmente é superior ao uso que fazem dos serviços.

- 2) Os imigrantes que chegam ao Brasil supostamente não possuem escolaridade, quando na verdade cerca de 45% dos migrantes possuem ensino superior completo, e essa tendência é crescente.
- 3) O Governo Federal supostamente estimula a entrada de migrantes para convertê-los em eleitores quando, de fato, o Estatuto do Estrangeiro (lei que institui legalmente a xenofobia e que foi criada durante a Ditadura Militar, logo, sob o paradigma da Segurança Nacional) proíbe a participação política dos migrantes (BRASIL, 1988).
- 4) Os migrantes e refugiados supostamente adentram o país para “roubar” nossos empregos quando, na verdade, migrantes e refugiados não competem com os nativos nos mercados de trabalho dos países receptores, já que sua inserção costuma ser de tipo marginal ou complementar (PEREIRA; ABREU, 2016, p. 137).

Nessa mesma linha, a Cáritas-RJ, no dia 1º de abril de 2023, publicou em sua rede social (*Instagram*) uma série de mitos sobre pessoas migrantes e refugiadas, como mostram as imagens a seguir:

Figura 12 – Campanha contra a xenofobia da Cáritas-RJ





Fonte: Instagram @parescaritasrj, 2023.

Portanto, a necessidade de se fazerem campanhas, publicações nas redes sociais desconstruindo preconceitos / estereótipos sobre essas pessoas, é sintomática de uma realidade social na qual esses tipos de discursos se mantêm em circulação, como será possível observar a partir dos enunciados dos próprios refugiados no próximo capítulo, durante as análises.

Desse modo, a partir da explicitação do contexto do refúgio no Brasil e dos venezuelanos na situação de refugiados, da exposição e explicação da base teórico-metodológica na qual essa pesquisa se ancora, do dispositivo usado à construção do *corpus*, e da apresentação sobre mitos / crenças sobre os refugiados, o próximo capítulo se dedicará à análise do *corpus*, buscando a promoção da alteridade, e reafirmando minha posição política como professora-pesquisadora. Destaco, ainda, que, embora o capítulo a seguir se concentre em analisar o *corpus*, as análises não se restringem apenas a esse capítulo, mas estão dispostas ao longo dessa dissertação.

6 (AUTO)FALANTE: O QUE DIZ E COMO DIZ A TRILHA?

Antes de dar início as análises, apresento a seguir os participantes da pesquisa, uma vez que a partir desses dados é possível ter dimensão de quem são essas pessoas (de que faixa etária são, há quanto tempo estão no Brasil, em que trabalhavam na Venezuela e suas experiências laborais no Brasil):

Tabela 11 – Dados dos participantes

Participante	Idade	Tempo de estadia no Brasil	Profissão	Área(s) de atuação no Brasil (ao longo do tempo)
Laura	24	1 ano e 2 meses	Doméstica	Desempregada
Alice	26	3 anos	Jornalista	Bolsista (técnica em laboratório de pesquisa)
Maria	27	1 ano e 2 meses	Dentista	Desempregada (Dificuldade à revalidação do diploma)
Paulo	29	6 anos	Não informado	Não informado
Pedro	33	1 ano	Não informado	Não informado
Sofia	35	4 anos	Publicitária Mestre em <i>Coaching</i> Organizacional	Área administrativa de restaurante Manicure em salão de beleza (trabalho atual)
Marta	49	3 anos	Advogada	Faxineira
Aurora	55	3 anos e meio	Educadora Pós-graduada em Planificação e Avaliação de Aprendizagens	Supervisora de cozinha em restaurante (demitida na pandemia) Vendedora de churros por encomenda
Flor	60	2 anos e meio	Professora de Espanhol	Babá Cuidadora de Idosos Vendedora na praia
Luísa	Não informado	4 anos	Engenheira civil	Engenharia civil (trabalhou por poucos meses)

Fonte: A autora, 2023. (Dados coletados a partir do questionário respondido em 2022).

Uma vez tendo apresentado os participantes, cujos dados serão usados ao longo das análises, explicitarei como se deu o processo de análise do *corpus* da pesquisa. Comecei a observar a observar as respostas dadas no questionário a fim de encontrar possíveis entradas de análise. A princípio, antes de ler o que os venezuelanos responderam, a minha hipótese era que a questão do trabalho emergiria como a maior dificuldade deles, em relação à sua inserção na sociedade brasileira, uma vez que, em sala de aula, esse obstáculo sempre se sobressaiu de modo categórico, sobretudo nos grupos do curso de português do nível intermediário (pessoas que estão no Brasil há 1 ano ou mais e que são o público-alvo da pesquisa).

Essa “interação antecipada” faz parte do processo de formulação do questionário, já que, como salientam Rocha, Sant’Anna e Daher (2004), nesse processo nós, pesquisadores, nos valem do que já sabemos sobre o público-alvo da pesquisa e, partindo dos objetivos da pesquisa (o que quero saber / entender), produzimos uma espécie de “roteiro” condutor de algo que se poderia considerar uma “interação antecipada” com o outro que se pretende entrevistar (ROCHA; SANT’ANNA; DAHER, p. 177, 2004). Não obstante, pode ser que a hipótese levantada não se confirme.

Visto que essa pesquisa trata de sujeitos que saíram de seu país de origem, e vieram para o Brasil, cujos deslocamentos trouxeram consigo memórias, histórias, experiências etc., que conformam toda a complexidade desse processo migratório, começarei as análises partindo dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013). Saliento que não considero esses processos como totalizantes, afinal, não existe uma pessoa que seja totalmente desterritorializada / (re)territorializada, e sim pessoas marcadas e influenciadas por ambos os territórios. Nesse sentido, a escolha por começar as análises a partir desses conceitos se justifica pelo fato de a jornada migratória dessas pessoas, começar, propriamente, a partir do momento que elas saem da Venezuela. Logo, é a partir do(s) deslocamento(s), passando por vários territórios físicos e simbólicos, que novas histórias de vida dessas pessoas passam a ser construídas.

Como destaca Balieiro (2022), partindo do contexto de territorialização dos venezuelanos, ou seja, de inserção, de apropriação, de fixação nesse novo território, esses migrantes estão sempre passando por um duplo processo: de

desterritorialização e de reterritorialização. Trata-se de uma experiência sobre este novo lugar em que habita e como a sociedade do “país de acolhida”, neste caso o Brasil, entende as motivações deste deslocamento e acolhe este sujeito a partir das suas narrativas (BALIEIRO, 2022, p. 52).

No entanto, ao falar de “país de acolhida”, de que acolhimento nós (sociedade brasileira) estamos falando? Quais grupos de estrangeiros recebe acolhimento? Há acolhimento quando a pessoa, ao ir à padaria, precisa apontar para o pão, ao invés de falar “pão”, porque por conta do seu sotaque, ela “não é entendida” e / ou não é bem atendida? Há acolhimento quando a funcionária refugiada, ao fazer uma reclamação no seu trabalho, se sente excluída e sua reivindicação é desvalidada, sob o argumento de que por não ser brasileira, “não conhece as leis” (portanto, não tem voz)? Há acolhimento quando, mesmo capacitados profissionalmente, os refugiados têm dificuldades para atuar em suas áreas de formação, o que os leva a trabalhar em outros setores (como apresentado na tabela 11)?

Esse “acolhimento”, portanto, precisa ser questionado e, ações em prol de um acolhimento (que integre os refugiados, de fato, na sociedade), me parecem ser importantes, no sentido de apostar na desconstrução de estereótipos de estrangeiros, pois há aqueles que são bem-vindos e os que não são. Geralmente os europeus têm acolhida, ao passo que os africanos e latino-americanos, por exemplo, não. Mas, a que me refiro quando falo de ações de acolhimento?

Exemplifico a partir dos enunciados de Alice e Flor, que ao responderem às perguntas “você se vê contemplado (no âmbito da saúde, da educação, do mercado de trabalho) pelo atual governo brasileiro [Bolsonaro]? Você mudaria alguma coisa no tratamento dado aos imigrantes refugiados?”, afirmaram:

SD1 Alice diz: “La verdad sí me siento contemplada. Hasta ahora, no he visto ninguna diferencia marcada entre un brasileiro y yo. He sido atendida en Clínica da Família y en UPA igual que todo mundo. Recibo medicamento para una condición crónica que tengo. He tenido acceso a trabajos (ya he tenido 2 experiencias de cartera assinada) y a voluntariados, además de que he tenido la maravillosa oportunidad de hacer extras o diarias mientras mantengo mi sueño que es la bolsa.”

36

³⁶ Tradução livre: Na verdade sim, me sinto contemplada. Até agora não vi nenhuma diferença marcada entre um brasileiro e eu. Fui atendida na Clínica da Família, na UPA [Unidade de Pronto

SD2 Flor diz: “Creo que más bien, es el país que mejor trata a los inmigrantes, se obtienen los documentos de identidad de una manera tan rápida, que ni en Venezuela lograbas hacer. Tienes acceso a todos los servicios, salud, educación, recreación, sistema de seguridad. Y a todo lo que tus habilidades te permitan. No cambiaría nada sobre el trato a los inmigrantes. Brasil es bastante inclusivo y abre sus fronteras a cualquiera que venga a vivir y tenga ganas de salir adelante. Gracias, Brasil, mi cariño para toda su gente, de manera muy especial para los habitantes de Río de Janeiro. Mi agradecimiento eterno.”³⁷

A partir dessas SDs, vemos que o acolhimento para essas mulheres está relacionado a uma territorialização em sentido funcional (MAHER, 1998 *apud* CAMARGO, 2022). Ou seja, elas se sentem acolhidas por terem acesso a direitos sociais assegurados a brasileiros e migrantes, como o acesso ao sistema público de saúde, à educação, à segurança, à documentação. Flor menciona, ademais, que “o Brasil é bastante inclusivo”, enunciado esse que faz ecoar enunciados como “Brasil um país de todos”, “Brasil um país que acolhe”, “Brasil um país que recebe bem o estrangeiro”, e que revela a imagem de Brasil que ela tem.

Nessas sequências discursivas, observa-se também a confusão entre o que seria sistema federal, municipal e estadual. Ao se referir às Clínicas da Família e às Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) no RJ, a entrevistada faz menção à esfera municipal, mas a atribui à esfera federal (se vê contemplada pelo governo Bolsonaro). Essa despolitização também faz parte de um projeto político deliberado, pois quanto mais acesso à educação essas pessoas tiverem, mais saberão lutar por seus direitos. Nesse sentido, as pessoas em situação de refúgio e os brasileiros estão equiparados, pois a despolitização é projeto político.

Atendimento] assim como todo mundo. Recebo medicamento para uma condição crônica que tenho. Tive acesso a trabalhos (já tive 2 experiências de carteira assinada) e a voluntariados, além de ter tido a maravilhosa oportunidade de fazer extras ou diárias enquanto mantenho meu sonho que é a bolsa.

³⁷ Tradução livre: Acho que é o país que melhor trata os imigrantes, obtêm-se os documentos de Identidade, de uma maneira tão rápida, que nem na Venezuela você conseguia fazer. Você tem acesso a todos os serviços, saúde, educação, recreação, sistema de segurança. E a tudo o que suas habilidades te permitirem. Não mudaria nada no tratamento aos imigrantes. O Brasil é bastante inclusivo e abre suas fronteiras a qualquer [pessoa] que venha viver aqui e que tenha vontade de progredir. Obrigada, Brasil, meu carinho para todo o seu povo, de maneira muito especial para os habitantes do Rio de Janeiro. Meu agradecimento eterno.

Retomando a SD1 de Alice, ela ressalta que não sentiu diferença no tratamento entre ela e um brasileiro, no que diz respeito ao acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho. Não obstante, ao responder ao questionamento “para sua inserção no mercado laboral, ser solicitante de refúgio ou se apresentar como refugiado ajuda ou atrapalha? Por quê?”, Alice expõe um panorama diferente:

SD3 Alice diz: “Al principio fue complicado porque las personas te ven como alguien que huyó por proceso penal y no como lo que es: situación humanitaria. Lo que me ayudó fue que tuve mi refugio reconocido muy rápido, así que llegar con un RNM en lugar de un protocolo me ayudó mucho, aunque aún hay un poco de prejuicio.”³⁸

A SD3 retrata uma realidade de exclusões, que na verdade, já estávamos supondo quando elaboramos a pergunta, visto que em nossa experiência (minha e da minha orientadora), no curso de português com refugiados, eles já nos traziam essas dificuldades encontradas quanto à falta de entendimento a respeito do termo refúgio. Desse modo, por um lado Alice afirma não ter sentido nenhuma diferença de tratamento entre ela e um brasileiro, por outro, ela retrata uma realidade de desconfiança, de não aceitação, por parte dos brasileiros. Outra questão a ser levantada nessa SD é a percepção de Alice de que ter Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) evitaria situações de exclusão social. Não obstante, ao afirmar que mesmo tendo esse documento, ela ainda sente que há um pouco de preconceito, observa-se que o amparo a essas pessoas, muitas vezes, se restringe ao âmbito legal (documento garante ao estrangeiro o pleno exercício dos atos de sua vida civil).

Considerando que os enunciadores são levados a utilizar os termos que marcam sua posição no campo discursivo (MAINGUENEAU, 2008), a partir do modo como Alice enuncia (etos mostrado), e de como se apropriam da linguagem para fazê-lo (MAINGUENEAU, 2001), a partir das escolhas vocabulares (fugiu, processo penal), que remetem a discursos do âmbito criminal, é possível observar como ela se sente: sente que é vista com desconfiança / como uma “fora de lei”, sente que

³⁸ Tradução livre: A princípio foi complicado porque as pessoas te veem como alguém que fugiu por processo penal e não como o que é: situação humanitária. O que me ajudou foi que eu tive meu refúgio reconhecido muito rápido, então chegar com um RNM [Registro Nacional Migratório] no lugar de um protocolo me ajudou muito, apesar que ainda há um pouco de preconceito.

não é aceita, que é julgada pela sociedade. Esse contexto, portanto, vai na contramão do que é apresentado por Alice anteriormente (SD1), ao afirmar que não sentiu diferença de tratamento entre ela e um brasileiro, e é ainda mais retificado por ela ao narrar um episódio que lhe aconteceu no trabalho:

SD4 Alice diz: [...] Una vez me pidieron mi pasaporte y una visa en un trabajo. Pasé media hora explicando que ya tenia documentos brasileiros y no necesitaba de los venezolanos, pero fue complicado que lo entendieran.³⁹

A partir desse episódio me questiono: se um brasileiro estivesse no mesmo contexto que ela (empregado / no ambiente de trabalho), por exemplo, seria cobrado por documentações? Possivelmente teria esse mesmo tratamento? Se sim, todos os brasileiros passariam por isso, ou só aqueles de determinada classe social, etnia, gênero? Como tem sido apresentado nas análises, esse contexto de segregação social, relatado por Alice, infelizmente não é uma situação individual, mas uma realidade vivenciada, diariamente, por muito dos participantes da pesquisa, que revela o despreparo do Brasil em lidar com o contexto migratório no país.

Como defendem Baeninger e Peres (2017), embora atribuída ao país de origem, a “crise” migratória revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração (Baeninger; Peres, 2017, p. 122). Há, assim, a construção de uma narrativa na qual o refugiado é posto como o responsável pela crise. Em outras palavras, em muitos casos, a responsabilidade do refúgio é atribuída aos próprios indivíduos que são vítimas dos confrontos, guerras e perseguições em seus países (ARANTES; KAMBA, 2019, p. 134).

Dando seguimento às análises, Laura e Flor, por sua vez, também apresentam contradições entre o que dizem sentir e o que afirmam vivenciar. Dessa maneira, ao responder se ser solicitante de refúgio ou se apresentar como refugiado ajuda ou atrapalha à inserção no mercado de trabalho, Laura diz:

SD5 Laura diz: Ayuda porque nos tienden la mano por ser emigrantes.⁴⁰

³⁹ Tradução livre: Uma vez me pediram meu passaporte e um visto em um trabalho. Passei meia hora explicando que já tinha documentos brasileiros e que não precisava dos venezuelanos, mas foi complicado que entendessem.

⁴⁰ Tradução livre: Ajuda porque nos estendem a mão, por sermos imigrantes.

Em seguida, ao responder se já se sentiu excluída em algum contexto por não ser brasileira, Laura diz que se sente julgada por ser venezuelana e que é acusada de roubar benefícios no Brasil “Me juzgan por ser venezolana y me acusan de robar beneficios en su país”. Desse modo, ao denunciar uma situação de xenofobia, ao afirmar que é “julgada” por ser venezuelana, e que é “acusada” de “roubar” os benefícios, Laura atualiza massas de textos (discursos homogeneizantes), sendo essa uma das características do uso do questionário (a partir da participação dos sujeitos escolhidos, atualizam-se textos que foram regularmente produzidos pelos sujeitos escolhidos (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), ou até reproduzidos por eles, a partir do que ouvem, vivenciam em seu dia a dia, em outros momentos / espaços.

À vista disso, essas massas de textos, que estão em circulação na sociedade e que se tornam práticas em empresas, que dizem que ser venezuelano refugiado no Brasil é ruim, que o estrangeiro está “roubando” benefícios sociais dos brasileiros etc., são reiteradas por suas próprias vítimas. Ademais, esse contexto apresentado por Laura vai na contramão da realidade de ser ajudado (nos estendem a mão) por ser imigrante, enunciada anteriormente por ela.

Já Flor, ao responder se já tinha se sentido excluída por não ser brasileira, salienta que nunca passou por isso: “nunca, al contrario siempre me han recibido muy bien. Tuve la oportunidad de asistir a una casa de convivencia para personas de 60 en adelante y el trato siempre ha Sido maravilloso. Nunca me he sentido excluida⁴¹.” Contudo, a partir da pergunta “[...] ser solicitante de refúgio ou se apresentar como refugiado ajuda ou atrapalha à inserção no mercado de trabalho?”, ela responde:

SD6 Flor diz: Yo siempre me presenté como refugiada y creo que la gente no entendía mucho ese concepto. Tenía que explicar varias veces la situación.⁴²

⁴¹ Tradução livre: Nunca, pelo contrário. Sempre me receberam muito bem. Tive a oportunidade de ir a um abrigo para pessoas com 60 anos ou mais e o tratamento sempre foi maravilhoso. Nunca me senti excluída.

⁴² Tradução livre: Eu sempre me apresentei como refugiada e acho que as pessoas não entendiam muito esse conceito. Tinha que explicar várias vezes a situação.

Embora ao longo de sua participação no questionário, Flor, saliente o bom tratamento do Brasil / dos brasileiros aos imigrantes (“siempre me han recibido muy bien”; “nunca me he sentido excluída”; “es el país que mejor trata a los inmigrantes”)⁴³, é apontado por ela o não entendimento das pessoas sobre o que é ser um refugiado. Desse modo, apesar de Flor não aprofundar o que está considerando por “não entender o que é ser refugiado”, a partir dos enunciados de outros participantes, e de toda a contextualização acerca do refúgio e das pessoas na condição de refugiados, apresentada nessa dissertação, é possível inferir, em um gesto de análise, que o não entendimento é acompanhado de ações que marginalizam, geram insegurança e segregação dessas pessoas, o que as leva a tentar desconstruir a visão negativa que a sociedade tem em relação a elas, como salienta Flor: “tinha que explicar várias vezes a situação.”

Os enunciados de Luísa seguem pelo mesmo caminho de apresentação de visões positivas da realidade, que não correspondem à realidade (marcada por situações xenofóbicas e de exclusão social), apresentada por ela:

Pergunta 7: Muitos venezuelanos relatam suas experiências no processo de busca de inserção no mercado de trabalho no Brasil. Para a sua inserção no mercado laboral, ser solicitante de refúgio ou se apresentar como refugiado, ajuda ou dificulta? Por quê?

Resposta: SD7 - Luísa diz: “Todavía suele ser un poco difícil el que los brasileiros se acostumbren a nuestro acento, y algunos empleadores hasta por desconocimiento de los derechos en el área laboral se mantienen distantes para contrataciones.”

Pergunta 11: Você se vê contemplada (no âmbito da saúde, da educação, do mercado de trabalho) pelo atual governo brasileiro? Mudaria alguma coisa no trato aos imigrantes refugiados?

Resposta: SD8 - Luísa diz: “No cambiará nada para el trato específico como refugiado, pero considero que definitivamente esas áreas tienen que ser mejoradas para todas la personas.”

⁴³ Tradução livre: Sempre me receberam muito bem; nunca me senti excluída; é o país com o melhor trato aos imigrantes.

Analisando as SD 7 e 8 é possível captar choques de sentido entre elas:

SD7 X → Ainda é um pouco difícil que os brasileiros se acostumem com o nosso sotaque, e alguns empregadores, até por desconhecimento dos direitos na área laboral, se mantêm distantes para contratações.

SD8 Y → Não mudaria nada no tratamento específico com o refugiado, mas considero que definitivamente essas áreas [saúde, educação, mercado de trabalho] precisam ser melhoras para todas as pessoas.

Assim, o enunciado, presente em X, além de remeter a um contexto de estranhamento, por parte dos brasileiros, com o português falado por Luísa, aponta também para a não contratação dos refugiados, por parte dos empregadores. Desse modo, produz-se o efeito de sentido de que, por ter sotaque e por ser refugiado, ela se encontra em posição desfavorável na sociedade. Contudo, no enunciado Y, Luísa nega a necessidade de mudança no tratamento com os refugiados, ao afirmar que não mudaria nada nesse tratamento. Dessa forma, há uma contradição constitutiva no enunciado da SD8, ao compará-lo com a SD7, que pode ser entendida como uma tentativa de dissimular o sentido de que sim, é necessário que o tratamento com o refugiado seja outro (não deve ser um tratamento discriminatório).

Essa tentativa é ainda mais embasada, ao Luísa afirmar que, de fato, há áreas a serem melhoradas, porém, para todas as pessoas. Os refugiados não estariam incluídos entre “todas as pessoas”? Ao considerar que sim, a própria construção de sua enunciação (SD8) constitui-se a partir da contradição. Por conseguinte, a partir da análise dos enunciados da participante, é possível observar não apenas como os sentidos se misturam, se fundem e se confundem no fio discursivo, mas também como funciona a tentativa de dissimular os sentidos, a partir de um etos complacente, que trata de invisibilizar as problemáticas – como se dissesse “O Brasil me recebeu “de braços abertos” [será], do que mais posso reclamar?” – que afeta tanto o seu modo de ser, quanto o de estar, enquanto cidadã na sociedade.

Acentuo que não há, a meu ver, problema algum em ser grato. No entanto, é importante ressaltar que essas pessoas não estão no Brasil de favor, ou porque o Brasil é um país misericordioso. Elas estão no Brasil porque elas têm o direito de

estar no Brasil, assim como qualquer brasileiro. Elas estão no Brasil porque, na maioria dos casos, o seu país de origem não lhes ofereceu as condições básicas de vida para que continuassem no país. À vista disso, mais do que acolher essas pessoas, é necessário integrá-las na sociedade.

Por integração não se trata, apenas, de incorporá-las na vida social e econômica do país, o que já seria um grande avanço, mas, é necessário também, como defende Balieiro (2022), levar em consideração as suas experiências subjetivas ou existenciais neste novo território, ou seja, o seu processo de desterritorialização e reterritorialização (BALIEIRO, 2022, p. 94). Fazendo assim, promove-se o diálogo entre as culturas, as línguas, e os conhecimentos de mundo que essas pessoas trazem, e a culturas e os conhecimentos de mundo já existentes nos lugares nos quais essas pessoas chegam. Como alerta Camargo (2022), sem o diálogo intercultural, alimenta-se a falsa ideia de que abrir as portas ao Outro já é acolher.

Retomando a questão da “dificuldade com o sotaque”, apresentada por Alice (SD7), diferentemente dos refugiados congoleses, por exemplo, que, ao chegar, a identidade está na pele, na roupa, no caso dos venezuelanos, é o sotaque que revela as suas identidades. Por conseguinte, essa identificação é indesejada, uma vez que muitas dessas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade e sofrem com preconceito(s) ao serem caracterizadas, reconhecidas como venezuelanas. Desse modo, é possível relativizar: os empregadores realmente não contratam os venezuelanos por não conhecerem os direitos trabalhistas dos refugiados? Caso conhecessem, essa realidade seria diferente? Deixo essas perguntas em aberto como reflexões.

Outros pontos a serem questionados são: os não-refugiados, os estrangeiros europeus / americanos, sofreriam com a dificuldade de os brasileiros se acostumarem com seus sotaques, ou falar português com sotaque inclusive seria causa de admiração, considerado “atraente”, “engraçado”⁴⁴? A questão é sobre falar com sotaque, ou falar com sotaque estando em um contexto de vulnerabilidade social, sendo uma pessoa venezuelana refugiada? Visto que a língua é um

⁴⁴ Adjetivos referidos a estrangeiros falando português, retirados da página: <https://pt.quora.com/Por-que-os-brasileiros-acham-engra%C3%A7ado-o-sotaque-dos-estrangeiros-no-portugu%C3%AAs-Por-que-riem-toda-vez-que-um-estrangeiro-tenta-falar-a-sua-l%C3%ADngua>. Acesso em: 20/04/2023.

instrumento de poder, não se trata, portanto, do que se fala, mas de quem fala e a partir de que lugar social. Nesse sentido, faz-se imprescindíveis ações

em direção à institucionalização de políticas de acolhimento que, necessariamente, considerem o migrante como uma voz efetiva do processo de inserção, não apagando as particularidades de seu deslocamento e das construções culturais e sociolinguísticas que o constituem (CAMARGO, 2018, p. 713 *apud* CAMARGO, 2022, p. 53).

Isso porque, através das análises empreendidas deparei-me com uma realidade que vai na contramão da promoção da voz do migrante como uma voz efetiva, o que, novamente, permite-me questionar que acolhimento o Brasil e os brasileiros estão oferecendo aos venezuelanos em situação de refúgio. Dessa maneira, o silenciamento deles tem por consequência a sua descredibilização na sociedade, como é possível observar no episódio narrado por Sofia, ao responder à pergunta “Você já se sentiu excluído em algum contexto por não ser brasileiro? O que aconteceu?”

SD9 Sofia diz: “Si totalmente en un restaurante, vibian diciendo que por no ser brasilers no conocia las leyes. (Esto porque trabaje en el area administrativa y habia muchas cosas inadecuadas y las manifestaba obviamente primero me informaba.)”⁴⁵

Por meio desse enunciado, é possível observar como o uso da cidadania (ser brasileiro (a)) é empregado como ferramenta de desmerecimento do outro: sou brasileiro x você não brasileira; eu posso x você não pode; eu tenho direitos x você não tem direitos. Portanto, ao não ser brasileira, é negado a Sofia qualquer direito, inclusive o de apontar possíveis problemas no seu entorno, cabendo a ela apenas a resignação / aceitação do que lhe é imposto. Essa realidade, de representação dos migrantes como incompletos, vistos apenas como coitados, ou moldados em um processo institucionalizado como o Estado quer que ele se enquadre e faça parte (BALIEIRO, 2022, p. 93), faz com que toda a potência que esses sujeitos trazem consigo seja negligenciada

Além disso, o posicionamento dos funcionários do restaurante, narrado por Sofia, ilustra o comportamento que essas pessoas esperam de um refugiado: que

⁴⁵ Tradução livre: Sim, totalmente. Em um restaurante viviam dizendo que por eu não ser brasileira não conhecia as leis. (Isso porque eu trabalhei na área administrativa e havia muitas coisas erradas, as quais eu apontava. Obviamente primeiro eu me informava.

ele seja submisso, passivo, que não conteste o seu entorno. Essa colocação vai de encontro ao que salienta Pusseti (2010, p. 33 *apud* BALIEIRO, 2022, p. 26):

o migrante deve demonstrar continuamente a sua inocência, quer face à sociedade de origem que muitas vezes o considera um fugitivo, um traidor, quer face à sociedade de acolhimento que o vê como um intruso" [e complementa reforçando a posição subjetiva na qual o migrante está condicionado:] "... sabe que para ser tolerado não pode incomodar, contestar ou objetar. O seu espaço é o da invisibilidade social e moral.

Desse modo, há a imposição de um processo de aculturação do migrante, que para ser aceito, deve se enquadrar com os costumes e códigos sociais locais (BALIEIRO, 2022). Quem garante que se Sofia tivesse o pleno conhecimento das leis, seu trabalho / conhecimento não seriam postos em xeque, pelo fato de ela não ser brasileira e sim uma venezuelana refugiada? Outra pergunta que deixo como reflexão é: todos os brasileiros têm esse conhecimento? Ao não terem, eles são invalidados por isso?

Nessa mesma direção, Camargo (2022) sinala que a representação do migrante de crise como incompletos reduz o acolhimento à benevolência e ao amparo circunstancial, conferindo ao agente acolhedor o papel de determinar o que o Outro necessita para prover-lhe (CAMARGO, 2022, p. 53). Essa pré-determinação, por sua vez, cria uma hierarquização das relações em que ao migrante é delegada uma posição inferior, que pode diminuir ou, até mesmo, interditar "a possibilidade de relações efetivamente interculturais e, portanto, mais igualitárias" (BIZON; CAMARGO, 2018, p.715 *apud* CAMARGO, 2022, p. 53).

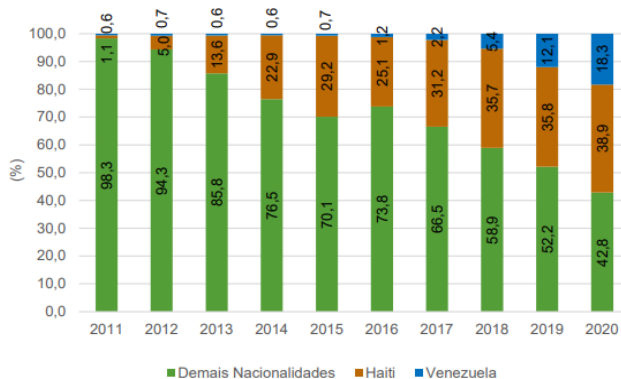
A construção dessas relações hierarquizantes, por sua vez, não são frutos do acaso, mas estruturas de poder socialmente construídas por seus detentores (os governantes, os nacionais, as Instituições sociais etc.), a partir das quais esses sujeitos são desestimulados a produzirem novas composições e modos de relação com o outro ou modos de produção, além de se tornarem sujeitos de desejo e cidadãos ativos neste novo local de acolhida, pois tudo lhe será posto como dado pelas forças instituídas, mesmo quando não for da sua necessidade, em suma, o desejo do especialista sempre irá prevalecer (BALIEIRO, 2022, p. 91).

Um exemplo, a meu ver, da falta de estímulo aos refugiados a interações outras, de formas dignas de subsistência, é a dificuldade à inserção no mercado de trabalho, apresentada por eles. Como já mencionado, dos 10 participantes da

pesquisa, apenas 1 afirmou ter conseguido trabalhar na sua área de formação (Luísa). Abro um parêntese para voltar à questão da falta de informação oferecida pelos participantes homens da pesquisa, e de como o modo como eles participaram me impossibilitou de analisar as suas experiências (de homem venezuelano em situação de refúgio). Sendo assim, a ideia principal, que era observar e contrastar possíveis diferenças entre as vivências / trajetórias de uma pessoa refugiada homem e uma pessoa refugiada mulher, não pôde ser mais desenvolvida.

Embora os participantes da pesquisa sejam uma pequena amostra (10 pessoas) da situação de inserção dos venezuelanos na condição de refugiados no mercado laboral, ao compará-la com o contexto apresentado previamente nos relatórios oficiais e ao longo desse capítulo, percebe-se que a realidade explicitada não é uma exceção, mas a regra: os venezuelanos em situação de refúgio têm dificuldade para se inserirem no mercado formal de trabalho e para trabalharem em suas profissões de formação, como aponta o gráfico a seguir, que apresenta a porcentagem de trabalhadores venezuelanos inseridos no mercado formal de trabalho, entre 2011 e 2020:

Gráfico 8 – Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidade, de 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Fonte: CAVALCANTI *et al.*, 2021, p. 126 (Relatório Anual do OBMigra).

A partir do gráfico, é possível observar quão pouca é a inserção dos venezuelanos no mercado de trabalho formal, indo de 0,6% em 2011, para 18,3% em 2020. Essa porcentagem é muito pequena, sobretudo, ao se levar em conta que, segundo dados apresentados pelo Relatório situacional Brasil nas Nações Unidas (2021, p. 19), até 2020, 262.500 venezuelanos residiam no Brasil.

Além disso, uma vez que essa pesquisa foi construída em tempos pandêmicos (Covid-19), não é possível desconsiderar os impactos dessa realidade ao abordar a questão do desemprego dos venezuelanos em situação de refúgio, visto que esse contexto, de falta de trabalho, é endossado pelos dados apresentados por Cavalcanti e Oliveira (2020): comparando-se de janeiro a junho de 2019 e 2020, apesar do aumento das admissões de 44% de venezuelanos, houve um aumento proporcionalmente maior das demissões, de 108% (2020, p. 28).

Ao olhar, então, para o contexto de inserção desse público no mercado de trabalho, de modo mais amplo, a partir dos dados apresentados nos relatórios oficiais, observa-se um crescimento contínuo da inserção desse público no mercado formal de trabalho ao longo das décadas (em 2011, 0,6% venezuelanos estavam inseridos no mercado, em 2021, 28,6%) (NETO; SIMÕES, 2022). No entanto, isso não quer dizer que por estarem no mercado formal esses profissionais estão sendo “aproveitados”, que seus conhecimentos estão sendo valorizados / compartilhados, uma vez que, como já foi mencionado, houve sim um crescimento substancial, mas esse crescimento se deu nos grupos ocupacionais de menores rendimentos (NETOS; SIMÕES, 2022). Essa realidade se repete na trajetória da maioria dos participantes dessa pesquisa.

Em termos numéricos, a partir da tabela a seguir é possível dimensionar o contingente de venezuelanos inseridos no mercado formal de trabalho ao longo da década (2011-2021):

Tabela 12 – Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes e principais países de cada continente, segundo anos selecionados 2011/2013/2015/2019-2021

Ano / Continente e nacionalidade	2011		2013		2015		2019		2020		2021 (1)	
	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)
Total	62.423	100	92.011	100	127.879	100	159.793	100	182.995	100	187.985	100
América do Sul	23.769	38,1	32.407	35,2	36.520	28,6	57.129	35,8	69.419	37,9	92.863	49,4
Venezuelana	376	0,6	596	0,6	596	0,5	913	0,6	33.508	18,3	53.670	28,6
Paraguaia	3.747	6,0	5.883	6,4	7.579	5,9	9.105	5,7	8.804	4,8	9.814	5,2
Am. Central e Caribe	803	1,3	12.849	14,0	38.133	29,8	60.912	38,1	73.940	40,4	54.878	29,2
Haitiana	670	1,1	12.495	13,6	37.298	29,2	57.662	36,1	71.004	38,8	52.173	27,8
Cubana	74	0,1	136	0,1	362	0,3	2.714	1,7	2.436	1,3	2.177	1,2
Europa	20.245	32,4	24.014	26,1	23.236	18,2	15.873	9,9	14.316	7,8	14.157	7,5
Portuguesa	8.917	14,3	10.310	11,2	10.048	7,9	6.448	4,0	5.825	3,2	5.737	3,1
Italiana	2.383	3,8	2.858	3,1	2.993	2,3	2.168	1,4	1.974	1,1	1.930	1,0
Ásia	7.068	11,3	8.719	9,5	11.857	9,3	9.324	5,8	9.014	4,9	9.683	5,2
Chinesa	3.394	5,4	3.000	3,3	2.973	2,3	3.057	1,9	2.886	1,6	3.096	1,6
Japonesa	2.100	3,4	2.484	2,7	2.618	2,0	2.600	1,6	2.629	1,4	2.940	1,6
África	1.206	1,9	3.116	3,4	7.945	6,2	9.641	6,0	9.448	5,2	9.450	5,0
Angolana	371	0,6	603	0,7	828	0,6	2.082	1,3	2.103	1,1	2.655	1,4
Senegalesa	113	0,2	774	0,8	2.983	2,3	2.396	1,5	2.232	1,2	1.972	1,0
América do Norte	2.600	4,2	3.144	3,4	2.932	2,3	2.283	1,4	2.149	1,2	2.247	1,2
Norte-Americana	2.175	3,5	2.504	2,7	2.298	1,8	1.742	1,1	1.666	0,9	1.733	0,9
Mexicana	128	0,2	287	0,3	313	0,2	311	0,2	270	0,1	300	0,2
Outros	6.732	10,8	7.762	8,4	7.256	5,7	4.631	2,9	4.709	2,6	4.707	2,5

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2021-jun/2022.

Nota: (1) Estimativa baseada na combinação do estoque 2020 com o saldo de movimentação 2021 e 2022 (até junho).

Fonte: Relatório Anual do OBMigra, 2022, p. 94.

Verifica-se o crescimento do número de venezuelanos inseridos no mercado de trabalho, saltando de 376 pessoas, em 2011, para 53.670 pessoas, em 2021. Esse crescimento é um reflexo da chegada de venezuelanos, ao longo da década, que vieram para o Brasil, em decorrência do agravamento da crise social, política e econômica na Venezuela. Dessa maneira, o que explicita a realidade desses dados, e dos enunciados dos participantes da pesquisa, é a baixa inserção dos venezuelanos em situação de refúgio no mercado formal de trabalho.

Esse contexto é retratado por Castel (2011), ao afirmar que “no seio de um mundo do trabalho sempre mais sujeito à concorrência de todos contra todos, os imigrados os congêneres, selados pelo racismo, são os menos aparelhados para enfrentar a penúria do trabalho” (Castel, 2011, p. 47). Não obstante, o desaparecimento dos sujeitos (i)migrantes não se dá ao acaso, mas é um projeto de exclusão governamental. Ou seja, como ressalta Faria (1997), ao serem excluídos dos mercados de trabalho e consumo, [essas pessoas] perdem progressivamente

as condições materiais para exercer os direitos humanos de primeira geração [liberdade] e para exigir o cumprimento dos direitos humanos de segunda [igualdade] e terceira geração [fraternidade]; tornam-se supérfluos no âmbito do paradigma vigente, passando a viver sem leis protetoras efetivamente garantidas em sua universalidade. Condenados à marginalidade sócio-econômica e, por consequência a condições hobbesianas de vida, eles não mais aparecem como portadores de direitos subjetivos públicos. Nem por isso, contudo, são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação. Com suas normas penais, o Estado os mantém vinculados ao sistema jurídico basicamente em suas feições marginais, ou seja, como transgressores de toda natureza (FARIA, 1997, p. 50).

Contudo, uma vez que essas pessoas precisam se manter, minimamente, no Rio de Janeiro (uma cidade cara), elas muitas vezes trabalham na informalidade, como vendedores ambulantes, por exemplo, a fim de custear suas necessidades básicas, como alimentação, aluguel, as contas da casa, remédio etc. Por conseguinte, sendo o objetivo da dissertação mapear os atravessamentos mobilizados nos processos de construção das subjetividades de venezuelanos no contexto de refugiados, não é possível desconsiderar o modo como essas pessoas vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho (SILVEIRA, 2015), uma vez que nesse contexto, emergem interações singulares, novas práticas de saber-fazer, relações de trabalho e compartilhamentos de conhecimentos outros. Como ressalta Silveira (2015),

o trabalho é o lugar do estabelecimento das relações onde os sujeitos, suas competências e seus afetos engendram processos de subjetivação. A maneira como cada pessoa vivencia e dá sentido à sua relação com o trabalho dá-se de modo único e singular, mas o registro dessa vivência só é possível a partir da experiência do coletivo. (SILVEIRA, 2015, p. 14-15)

À vista disso, a partir da desvalorização dos conhecimentos práticos e teóricos dessas pessoas, há, a meu ver um duplo problema: por um lado, negligencia-se toda a bagagem de experiências sociais, históricas, culturais, que essas pessoas trazem consigo, o que implica na perda de trocas interculturais entre elas e os brasileiros, por exemplo. Por outro lado, a partir da falta de oportunidade, a autoestima / segurança dessas pessoas é afetada pelo sentimento de insuficiência, de incapacidade, o que impacta diretamente em suas subjetividades, como é possível observar a partir dos enunciados de Sofia e Marta:

SD10: Sofia diz: “Me veo en desventaja porque siento que no confían en nuestras capacidades profesionales a parte que si no eres fluente en ingles no vale nada.”⁴⁶

SD11: Marta diz: [Apresentar-se como refugiada no mercado laboral] “Ni ayuda ni dificulta porque la verdad en mi caso yo entregado currículum tanto como abogado y cómo bachiller y de ninguna de las dos formas me han llamado de ningún trabajo.”⁴⁷

Por um lado, Sofia (SD10) explicita que sente que não pode competir com um brasileiro, por exemplo, já que além de ela não falar inglês (todo publicitário brasileiro fala inglês?), suas capacidades profissionais são questionadas. Por outro lado, em um gesto de análise, é possível dizer que, ao mencionar a exigência do inglês à inserção no mercado laboral, Sofia deixa explícita a preferência pela migração, cujo efeito é a descapitalização da língua espanhola. Marta, por sua vez, embora tenha trabalhado para o governo como advogada, na Venezuela, no Brasil não consegue se colocar no mercado de trabalho, nem sequer é chamada para entrevistas de emprego.

Essa realidade é limitante tanto do ponto de vista individual, uma vez que essas pessoas muitas vezes passam a duvidar de si mesmas, sobretudo quando não questionam as condições políticas, quanto do ponto de vista social, já que, como aponta Silveira (2015), a inclusão pelo trabalho possibilita diversas entradas do sujeito nas vias da cidade. Suas experiências passam a irradiar-se nos locais em que circulam, nos encontros e manifestações que comparecem, provocando a construção de outra contratualidade social (SILVEIRA, 2015, p. 16).

A partir do encontro dessas pessoas com o trabalho, portanto, se produz criação. Esse contexto propicia novos modos de subjetivação e de construção de si, expressos nos novos modos de agir dos sujeitos, seja em relação à restituição do laço social, seja pela ampliação de seus conhecimentos ou pela recriação da própria vida cotidiana (SILVEIRA, 2015, p. 17). Assim, como destaca Silveira (2017), a partir da inserção, da valorização e da integração dessas pessoas no mercado de trabalho, abre-se a oportunidade para a aprendizagem de novas linguagens e signos

⁴⁶ Tradução livre: Me vejo em desvantagem porque sinto que não confiam em nossas capacidades profissionais, além do que se você não é fluente em inglês não serve de nada.

⁴⁷ Nem ajuda nem dificulta porque na verdade, no meu caso, eu entreguei currículo tanto como advogada, quanto como bacharel e de nenhuma dessas formas me chamaram de nenhum trabalho.

e novas formas de existência para estes sujeitos e para as demais pessoas com as quais vierem a trabalhar.

No entanto, ao não se sentirem validados, ao precisarem estar provando seu valor como pessoa e como profissional, a partir de relações hierarquizantes de poder, emerge, dentre outras questões, o sentimento de não-pertencimento. Ou seja, a partir da diferenciação no tratamento diário entre eles e um brasileiro, das situações xenofóbicas que vivenciam, das diferenças culturais vividas no dia a dia, da falta de oportunidades no mercado de trabalho, o venezuelano é sempre lembrado que ele não pertence ao lugar onde está. Contudo, embora não se sintam como brasileiros, às vezes tampouco se identificam totalmente como venezuelanos,

Tendo conhecimento desse sentimento de não-pertencimento, uma vez que os venezuelanos já tinham abordado essa questão comigo em sala de aula, elaborei a seguinte pergunta: “Em algumas das nossas aulas do projeto de Português com Refugiados na UERJ, com parceria com o PARES/RJ (Cáritas), alguns de vocês me relataram que um dos maiores obstáculos que enfrentam a cada dia é o sentimento de não-pertencimento. Ou seja, de não se sentirem como brasileiros, tampouco de se identificarem totalmente como venezuelanos, uma vez que estão imersos em outro país, que tem outra cultura, cuja língua é diferente. Você se identifica com essa afirmação? Como se sente estar nessa realidade?”. Assim, as seguintes respostas foram dadas:

SD12: Alice diz: “Yo me siento hoy más parte de Brasil que de Venezuela. Inclusive, he hablado con mis familiares allá y les he dicho que ya no me siento tan venezolana como antes. El problema (en mi opinión personal) es que, mientras no me naturalice, no me siento 100% brasilera y, en medio de todo, ya me siento como 30% venezolana. Es como una sensación de “un pie allá y uno aquí”. La idea del no-lugar. Aún así, Brasil me ha dado más de lo que alguna vez mi país me dio, entonces me siento agradecida e integrada gracias a eso.”⁴⁸

⁴⁸ Tradução livre: Hoje me sinto como se fizesse mais parte do Brasil que da Venezuela. Inclusive, falei com meus familiares lá e lhes disse que já não me sinto tão venezuelana com antes. O problema (na minha opinião pessoal) é que, enquanto eu não me naturalizar, não me sinto 100% brasileira e, no meio de tudo isso, já me sinto como 30% venezuelana. É como uma sensação de “um pé cá e outro lá”. A ideia do não-lugar. Ainda assim, o Brasil me deu mais do que alguma vez o meu país me deu, então, me sinto muito grata e integrada graças a isso.

SD13: Sofia diz: “Si y no! Particularmente amo Brasil. Me parece un país que abraza a los Venezolanos. Obviamente cuando estamos en otro país mismo que nos guste reconocemos que somos extranjeros porque de inicio hay algunas limitantes. Y tampoco somos mas de nuestra tierra porque aquello que dejamos ya no existe. Es mas dejamos de serlo antes de salir de echo por eso salimos.”⁴⁹

Em consonância com a perspectiva polifônica de Bakhtin (2013), observa-se o posicionamento que elas têm de si, e que sustentam através de seus enunciados: Alice (SD12) faz uso do recurso da comparação para se posicionar em relação a quem ela sente que ela é. Assim, a partir do advérbio de intensidade “mais”, ela “se afasta de quem ela foi”, de sua pátria, e se aproxima do que ela quer perten(cer). Alice afirma, então, se sentir mais brasileira que venezuelana (no momento da participação na pesquisa, ela estava há 3 anos no Brasil). Sofia (SD13), por sua vez, adota um etos complacente, apontando que o Brasil abraça os venezuelanos (novamente a imagem de Brasil como um país receptivo se apresenta), mas logo em seguida sinalando que há limitações que a faz se sentir / se reconhecer como uma estrangeira. Além disso, Sofia destaca o sentimento de ser estrangeira de sua própria terra natal, uma vez que a Venezuela que ela deixou para trás, ao sair, já não é a mesma de hoje.

À vista disso, ao não estarem em sua pátria (nem na Venezuela, nem no Brasil) Alice e Sofia passam por um processo de des(re)territorialização (CAMARGO, 2022). Por um lado, elas contemplam sua pátria de fora (elas já não estão lá), por outro, ao estarem no Brasil, tampouco se sentem pertencentes a esse lugar. Não há um territorialização seja do ponto de vista concreto, seja do simbólico. Por conseguinte, ao estarem em um novo território, mas não se sentirem parte de lugar algum, elas se autocontemplam e se autoanalisa em um contínuo processo de desenraizamentos e enraizamentos. Afinal, quem são elas? Como ser em um contexto no qual elas não se veem e/ou não sentem pertencentes?

A partir do enunciado de Alice (SD12), fiquei me perguntando: quais seriam os elementos, as vivências, as relações, que estariam contribuindo à reconstrução

⁴⁹ Tradução livre: Sim e não! Particularmente amo o Brasil. Acho que é um país que abraça os venezuelanos. Obviamente, quando estamos em outro país, mesmo que a gente goste dele, reconhecemos que somos estrangeiros, porque de início há algumas limitações. E também não somos mais da nossa terra, porque aquilo que deixamos já não existe. Mais que isso, deixamos de sê-lo antes de sair de fato, por isso saímos.

desse modo de ser e de estar nesse novo contexto (Rio de Janeiro), ou seja, que estariam contribuindo à reconstrução da maneira que ela se vê e se relaciona no mundo? Um caminho possível à resposta seria o contato dela com esse novo território. Esse contato traz consigo uma nova língua, pessoas outras, diferentes costumes culturais, diversos modos de funcionamento dos espaços etc.

Não obstante, esse caminho apontado não parte de um senso comum, mas do próprio enunciado de Alice que, ao responder se havia diferenças entre a Alice que mora no Rio de Janeiro, e a que morava na Venezuela, afirmou:

SD14: Alice diz: “Wow!!!! Muchísimas. Primero, me siento más cómoda hablando en portugués que en español. Segundo, ya me he acostumbrado a la comida de calle de aquí (mis favoritos son los joelhos). Tercero, la cotidianidad del Google Maps me encanta. No necesito conocer el lugar para llegar, cosa que en Venezuela era imposible. Y cuarto, creo que me siento más cómoda en la calle de lo que alguna vez me sentí allá. Aquí me siento segura. Se ha convertido en costumbre salir después del trabajo a tomar un trago, conversar y después volver de Uber a casa.”⁵⁰

Ao analisar a SD14 é possível observar como a aproximação de Alice com esses novos espaços se constrói a partir do afastamento do já conhecido, das suas vivências na Venezuela. Essa mudança é construída discursivamente, portanto, a partir contraposição do que ela já conhecia antes, com o que ela experiencia ao estar no Brasil:

Tabela 13 – Percepções de Alice sobre o Brasil e a Venezuela

No Brasil	Na Venezuela
Falar português é mais cômodo.	Falar espanhol é menos cômodo.
Acostumou-se à comida de rua daqui.	Não se acostumou à comida de rua venezuelana.
Adora a cotidianidade do <i>Google Maps</i> .	Não há essa opção.
Sente-se segura na rua.	Não se sente segura na rua.
Tem a opção de voltar de Uber para casa.	Não há essa opção.

Fonte: A autora, 2023.

⁵⁰ Tradução livre: Uau!!! Muitíssimas. Primeiro, me sinto mais cômoda falando em português que em espanhol. Segundo, já me acostumei à comida de rua daqui (meus favoritos são os joelhos). Terceiro, adoro a cotidianidade do *Google Maps*. Não preciso conhecer o lugar para chegar, algo que na Venezuela era impossível. E quarto, acho que me sinto mais cômoda [aqui] na rua do que em algum momento já me senti lá. Aqui me sinto segura. Tornou-se um costume sair depois do trabalho para tomar uma bebida, conversar e depois voltar para casa de Uber.

O afastamento de Alice com a Venezuela também é observado na SD12, através do uso do conectivo adversativo “ainda assim”, recuperada da SD12:

[...] não me sinto 100% brasileira e, no meio de tudo isso, já me sinto como 30% venezuelana. É como uma sensação de “um pé cá e outro lá”. A ideia do não-lugar. **Ainda assim**, o Brasil me deu mais do que alguma vez o meu país me deu [...].
[grifo meu]

Quer dizer, mesmo se sentindo estrangeira, Alice afirma se identificar mais com esse novo lugar, do que com o seu país: “o Brasil me deu mais do que alguma vez o meu país me deu”. Observa-se, portanto, a construção do etos (mostrado) dessa enunciativa, a partir do seu modo de enunciar: uma pessoa que estranha sua pátria. A naturalização, por sua vez, é vista como a ação que lhe fará fixar raízes, ou seja, que lhe fará pertencer / ser natural do Brasil (e não mais uma estrangeira / uma “estranha”). Não obstante, aponta-se para uma contradição: como vão me categorizar se não me sinto nem 100% brasileira nem 100% venezuelana?

Outro ponto a ser analisado, é o fato de Alice dizer que se sente mais confortável falando português, que falando espanhol. Essa afirmação tem, portanto, camadas a serem analisadas: em primeiro lugar, sua afirmação é feita a partir do uso da língua espanhola. Em segundo lugar, como já mencionado, sua enunciação constitui-se a partir de oposições: Brasil x Venezuela; brasileira x venezuelana; experiências positivas x experiências negativas. Desse modo, Alice se apropria da linguagem como ferramenta de aproximação do que ela quer ser (venezuelana naturalizada brasileira) e de afastamento do que ela é (venezuelana em situação de refúgio no Rio de Janeiro).

É possível questionar a que português Alice se refere, já que “língua” não é transparente (Orlandi, 2020), não é homogênea, não é apenas uma estrutura. Língua é ação, é acontecimento e atua entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 2020, p. 13). Logo, o português a que se refere Alice é um português abstrato, desprovido de contexto sócio-histórico. Esse português existe? Ademais, ao colocar o espanhol como sendo menos confortável de falar do que o português, Alice não está considerando que, por mais que domine a língua portuguesa, o espanhol estará “escondido” em algum lugar, já que, como salienta Koltai (2013), por mais que se queira, [a língua materna] nunca desaparece, deixando marcas que se

manifestam através da entonação da voz, do ritmo da fala, dos lapsos e dos vestígios (Koltai, 2013, p.134).

Retomando, ainda, o enunciado de Alice (SD14), que afirma se sentir mais cômoda falando português que falando espanhol, questiono-me: por que Alice se sente menos cômoda falando sua língua natal do que o português? Essa indagação ganha ainda mais peso, quando Alice afirma que a maior dificuldade dela no Brasil “siempre va a ser el portugués (que hoy puedo decir que domino con bastante fluidez)”⁵¹. Desse modo, se o português sempre vai ser o maior desafio, como ela se sente mais cômoda falando esse idioma, do que o espanhol? Ademais, se ela já domina o português com bastante fluência, por que ele sendo a sua maior dificuldade no Brasil?

Uma vez que o funcionamento da linguagem põe em relação sujeitos e sentidos, afetados pela língua e pela história (Orlandi, 2020, p. 19), ao afirmar seu sentimento de falta de confortabilidade com sua língua materna, produz-se efeitos de sentido que versam sobre a falta de conforto que ela tem consigo mesma, com suas vivências: uma jovem venezuelana, que está no Brasil, porque seu país de nascimento não lhe deu as condições básicas de vida. Por conseguinte, o afastar-se de sua língua é também o afastar-se do que ela não tem mais (família, amigos, sabores, rotina, trabalho), que ficaram na Venezuela. Deixo, ademais, perguntas-reflexões, que emergem a partir do enunciado de Alice: quanto a dificuldade com a língua, que dificuldade seria essa? Ao mencionar o domínio do português, o que significaria para ela “dominar” o português?

Outra questão apontada pela professora Ana Karina, durante a defesa desta dissertação, é o sentimento de segurança que Alice afirma sentir na rua: “creo que me siento más cómoda en la calle de lo que alguna vez me sentí allá. Aquí me siento segura.” Sendo o Rio de Janeiro conhecido por, dentre outras coisas, o contexto de violência urbana, quais seriam as experiências pregressas de Alice, na Venezuela, que a levava a se sentir menos segura lá, e mais segura nas ruas do Rio de Janeiro? Onde ela morava / trabalhava lá? Onde ela mora / trabalha aqui? Um carioca diria que se sente seguro andando na rua à tarde / noite? Essas questões, portanto, emergem como variáveis que precisam ser consideradas ao analisarmos a relação de Alice com o espaço “rua” e com ela mesma.

⁵¹ Tradução livre: Sempre vai ser o português (que hoje posso dizer que domino com bastante fluência).

Dando seguimento às análises, retomarei o enunciado de Sofia (SD13):

[...] Obviamente, quando estamos em outro país, mesmo que a gente goste dele, reconhecemos que somos estrangeiros, porque de início há algumas limitações. E também não somos mais da nossa terra, porque aquilo que deixamos já não existe. Mais que isso, deixamos de sê-lo antes de sair de fato, por isso saímos.

A partir desse enunciado é possível observar o dilema no qual vive Sofia: uma vez que tudo muda o tempo todo, como ser de um lugar que já não existe? Se ela deixou de ser venezuelana mesmo ainda de sair da Venezuela, então o que ela é? Em algum momento Sofia encontrará o seu lugar no mundo, a sua terra? Esse paradoxo é salientado por Sayad que, ao abordar a questão da imigração, afirma que o imigrante está

ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia (SAYAD, 2000, p. 20).

Desse modo, mesmo estando presente fisicamente em um lugar, ao não construir vínculos com esse lugar, ou seja, ao não fixar raízes nessa nova terra, o venezuelano em situação de refúgio se sente deslocado e duplamente ausentes ausente onde está e ausente de onde vem. Essa realidade se apresenta também a partir do enunciado de Alice, ao afirmar não se sentir nem 100% nem 100% venezuelana (30%), ao relatar a sensação de “um pé cá e outro lá”, de um não-lugar. Como decifrar, então, essa pátria que ficou para trás e como se decifrar?

E quanto à Alice, a naturalização lhe trará, realmente, o pertencimento almejado? Como salientam Scaramucci e Diniz (2022),

em um país onde migrantes têm direitos básicos desrespeitados em seu dia a dia, a obtenção do Registro Geral, para além dos significados simbólicos e identitários a que pode estar atrelada é, na perspectiva de alguns, um instrumento para minimizar a xenofobia e a violação de direitos [...] (SCARAMUCCI; DINIZ, 2022, p. 21).

A busca de Alice pela naturalização é sintomática de uma sociedade que marginaliza o sujeito em situação de refúgio, que é invisibilizado, coisificado, rechaçado, descartado, por uma rede de forças dominantes, que atua sobre ele, que o aponta como o Outro, o não-pertencente àquele espaço, o “invasor”. Assim, o “desligamento da sua terra”, pode ser visto pelas pessoas em situação de refúgio como uma maneira de se integrarem na sociedade de (não) acolhida.

À vista disso, através das análises dos enunciados de Alice e Sofia (SD12, SD13, SD14), é possível mapear processos de construção de subjetividades, através do “corte de suas raízes”, que é feito por meio do “desligamento” com a sua terra. Assim, elas criam novas raízes, novos modos de existência. Para entender melhor esse processo, valho-me da filosofia do exílio, de Flusser, que em sua filosofia do exílio, aponta para os desenraizamentos sofridos pelo migrante:

O primeiro desenraizamento inaugura um movimento paradoxalmente que oscila entre engajamento, o crescimento de novas raízes, e desengajamento, o rasgar e corte de raízes. [Assim], desenraizamento e enraizamento pressupõem-se um ao outro. Cada enraizamento exige um desenraizamento, e este por sua vez exige novas formas de enraizamento. Essas raízes de segundo grau e todas as outras lançadas no caminho distinguem-se por seu caráter provisório e artificial. Apenas as primeiríssimas raízes, em grande parte inconscientes – como a língua materna ou a nacionalidade, por exemplo – parecem de imediato naturais, mas até serem perdidas ou cortadas (BERNARDO; GULDIN, 2017, p. 170).

Por sua vez, esses desenraizamentos trazem consigo uma grande carga emocional, com a qual os venezuelanos em situação de refúgio precisam lidar, ao longo do processo de criação de novas raízes, como é possível verificar a partir dos relatos de Marta e Maria, ao falarem sobre o sentimento de não-pertencimento:

SD15: Marta diz: “En mi casa estoy con mi gente, mis costumbres mi día a día y aquí la verdad estamos y nos sentimos solos.”⁵²

SD16 Maria diz: “Esa realidad la sentí durante mi estadía en argentina, a diferencia de allá acá me he sentido a gusto, con un clima, cultura, comida y personas que me hacen sentir feliz.”⁵³

⁵² Tradução livre: Na minha casa [Venezuela] estou com o meu povo, meus costumes, meu dia a dia, e aqui, na verdade, estamos e nos sentimos sozinhos.

Marta aponta à solidão vivida pelas pessoas em situação de refúgio. Dessa maneira, ao não estar na sua casa, com o seu povo, com o que ela conhece, com a sua rotina, ela se sente sozinha. Desse modo, embora ela tenha sido transplantada para um novo território, suas (novas) raízes ainda não foram criadas / fincadas. Não houve, portanto, uma (re)territorialização, ou seja, ao não se apropriar desse novo território, ela se encontra desterritorializada. Maria, por sua vez, parece ter uma relação diferente com o seu entorno. Antes de vir para o Brasil, viveu na Argentina por 1 ano e meio, pois seu pai morava lá, mas estando na Argentina, não se sentia pertencente àquele país.

Dessa forma, embora parte das raízes profundas de Maria estivesse fixada na terra (Argentina), como o seu pai, o espanhol, segundo Maria, esse lugar não lhe fez se sentir acolhida, não lhe ofereceu um solo através do qual ela pudesse construir suas próprias raízes (territorializar-se). Contudo, ao estar no Rio de Janeiro, em contato com a cultura, com a comida, com as pessoas etc., ela afirma que se sentir em casa. Essas realidades tão distintas, apresentadas por Marta e Maria, levam ao questionamento: quais seriam as causas da desterritorialização de Marta apresentada por Marta, e da reterritorialização explicitada por Maria? Há muitas variáveis que podem influenciar experiências tão distintas, tais como: idade (Maria tem 27 anos, Marta tem 49 anos); o lugar do Rio de Janeiro onde elas moram; a condição socioeconômica que elas têm; a falta de oportunidade de inserção no mercado formal de trabalho etc.

Ressalto, mais uma vez, que não considero os processos de desterritorialização / reterritorialização, como totalizantes, acabados, visto que o movimento de criação se dá nas multiplicidades. Assim, –como elucida Bizon (2013) se há território, há, necessariamente, um movimento indissociável e concomitante de desterritorialização e reterritorialização. Ou seja, a criação implica sempre uma destruição. Logo, é necessário desterritorializar para reterritorializar (BIZON, 2013, p. 118). A partir da reterritorialização o migrante ressignifica tanto a cultura do local de origem quanto a do destino (SANTOS; MACEDO, 2017, p. 6). Essas novas subjetividades, por sua vez, criadas por intermédio do convívio com o “outro”, não estabelecem relação com nenhum lugar pelos quais passou, são o resultado de todos os lugares e não de apenas um (SANTOS; MACEDO, 2016, p. 18).

⁵³ Tradução livre: Essa realidade eu senti durante minha estadia na Argentina. Diferentemente de lá, aqui me senti à vontade, com um clima, cultura, comida e pessoas que fazem eu me sentir feliz.

Esse caráter fluido das subjetividades se justifica, uma vez que as identidades culturais não são uniformes ou fixas, mas, ao estarem em contato com outro território, pessoas outras, as identidades culturais que essas pessoas trazem consigo se esbarram, tropeçam umas nas outras o tempo todo, modificando-se e influenciando-se continuamente (MAHER, 2007, p. 89), o que torna os espaços onde essas pessoas circulam um lugar intercultural. Nesse sentido, essas pessoas constroem subjetividades que não são venezuelanas, tampouco brasileiras (até porque, não existe uma subjetividade venezuelana / brasileira), mas interculturais.

Sendo a (des)(re)territorialização um processo contínuo na trajetória desses refugiados, Camargo (2022) destaca que é possível que eles estejam territorializados em sentido funcional, enquanto estejam desterritorializados em sentido simbólico, como quando a língua e a “cultura interacional”, que marcam nosso pertencimento a uma sociedade, precisam se hibridizar, por exemplo. Assim, ao se desterritorializarem, vindos de seus países para o Brasil, os migrantes buscam sua territorialização concreta e simbólica nesse novo lugar. Uma das maneiras de efetivarem esse processo é pela aprendizagem da língua portuguesa (CAMARGO, 2022, p. 51).

Aprender a nova língua, então, é muito importante à (re)territorialização dessas pessoas na (nova) sociedade. Entretanto, segundo a narrativa apresentada pelos venezuelanos, mesmo estando há 1 ano ou mais no Brasil, a língua continua sendo a sua maior dificuldade. Isso foi uma grande surpresa para mim, e vai na contramão do que reitera o senso comum de que, por falar espanhol, o falante de espanhol não teria tanta dificuldade com o português. É imprescindível ressaltar que essa situação ficou ainda mais complexa em decorrência do uso da máscara por conta do vírus da COVID-19, como relataram vários alunos durante as aulas: “com a máscara é pior ainda de entender o que vocês falam; a máscara impede que tentemos fazer leitura labial, por exemplo, o que dificulta o entendimento.”

Após sucessivas leituras dos enunciados dos participantes, a reincidência da palavra “entender” chamou a minha atenção e a da minha orientadora. Não obstante, levando em consideração as semelhanças do português com o espanhol, e o tempo de estadia dos venezuelanos (participantes da pesquisa) no Brasil, os professores da banca, Décio Rocha e Leandro Diniz, durante a qualificação dessa pesquisa, levantaram as seguintes indagações:

1. O que está sendo considerado por esses sujeitos por “entender o português”?
2. Qual é a intimidade que eles têm com a língua escrita?
3. É tranquilo para eles falarem de suas experiências?

Uma vez que a participação nos questionários se deu anonimamente, não foi possível refazer as perguntas / questionários com as pessoas que responderam ao questionário. Não obstante, essa impossibilidade não é vista como uma falta, mas como uma nova situação de enunciação situada em tempo e espaço particulares (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 147). Ou seja, a partir do momento que olhei para os dados, outras possibilidades enunciativas emergiram.

Além disso, como não invisto na premissa de que a linguagem seria um código a ser decodificado, mas que é atravessada e construída por meio das práticas discursivas, faz-se necessário discutir o gênero questionário, mobilizado à participação dessas pessoas na pesquisa, e as suas possíveis concepções e indagações a respeito desse gênero: como responder a um questionário (o que dizer / não dizer)? que linguagem usar (formal / informal / neutra / parcial / imparcial)? qual é o objetivo da pesquisadora com essas perguntas? o que eu (participante) quero que a pesquisadora saiba? a que grau de exposição (das minhas ideias, vivências, sentimentos) estou disposto?

Desse modo, ao responderem o questionário, os participantes tinham ciência para quem eles estavam escrevendo / quem leria suas respostas (em primeiro lugar a professora de português, em segundo lugar, possivelmente, as pessoas que quisessem ler a pesquisa); com que finalidade (a fim de tratar de suas experiências como uma pessoa em situação de refúgio no RJ); e em que contexto (pesquisa acadêmica). Além disso, outro ponto levantado pela professora Ana Karina, durante a minha defesa do mestrado, a ser levado em consideração é que eles estão respondendo a um questionário de uma universidade pública (agente do estado brasileiro), que está lhes perguntando se esse mesmo estado está garantindo seus direitos, por exemplo. Esse contexto pode ter como efeito, portanto, respostas que não comprometam possíveis perdas de direitos sociais e individuais, de acesso à própria universidade, por exemplo, por parte dessas pessoas.

Logo, todas essas questões impactaram nas respostas dos participantes, no modo como os enunciados foram construídos. Essas questões emergiram da

condição exotópica do entrevistador [pesquisador] e do entrevistado [participantes da pesquisa] (ROCHA; DAHER; SANT'ANNA, 2004), já que, como ressaltam os autores, é preciso situar o olhar do outro e devolver-lhe um ponto de vista (o do pesquisador) sobre o referido olhar (ROCHA; DAHER; SANT'ANNA, 2004, p. 178).

Retomando as análises dos enunciados, a partir da pergunta “Qual é a maior dificuldade que você já teve até hoje no Brasil? O que foi mais fácil para você?”, as seguintes respostas foram obtidas:

SD17 Laura diz: “Mi mayor dificultad es y sigue siendo el **entender** el portugués.”⁵⁴

SD18 Pedro diz: “Escuchar y poder **entender** el portugués carioca.”⁵⁵

SD19 Marta diz: “Aprender a **pronunciar** mejor su idioma, adaptarme a sus costumbres, no tener todavía un buen empleo. Haber obtenido mi documentación rápido.”⁵⁶

SD20 Flor diz: “La mayor dificultad fue **no tener conocimiento** de la lengua y eso no me permitió optar para un trabajo.”⁵⁷

Se por um lado há a repetição do vocábulo “entender”, por outro há a ausência do vocábulo “falar”, que não é mencionado diretamente em nenhum momento, sendo apreendido em enunciados como “aprender a pronunciar melhor o seu idioma” (SD17). Desse modo, uma vez que as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento, ou seja, os enunciadores são levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo (MAINGUENEAU, 2008), observa-se dificuldades em se entender a língua portuguesa.

À vista disso, em um gesto interpretativo, pode-se dizer que esses sujeitos continuamente não se sentem seguros por não entenderem o que lhes é dito. Essa continuidade é observada a partir do uso da perífrase verbal de gerúndio “é e segue

⁵⁴ Tradução livre: Minha maior dificuldade é e segue sendo o entender o português. (Grifo meu)

⁵⁵ Tradução livre: Escutar e poder entender o português carioca. (Grifo meu)

⁵⁶ Tradução livre: Aprender a pronunciar melhor o seu idioma, adaptar-me aos seus costumes, não ter ainda um bom emprego. Ter tido minha documentação rapidamente. (Grifo meu)

⁵⁷ Tradução livre: A maior dificuldade foi não ter conhecimento da língua e isso não permitiu eu me candidatar para um trabalho.

sendo” (SD17). No entanto, cabe o questionamento: qual é o contexto desse entendimento? A dificuldade está em entender um bate-papo na rua? O desafio é entender o que o entrevistador pergunta em uma entrevista de emprego?

Levando em conta os enunciados dos refugiados venezuelanos, e o contexto sócio-histórico, apresentado a partir dos relatórios oficiais explicitados, o que a análise do corpus explicita é que o contexto de “falta de entendimento”, e de falta de diálogo entre venezuelanos e brasileiros, que resulta em uma conjuntura de falta de confiança deles em relação ao idioma, pouca interação com brasileiros, exclusão de espaços sociais etc., que impacta diretamente em suas subjetividades, ou seja, no modo como essas pessoas se veem e se relacionam com o seu entorno e com elas mesmas.

Assim, para além de uma dificuldade individual desses sujeitos com a língua, a partir dos enunciados analisados é perceptível que, ainda que essas pessoas consigam se expressar no seu dia a dia, em alguns contextos elas não compreendem o que está sendo dito a elas. Dessa maneira, a falta de compreensão impacta, diretamente, na possibilidade de inserção no mercado de trabalho, como apresentado por Flor (SD20). Entretanto, a partir da interrogação feita pelo professor Leandro Diniz, é possível ir mais longe: será que a dificuldade da Flor, para se candidatar a um trabalho, foi apenas pela falta de conhecimento dela do português? Essa perspectiva anularia toda a complexidade dos processos seletivos (de trabalho, por exemplo), constituído por muitas redes de forças que agem sobre o sujeito-candidato. Em outras palavras, não necessariamente o “domínio pleno” do português lhe garantiria conseguir um emprego, ou uma melhor aceitação social.

A fim de ilustrar essa realidade, relato uma experiência narrada por uma aluna do curso de Português com Refugiados: segundo a aluna, toda vez que ela vai para a padaria, ela não fala que quer pão, apenas aponta para o pão. Sua atitude se justifica pela sua dificuldade em pronunciar o som nasal /ãʊ/, como em /pãʊ/. Assim como Julia (SD7), que sinalou a dificuldade dos brasileiros com o entendimento do sotaque venezuelano ao falar português, a dificuldade apresentada por essa discente não está em entender ou falar a língua, mas na caracterização de um falar estrangeiro que não está sendo bem aceito, além da situação constrangedora a que ela é submetida ao pronunciar o fonema nasal em pão, que é entendido como “pau”. Dessa forma, ao pronunciar a palavra “pão”, ela é identificada como não sendo brasileira, e por conseguinte recebe um tratamento diferente.

Sendo o Brasil tão conhecido por ser um “país acolhedor, “receptivo”, o que estaria contribuindo para todo o contexto apresentado nessa pesquisa, de segregação social, de preconceito e de xenofobia contra os venezuelanos em situação de refúgio no Rio de Janeiro. Dentre os muitos fatores, destaco o trabalho feito pela mídia empresarial acerca do fenômeno do deslocamento forçado que, afetada por uma perspectiva colonialista,

se restringe a apresentar casos isolados, em sua maior parte em condições bastante frágeis, e em direção ao continente europeu. Aderindo ao já clássico apelo sensacionalista, o tratamento conferido ao deslocamento forçado o sugere como um fenômeno situado, particular e de responsabilidade daqueles que, por alguma razão – que, em geral, se oculta –, decidem acionar os fluxos migratórios (ARANTES, KAMBA, 2019, p. 129).

À vista disso, a contribuição da mídia no reforço de visões negativas, preconceituosas, deve ser questionada, colocada em xeque, uma vez que ela tem um forte impacto na formação de opiniões na sociedade. São válidos, então, questionamentos como: a quem a mídia serve, a quais interesses, com quais objetivos? Para exemplificar, Aguiar (2020) salienta falas xenofóbicas de Bolsonaro, em relação aos refugiados e imigrantes, e aponta o grande recuo sofrido no tratamento a essa população.

Dentre as falas apresentadas, Aguiar (2020) menciona uma declaração, baseada no periódico Mundo (2019), dada em 2015, em uma entrevista, pelo então deputado federal, Bolsonaro, em que ele se refere “a senegaleses, Haitianos, Sírios e outros buscando refúgio no Brasil como a “escória do mundo”, indicando inclusive que formavam uma ameaça às Forças Armadas Brasileiras.” Esses enunciados retomam a massa de textos que se referia da mesma maneira aos refugiados, durante o já mencionado período da ditadura no Brasil. Desse modo, Mundo (2019 *apud* AGUIAR, 2020, [s.d.]) aponta que esta linguagem e linha de pensamento normaliza o confinamento de tais populações em zonas de exclusão, seja nas periferias de sociedades, em campos de refugiados ou em centros de detenção.

Nessa mesma direção, Silva, Lara e Medeiros (2020) também trazem importantes contribuições, ao analisarem como os refugiados foram retratados na mídia paranaense entre 2010 e 2018, nos jornais Gazeta do Povo e no Folha de Londrina. De acordo com as autoras, os contextos descritos nas reportagens são:

com relação à Síria fala-se de guerras, distúrbios civis, violência étnica, estupros, fome, seca; relativo ao Haiti cita-se a guerra civil e posterior terremoto e sua avassaladora destruição; já no tocante ao contexto venezuelano, escassez de alimentos e as perturbações econômicas são as questões abordadas, juntamente com a proximidade à fronteira brasileira e as dificuldades enfrentadas para sua travessia. [De acordo com as autoras] os contextos são expostos de forma a justificar a razão de os sujeitos serem obrigados a deixar suas casas e ter que recomeçar a vida em outro país. Esse recomeço também é objeto de algumas reportagens. (SILVA; LARA; MEDEIROS, 2020, p. 11)

No entanto, ainda que seja importante a elucidação das razões pelas quais esses sujeitos saem de seus países, ao associar a figura do refugiado sempre a um contexto perturbador, de vulnerabilidade, de destruição, contribui-se à criação de uma imagem desses sujeitos como pessoas fragilizadas, em fuga, que nada tem a contribuir. Não se ressalta, por exemplo, a riqueza sociocultural que essas pessoas têm, não se publica suas experiências de vida. Como ressalta Bauman (2017), a mídia lucra com transmissões que promovem o pânico.

Assim, Emma Barnett (*apud* BAUMAN, 2017) descreve a tendência predominante na apresentação dos migrantes pela mídia formadora de opinião:

Até a linguagem que está sendo usada para descrever eritreus, etíopes, afegãos e sudaneses, predominantemente homens, que tentam viver na Europa é, na melhor das hipóteses, mecânica e, na pior, desumanizante. Reuniões governamentais de emergência são realizadas para garantir que haja um “gerenciamento severo de fluxos migratórios ilegais”. Como? Trata-se de pessoas reais, dotadas de corações, famílias e, a menos que nos esqueçamos, direitos humanos (BARNETT, [s.d.] *apud* BAUMAN, 2017, [s.d.]).

Bauman (2017) alerta, ainda, para os sinais de que a opinião pública, em conluio com uma mídia ávida por audiência, está se aproximando de modo gradual, porém inexorável, do ponto de “fadiga da tragédia dos refugiados”. Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem os migrantes como batatas quentes às injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência “no noticiário” (BAUMAN, 2017, n.p.). Há uma coisificação, desumanização, no tratamento dado ao migrante, ao refugiado, pela mídia, que o torna mera estatística.

Essa naturalização da tragédia, no entanto, não se dá ao acaso, mas pode ser entendida como uma forma de soberania, cujo projeto central não é a luta pela

autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p. 125). Nesse sentido, é interessante observar que, embora inaceitáveis, os discursos de ódio / xenofóbicos, que circulam na sociedade contra a população refugiada, se veem refletidos e fazem coro com as falas de Bolsonaro e com as notícias catastróficas, apresentadas nas mídias, e, de certa maneira, encontram validação nessas falas. Visto que essa pesquisa foi feita no contexto político brasileiro em que Bolsonaro era o presidente do país (2021-2022), não é possível analisar os enunciados dos participantes sem levar em conta esse contexto.

Dessa forma, Diniz e Bizon (2020) defendem que, com a apropriação das tecnologias de comunicação por determinadas forças políticas, vivenciamos a (re-)edição de um reacionarismo neoliberal comprometido

com uma espécie de pedagogia narcísica de autossuficiência. Ancorada em valores como o negacionismo científico e o desprezo a instituições globais voltadas aos Direitos Humanos e à cooperação mundial, essa pedagogia (des)educa para o não diálogo com a diferença. (DINIZ; BIZON, 2020, p. 31)

A saída do Brasil, em 1º de janeiro de 2019, dia da posse de Bolsonaro, do Pacto Global para a Migração, da ONU, assumido por mais de 160 nações em dezembro de 2018, como resposta multilateral à crise migratória contemporânea (Diniz; Bizon, 2020, p. 33), é um fato que elucida os apontamentos de Diniz e Bizon (2020), assim como a regulamentação da Portaria 666, editada em junho de 2019 pelo então braço direito de Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, que em seu 1º artigo, regulava o

‘impedimento de ingresso, a repatriação, a deportação sumária, a redução ou cancelamento do prazo de estada de pessoa perigosa para a segurança do Brasil ou de pessoa que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal’ (‘pessoa perigosa’ não está condicionado à sentença judicial, podendo se dar, por exemplo, por meio de ‘informação de inteligência proveniente de autoridade brasileira ou estrangeira’ ou ‘investigação criminal em curso’ (BRASIL, 2019 apud DINIZ; BIZON, 2020, p. 34).

O simples fato de suspeitarem de um refugiado, por exemplo, seria motivo para expulsá-lo do país. Retomando Rocha (2014), uma vez que a linguagem é performativa, ou seja, nos engajamos no que dizemos, explicitarei enunciados de

Bolsonaro sobre os imigrantes / refugiados, apresentados por Diniz e Bizon (2020, p. 32), os quais têm como efeito a xenofobia, a segregação dessas pessoas e a falta de seus direitos sociais: “não podemos fazer do Brasil a casa da mãe Joana” [referindo-se à imigração de venezuelanos e haitianos] (Bolsonaro, 2016)⁵⁸; “Como essa última lei de imigração...Vê, a França aceitou algo parecido com isso, ó a desgraça que está lá. Nós somos humanos, queremos respeitar direitos humanos, mas ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa. E o Brasil é a nossa casa”. (Bolsonaro, 2018)⁵⁹; “A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós [...]” (Bolsonaro, 2020)⁶⁰.

Os enunciados acima ilustram as condições de produção, sob as quais se encontravam os venezuelanos em situação de refúgio, no governo Bolsonaro: pessoas marginalizadas, desumanizadas, descartáveis, em um contexto de aumento da situação de vulnerabilidade social. Por conseguinte, essas massas de textos são retomadas por Laura, Flor e Alice, que ao abordarem a questão de “serem refugiadas no Brasil”, valem-se de vocábulos que remetem a um contexto criminal (fugir; julgar; acusar; roubar; processo penal), para falar de suas realidades, como se o refugiado fosse sempre um fora da lei (“certo tipo de gente”).

Voltando aos discursos de Bolsonaro, outro ponto a ser questionado, levantado pelo professor Diniz durante a minha defesa do mestrado, é a relação contraditória entre as já mencionadas ações xenofóbicas, racializadas, empreendidas pelo então governo de Bolsonaro (2021-2022), e a capitalização política, por parte do então candidato à presidência, Bolsonaro (2018), em causa própria e em prol da defesa do sistema neoliberal, cujo mandante é o capitalismo. Dessa maneira, o bordão “O Brasil vai virar a Venezuela”, usado como estratégia política durante a campanha presidencial, em 2018, apontava para os riscos de o Brasil se tornar a Venezuela.

Assim, como salientam Modesto e Magalhães (2019, n.p.), além da expressão ser usada frequentemente nos discursos eleitorais, os mesmos grupos de apoio

⁵⁸ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/nao-podemos-fazer-do-brasil-a-casa-da-mae-joana-diz-bolsonaro-sobre-imigracao-de-venezuelanos-e-haitianos/>. Acesso em: 22/10/2023.

⁵⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>. Acesso em: 22/10/2023.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>. Acesso em: 22/10/2023.

[bolsonaristas] demonstram um interesse particularmente exacerbado pelo compartilhamento de notícias, depoimentos pessoais, fotografias e vídeos que demonstram a situação crítica venezuelana. Há, portanto, embates entre diversas imagens: Brasil (próspero) e Venezuela (não próspera); Brasil (capitalista) x Venezuela (socialista); Brasil (de Bolsonaro) x Venezuela (de Maduro, que foi apoiado anteriormente por Luís Inácio Lula da Silva (Lula)); Brasil (de Bolsonaro) x Brasil (de Lula, “que já apoiou Maduro, e vejam em que situação está a Venezuela”); Bolsonaro (amigo) x Lula (inimigo).

A partir dessas oposições, há, por um lado, a reiteração da narrativa de “salvador”, amplamente usada pelo então candidato à presidência, Bolsonaro, durante as campanhas eleitorais. Por outro lado, surgem efeitos de sentido que, mais uma vez, dizem respeito à marginalização da Venezuela e dos venezuelanos, e à necessidade de constante vigilância em prol da defesa de seus direitos sociais e individuais, por parte dessas pessoas.

Não obstante, embora haja tentativas de laminação dessas pessoas e de suas subjetividades, como defendem Miranda e Soares (2009), é possível singularizar no cotidiano, através de práticas que potencializem as experiências dessas pessoas com o seu entorno. Um exemplo disso é o Curso de Português com Refugiados oferecido pela Cáritas-RJ em parceria com a UERJ, que visa ensinar o português do dia a dia para as pessoas refugiadas, sempre partindo das vivências, dos conhecimentos de mundo deles para, a partir daí, construir novos conhecimentos e novos mundos. Esse curso vem gerando frutos, como é relatado a seguir:

SD21: Flor diz: “[...] Agradecida con los cursos impartidos por Caritas y su cuerpo de profesores, gracias a ellos aprendí bastante del idioma, ahorita si podría responder un cuestionario o cualquier documento que me fuese solicitado. [...]”⁶¹

SD22: Aurora diz: “Anteriormente creía que el idioma era una barrera pero gracias al apoyo que nos ha brindado cáritas con el curso de portugués hemos podido de alguna manera superar esa barrera. [...]”⁶²

⁶¹ Tradução livre: Estou grata com os cursos dados pela Cáritas e o seu corpo docente, graças a eles aprendi bastante do idioma, agora sim eu poderia responder a um questionário ou qualquer documento que me fosse solicitado.

Dessa maneira, não somente o aprender a falar a língua, mas sobretudo o entendê-la, configura-se como essencial à integração desses sujeitos na sociedade. A Língua Portuguesa, portanto, figura como o instrumento através do qual os migrantes se (re)territorializam: através da língua, do contato com a cultura, com novos modos de saber-fazer, eles se apropriam (ou não) do que esse novo território tem a lhes oferecer. Através do português, os migrantes passam a criar (novas) raízes, novas maneiras de se relacionar consigo e com os outros.

Entretanto, para algumas dessas pessoas, o aprender o português é ainda mais complexo, por lidar com certas crenças a respeito da aprendizagem de línguas: não é somente aprender um novo idioma, mas deixar de falar o seu idioma materno, “o que poderia implicar no seu esquecimento”. Assim, baseados nessa crença, algumas pessoas resistem a aprender a língua portuguesa, o que torna as suas jornadas ainda mais solitárias, já que não conseguem se comunicar com o seu entorno (que não fale espanhol).

Para exemplificar esse contexto, narro aqui uma experiência que me ocorreu, enquanto dava aula de português para os alunos na UERJ. Elza era uma aluna assídua. Diferentemente de muitos alunos, que, por motivos de força maior, não podiam estar presente em todas as aulas, Elza não faltava a uma aula. Maior de 60 anos, ia sempre acompanhada de sua filha adulta (também aluna do curso), fazia todas as atividades propostas, copiava tudo que acontecia na aula em seu caderno, demonstrava entender tudo o que estava sendo dito, mas não respondia em português.

Essa situação permaneceu ao longo de aproximadamente dois anos. Intrigava-me o fato de sua filha falar português e de Elza estar tanto tempo no curso mas não falar português. Eu me questionava, enquanto professora: o que eu poderia fazer para ajudá-la no desenvolvimento da sua oralidade? Decidi perguntar-lhe sobre suas dificuldades. O porquê de ela somente responder em espanhol. Sua resposta foi: “eu não falo português, minha filha, porque eu não quero esquecer o espanhol.”

⁶² Tradução livre: Anteriormente eu achava que o idioma era uma barreira, mas graças ao apoio que a Cáritas nos deu com o curso de português pudemos, de alguma maneira, superar essa barreira.

Naquele momento foi como se eu tivesse recebido um soco no estômago. Fiquei sem reação. Fui deslocada para um lugar inesperado (porque não é apenas o aluno que se desloca, ao fazê-lo, Elza me deslocou também). A partir de sua fala, portanto, percebe-se o conflito no qual ela vive. Conflito esse que não se restringe propriamente ao contexto de aprendizagem de uma segunda língua, mas que passa pela sua subjetividade, que revela o que é língua e como essa língua é sentida por ela. Assim, perder a língua é se afastar de suas raízes, raízes essas que foram arrancadas de sua terra natal.

Como afirma Koltai (2013), a língua materna é aquela de uma comida da infância que vem acompanhada por uma palavra incomparável e que pode produzir pertencimento, fruto do reconhecimento. À vista disso, para Elza, aprender o português implica deixar para trás o conhecido, as sensações e os lugares os quais ela experienciou, cortar suas raízes mais profundas. Além disso, Koltai (2013) ressalta, ainda, que o migrante tem a ilusão de que a língua é capaz de atravessar as fronteiras sem que nada dela se perca e nada a ela se acrescente. Não obstante, não é isso que acontece. Koltai reflete, ainda que

se deixar para trás a língua materna pode ser considerada uma perda irreparável é porque ela é um instrumento de constituição da identidade [por identidade a autora se refere às representações identitárias que o sujeito tem de si mesmo e dos outros no que diz respeito aos respectivos pertencimentos e que faz com que uma identidade se construa sempre em oposição a uma outra, transformando esta em objeto de agressividade] psíquica do sujeito, uma vez que ela pode ser entendida como o lugar, por excelência, da articulação do individual e do social, exposta portanto a todos os avatares da História. Falar de língua materna é, de certo modo, falar sempre das figuras da ausência que ora se conjugam separadamente, ora em conjunto, ora enquanto histórias, ora enquanto História, pois é bem sabido que em cada uma dessas histórias podemos sempre encontrar indícios de uma herança da História humana, da História de todos (KOLTAI, 2013, p.134).

Assim, Elza vê o aprender a língua portuguesa como uma ação que a fará perder / quebrar o elo que a mantém ligada ao mundo que conhece. Nesse sentido, perder a língua é se perder de si. Dessa maneira, ao viver entre “duas culturas”, Elza depara-se com um conflito identitário. À vista disso, ela é um ser deslocado, que, como salientam Santos e Macedo (2017), não se encaixa por viver no entrelugar cultural – lugar este que lhe é desconfortável. A morada atual está relacionada com os acontecimentos do tempo presente, não tendo relação, assim, com a memória

que está ainda presa ao passado – lugar de suas raízes (SANTOS; MACEDO, 2017, p. 8). Desse modo, ela passa a estar em um não-lugar.

Consequentemente, a falta de relação histórica e de relações identitárias com esses espaços (os não lugares) tem como consequência a solidão, a individualidade, o não pertencimento e os conflitos identitários. Dessa forma, o indivíduo migrante estabelece relações entre o local atual em que se encontra e sua terra natal. Tal feito o remete a lembranças de sua pátria, o que lhe traz conforto e sensação de pertença (SANTOS; MACEDO, 2017, p. 9).

Contudo, a resistência ao aprendizado da língua portuguesa, devido a fatores psicossociais, como o mencionado caso de Elza, segundo a minha experiência, não é recorrente. A maioria dos alunos, com os quais tive contato ao longo dos anos (2018 - 2022), sobretudo os alunos mais jovens, reagem de outra maneira ao aprendizado do português. Eles veem o português como uma oportunidade de recomeço. Konicheckis (1998 *apud* KOLTAI, 2013) se refere a esse público ao afirmar que, todo imigrante

vê-se necessariamente na obrigação de criar, inventar, descobrir uma nova língua, muitas vezes fruto de uma heteroclita mistura de fragmentos das originais, uma vez que, em seu incessante vai e vem entre as línguas, o migrante reproduz em seu psiquismo o vai e vem da migração, no intuito de encontrar o tom que melhor se afina com sua própria experiência migratória e que lhe permita relacionar antigo e longínquo, presente e futuro, tecendo para si uma nova “identidade”, com toda a ambiguidade do termo e que uso aqui no sentido de ter, habitar um lugar, entendido como um lugar psíquico que permite relacionar através das palavras o vivido, o sentido e o percebido (KONIECHECKIS, 1998 *apud* KOLTAI, 2013, p. 135).

Em um emaranhado de idas e vindas, de memórias e de experiências novas, de negociações com as diversas culturas pelas quais transitam (SANTOS; MACEDO, 2016), portanto, que sentidos outros vão sendo produzidos, e novas subjetividades vão sendo construídas. Durante esse processo, é possível observar, ademais, fraturas causadas por esses deslocamentos, como o sentir-se fora de lugar, o sentimento de não-pertencimento, a solidão, as situações xenofóbicas, a falta de trabalho, vivenciadas por essas pessoas. Desse modo, embora se recuperem as fraturas, ficam as cicatrizes, sendo esse percurso, de resignificação de si e do mundo, tão complexo quanto o próprio processo de (i)migração.

Finalmente, uma vez que busquei explorar a relação entre os corpos e os espaços, a partir do conceito de des(re)territorialização (HAESBAERT, 2004; BIZON,

2013), estando essa pesquisa ambientada no Rio de Janeiro, busquei observar, ademais, se, durante as respostas apresentadas no questionário, essa cidade se apresentava como um espaço intensificador da sensação de não-pertencimento. Assim, foquei-me nas SDs que apresentavam os termos (Rio de Janeiro, cidade, cariocas). Localizei, quatro SDs: a SD22, apresentada anteriormente, e as SDs (23, 24, 25):

SD23 Flor diz: “Gracias ,Brasil , mi cariño para toda su gente , de manera muy especial para los habitantes de **Río de Janeiro**. Mi agradecimiento eterno.”⁶³ [grifo meu]

SD24 Alice diz: “[...] Lo más fácil fue acostumbrarme al ritmo de la **ciudad**. Las personas van, vienen, hacen y todo es tan natural.”⁶⁴ [grifo meu]

SD25 Sofia diz: Amo un churrasco (jaja) amo el açáí. Amo a los Brasileiros en general. Ahh “pegue malandragem **carioca** (jaja) ojo hacia el lado bueno.”⁶⁵ [grifo meu]

A partir das análises das SDs (22, 23, 24 e 25), percebi que, embora as próprias participantes dessas SDs tenham relatado casos de exclusão, de preconceito, do sentimento de se sentirem deslocadas no Brasil ao longo de suas trajetórias, afinal, essas pessoas passam, muitas vezes, por muitos lugares até chegarem ao “destino final”, ao falarem, especificamente, sobre o Rio de Janeiro ou sobre os seus moradores, as visões apresentadas por elas sobre a cidade, e sobre as pessoas que moram na cidade, a partir do modo como elas se colocam, ou seja, do etos mostrado (DEUSDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2019), são de um contexto acolhedor, receptivo, fluido, contagiante pelo modo de seu funcionamento, pela sua culinária, pelo seu jeito de ser. Portanto, através das análises do modo como esses enunciados são explicitados, não é possível dizer que o Rio de Janeiro se apresenta

⁶³ Tradução livre: Obrigada, Brasil, deixo meu carinho para todas as pessoas, e especialmente para os habitantes do Rio de Janeiro. Meu agradecimento eterno.

⁶⁴ Tradução livre: O mais fácil foi me acostumar ao ritmo da cidade. As pessoas vão, vêm, fazem [coisas] e tudo é tão natural.

⁶⁵ Tradução livre: Amo um churrasco (risos) amo o açáí. No geral, amo os brasileiros. Ah “peguei a malandragem carioca (risos), mas claro, para o lado bom.

como um espaço que potencializa o sentimento de não-pertencimento dessas pessoas.

Todavia, é importante salientar que os espaços públicos, como aponta Bauman (2001 *apud* SANTOS; SOUZA, 2014), são lugares que as pessoas compartilham apenas como pessoas públicas - ou seja, nesses espaços, o indivíduo pode interagir socialmente sem que seja obrigado a "... retirar a máscara, soltar-se, expressar-se, confessar seus sentimentos, sonhos ou preocupações mais profundos". Sendo assim, não apenas o Rio de Janeiro, mas o próprio questionário apresenta-se como um espaço público. Logo, não necessariamente as pessoas são como se apresentam e/ou demonstram suas subjetividades.

Em suma, embora a partir da análise das materialidades linguísticas, apresentas nos enunciados, a falta de inserção no mercado de trabalho não tenha sido a problemática mais destacada pelos participantes em seus enunciados, senão o entendimento da língua portuguesa, entendimento esse que busquei relativizar a partir da análise de toda a conjuntura apresentada ao longo dessa pesquisa, como a invisibilização e a descredibilização dos sujeitos refugiados residentes no RJ, por múltiplas redes de poder que agem sobre eles, o "não entendimento" da língua não deixa de ter como efeito a menor possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho, como foi possível observar a partir dos dados apresentados em relatórios e retificados pelos próprios participantes da pesquisa. Assim, ao estarem fora do mercado formal de trabalho, essas pessoas encontram-se em múltiplas situações de vulnerabilidade social, que afetam seu modo de ser e estar no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação começou com o questionamento *o que significa estar na condição de refugiado*. Como ilustrado no início dessa dissertação por Yisel, cubana residente no Rio de Janeiro, para a pessoa migrante, estar na condição de refugiado é estar sempre entre o já conhecido, chamado por Yisel como *raíces de origem trazidas em um vaso*, ou seja, raízes que trazem consigo, como sua língua, suas vivências, seus conhecimentos de mundo, seus familiares e amigos etc., e o que se está conhecendo: raízes novas, que estão sendo (re)construídas, como o aprendizado de uma nova língua, novos modos de ser, maneiras outras de se relacionar nos lugares pelos quais passam e nos quais se estabelecem.

A partir dessa metáfora, caminho na contramão dos discursos que descredibilizam e apagam as vivências, as agências, os sabores e os conhecimentos dos sujeitos migrantes (Diniz; Neves, 2018). Ao se deslocarem de seus países de origem, essas pessoas trazem consigo bagagens sócio-históricas / culturais que, embora muitas vezes não valorizadas na sociedade que as recebe, conforme analisado no capítulo anterior, segue existindo e resistindo às coerções sociais, às descreditações de si e de seus conhecimentos, a episódios xenofóbicos etc.

Dessa forma, embora sinta que os brasileiros não confiem nas capacidades profissionais dos venezuelanos na condição de refugiados, por exemplo, Sofia afirma ter seguido se preparando para ter melhores oportunidades no mercado laboral “me he ido preparando muchísimo aprendiendo y estudiando lo que ahora me permite sustentarme”⁶⁶. Da mesma maneira, mesmo se sentindo excluída em inumeráveis entrevistas de trabalho, não apenas por ser venezuelana, mas por ser venezuelana maior de 50 anos “al parecer las personas mayores de 50 años ya no son muy atractivas para el campo laboral”⁶⁷, Aurora (55 anos), professora pós-graduada, relata a sua busca por se reinventar: passou a fazer cursos na área de culinária e de confeitaria e começou a vender churros por encomenda.

⁶⁶ Tradução livre: Fui me preparando muitíssimo aprendendo e estudando, o que agora permite que eu me sustente.

⁶⁷ Tradução livre: Ao parecer as pessoas com mais de 50 anos já não são muito atrativas para o mercado de trabalho.

Pode surgir, ainda, o questionamento: se a pesquisa é sobre venezuelanos na condição de refugiados, por que foi usada uma ilustração feita por uma cubana? Porque os refugiados não são de um único lugar. Embora o maior contingente de pessoas em situação de refúgio no Brasil seja de venezuelanos, há uma pluralidade de nacionalidades no Brasil que se encontram na condição de refugiados e, assim como os venezuelanos, essas outras nacionalidades possivelmente vivenciam situações similares inerentes à condição de estar em situação de refúgio.

À vista disso, essa perspectiva leva a indagações que visam cumprir objetivo principal da pesquisa, que foi mapear e construir reflexões acerca dos atravessamentos / dispositivos que são mobilizados nos processos de construção das subjetividades de refugiados venezuelanos residentes no Rio de Janeiro. O que constitui, então, o sujeito na condição de refugiado / os modos de estar nessa condição? De acordo com Santos (2014), o sujeito refugiado e sua maneira de ser constitui-se a partir de uma subjetividade traduzida que reflete a multiplicidade de pertencimentos e as heterogeneidades presentes em seu ser (SANTOS, 2014, p. 17). Esse processo se dá como consequência de seus deslocamentos e dos contatos com as diferenças. Para exemplificar, saliento o relato de Alice, que ao apontar as diferenças entre a Alice de agora e a Alice que vivia na Venezuela, diz:

SD26: Alice diz: “[...] ya me he acostumbrado a la comida de calle de aquí (mis favoritos son los joelhos). Tercero, la cotidianidad del Google Maps me encanta. No necesito conocer el lugar para llegar, cosa que en Venezuela era imposible. Y cuarto, creo que me siento más cómoda en la calle de lo que alguna vez me sentí allá. Aquí me siento segura. Se ha convertido en costumbre salir después del trabajo a tomar un trago, conversar y después volver de Uber a casa.”⁶⁸

Para Alice, o que a princípio apresentava-se como uma dificuldade (comer comida de rua), passados três anos de estar no Brasil, ou seja, ao estar em contato com esse contexto, tornou-se um costume (comer “joelhos”). Houve mudanças, também, na sua relação com o espaço: se na Venezuela ela precisava conhecer o

⁶⁸ Tradução livre: “[...] já me acostumei à comida de rua daqui (meus favoritos são os joelhos). Terceiro, adoro a cotidianidade do *Google Maps*. Não preciso conhecer o lugar para chegar, algo que na Venezuela era impossível. E quarto, acho que me sinto mais confortável [aqui] na rua do que em algum momento já me senti lá. Aqui me sinto segura. Tornou-se um costume sair depois do trabalho para tomar uma bebida, conversar e depois voltar para casa de Uber.

lugar para poder chegar a ele, no Brasil, a partir do uso da tecnologia (*Google Maps*), ela tem a possibilidade de ir a lugares desconhecidos; ao se sentir segura na rua, Alice se sente cômoda para circular por esse espaço, tornando-se um costume dela sair para beber e conversar, e, posteriormente, voltar de Uber para casa. Realidades essas inexistentes em seu país, mas que a partir do seu contato com esses novos contextos, por meio de processos de reterritorialização, transformaram não só a maneira como ela se relaciona com o entorno no qual está inserida, como também o modo como ela se relaciona consigo mesma.

Aurora, por sua vez, ao apontar as diferenças entre quem ela era na Venezuela e quem ela é no Brasil, ressalta:

SD27 Aurora diz: “Ahora me he dedicado más al arte de la cocina y la repostería. Cada día es un nuevo aprendizaje. Anteriormente era más práctica a la hora de hacer la comida, quizás porque me concentraba más en las cosas de mi trabajo y no prestaba mucha atención a esa área.”⁶⁹

De acordo com Aurora, ela era mais prática ao cozinhar quando estava na Venezuela. Não prestava atenção à culinária. Em outros enunciados ela diz que sua concentração era voltada para o seu trabalho como coordenadora pedagógica da educação primária. No entanto, ao estar no Brasil, após ter sido demitida de um restaurante no qual atuava como supervisora da área de cozinha e controle de estoque em 2020, houve uma mudança dela em relação a preparação da comida (do dia a dia e da confeitaria), que deixou de ser algo rápido, para ser o sustento da família (Aurora passou a vender churros por encomenda). A partir dessa realidade, pode-se dizer que sua mudança foi motivada não só por seu maior contato com outras culinárias, ao trabalhar em um restaurante, ou pela sua maior disponibilidade de tempo, mas também pela necessidade de geração de renda familiar.

Destaco que a demissão de Aurora do restaurante, em 2020, pode ser entendida como consequência da pandemia, uma vez que, a partir da redução de consumo de alimentos fora de casa, restaurantes e similares foram severamente afetados pela pandemia. Desse modo, esse setor admitiu 46% menos imigrantes,

⁶⁹ Tradução livre: Agora tenho me dedicado mais à arte da cozinha e da confeitaria. Cada dia é um novo aprendizado. Antes eu era mais prática na hora de fazer comida, talvez porque eu me concentrava mais nas coisas do trabalho e não prestava muita atenção nessa área.

passando a apresentar saldo negativo no primeiro semestre de 2020 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; 2020, p. 32).

Dando continuidade aos objetivos traçados à pesquisa, ao delinear a construção do etos discursivo do público da pesquisa, por meio do modo como enunciavam, foi observado um etos tolerante, compreensivo, não havendo, muitas vezes, coerência entre o que era enunciado em determinadas perguntas, e as situações explicitadas em outras: por um lado Alice afirma não sentir discriminação entre um brasileiro e ela; por outro lado, ela diz que as pessoas a viam como alguém que havia fugido em decorrência de um processo penal; Flor salienta que sente que o Brasil é o país que melhor trata os imigrantes, no entanto, ao falar sobre suas experiências no Brasil, diz que as pessoas não entendiam o que era uma pessoa refugiada, e por isso tinha que explicar a situação várias vezes. Por meio do modo como enunciam, os participantes dialogam com a imagem que, muitas vezes, o nacional espera do estrangeiro: uma pessoa que não conteste a realidade à sua volta, para quem tudo esteja sempre bom / satisfatório.

A partir das análises dos enunciados foi possível observar, ademais, a retomada de massas de textos e o posicionamento discursivo dos participantes da pesquisa em relação ao conjunto de vozes que se faz ouvir nos seus enunciados: “[...] las personas te ven como alguien que huyó por proceso penal y no como lo que es: situación humanitaria”⁷⁰; “me juzgan por ser venezolana y me acusan de robar beneficios en su país”⁷¹; “cambiaría la forma de vernos a los refugiados como una persona que vino a quitarte tu empleo [...]”⁷². A partir da retomada dessas vozes, que apresentam o refugiado como o “inferior”, “aquele que é um “peso” à sociedade de acolhida”, emerge como efeito pessoas que precisam defender sua própria humanidade (não somos criminosos x somos pessoas); (não somos o inimigo x somos pessoas em busca de uma vida digna); pessoas que se sentem acusadas; pessoas que não se sentem aceitas. Dessa maneira, é possível observar a compreensão que elas têm de si, através do olhar e das palavras do outro.

⁷⁰ Tradução livre: [...] as pessoas te veem como alguém que fugiu por processo penal e não como o que é: situação humanitária.

⁷¹ Tradução livre: Me julgam por ser venezuelana e me acusam de roubar benefícios no seu país.

⁷² Tradução livre: Mudaria a forma como nos veem, os refugiados, como uma pessoa que veio para tirar o seu emprego.

Nesse sentido, o que se vê, na prática, são pessoas que se sentem constantemente excluídas, que se sentem discriminadas socialmente, cuja proteção das leis, muitas vezes, se restringe ao papel. Por conseguinte, emerge o sentimento de não-pertencimento, por exemplo, que leva os refugiados a buscarem pela naturalização, já que essa seria uma maneira de “pertencer” à sociedade, visto que, ao se naturalizarem, eles têm direito a voto, ao acesso a cargos, empregos e funções públicas, têm a possibilidade do passaporte e também da carteira de identidade brasileira (SCARAMUCCI; DINIZ, 2022, p. 20).

A busca pela naturalização, portanto, aponta para o Brasil como NÃO sendo um país: de (oportunidade para) todos, que abraça o estrangeiro, que respeita as pessoas em situação de refúgio. Pelo contrário, ao chegarem ao Brasil, essas pessoas deparam-se com uma realidade que, muitas vezes, não lhes dá a possibilidade de se constituírem como integrantes da sociedade e, acima de tudo, como seres cuja existência fosse [é] considerada (GONÇALVES, 2023, p. 7). Por conseguinte, produz-se sujeitos laminados, marginalizados, em posições subalternas. A falta de oportunidades de integração social, por sua vez, contribui à construção e manutenção de concepções (xenofóbicas).

Além disso, ao se sentirem discriminados, ao não serem bem atendidos em determinados contextos, como na padaria, no ambiente de trabalho etc. por, – dentre tantas outras questões –, ao não conseguirem pronunciar determinados fonemas, por exemplo, essas pessoas associam esses sentimentos (de falta de oportunidades; de exclusões), a dificuldades com a língua, com o seu entendimento. Desse modo, a meu ver, a dificuldade com o português, apresentada pelos participantes que estão há 1 ano ou mais no Brasil não está associada a dificuldades individuais dos falantes, mas é indicador de realidades excludentes vivenciadas por essas pessoas.

Em outras palavras, essa dificuldade se relaciona a uma massa de textos que remete a preconceitos, à inserção / visibilidade / caracterização desse estrangeiro nessa comunidade. Ou seja, trata-se de uma dificuldade que está atrelada ao tratamento dado a esses estrangeiros, que os coloca em posições de inferioridade (aqueles que não são entendidos / que não sabem falar), que muitas vezes não são, na prática, aceitos na sociedade. Esse contexto, portanto, ilustra como a rede de forças, sob a qual os venezuelanos em situação de refúgio estão expostos, influencia o modo como eles se veem e percebem o seu entorno.

Como discorrido no capítulo de análise, as concepções preconceituosas e xenofóbicas que são retomadas e, de certa maneira validadas pelas próprias pessoas que sofrem com essas situações, encontram respaldo na mídia, que ao tratar da questão do refúgio / refugiados, o faz a partir de perspectivas negativas, com pessoas em estados deploráveis, o que resulta na desumanização e no reforço de visões negativas desse público. O posicionamento de figuras públicas, que têm discursos e atos anti-imigração, como o ex-presidente Bolsonaro, por exemplo, é outro fator que corrobora à manutenção de concepções e de ações que desrespeitam e agredem as pessoas que vivem na condição de refugiadas.

Desse modo, a partir dos dados explicitados (através de relatórios / artigos), e das análises dos enunciados dos participantes, defendo que as pessoas na condição de refúgio e os modos de ser refugiados se constituem a partir de contextos de variadas privações sociais como: 1) a falta de políticas públicas de acolhimento dessas pessoas na sociedade; 2) a baixa inserção e integração delas no mercado de trabalho, no acesso aos serviços públicos de saúde, educação, lazer, etc., 3) os contextos xenofóbicos vivenciados no dia-a-dia; 4) o descaso dos governantes no tratamento aos refugiados não só no Brasil (como no caso do jovem Moïse), como no mundo (como o mencionado naufrágio do barco no Mediterrâneo, que resultou na morte de centenas de vidas).

Saliento, ainda, a importância da existência de políticas públicas de saúde voltadas ao público refugiado 50+. Em um contexto no qual as pessoas têm prazo de validade, em que os idosos, por não serem considerados pelo sistema neoliberal como produtores de capital, são descartados, colocados à margem, a pessoa em situação de refúgio com mais de 50 anos se encontra em uma realidade ainda mais vulnerável: ainda que precise ter uma renda básica, a recolocação no mercado de trabalho é uma missão difícil (também para brasileiros).

Faz-se imprescindível, portanto, a assistência psicológica às pessoas em situação de refúgio, mais especificamente às pessoas idosas em situação de refúgio. Essa afirmação se baseia nas demandas apresentadas pelos participantes maiores de 50 anos, como Flor (60 anos), por exemplo, que relatou a dificuldade de lidar, emocionalmente, com o sentimento de nostalgia, de não-pertencimento, de se sentir fora de lugar.

Esse sentimento é corroborado pela crença da imutabilidade, apresentada por Flor: “Siempre sigo siendo la misma persona, dedicada, responsable, amable,

cariñosa, pero debo agregar que este país es muy liberal y a veces siento que estoy envuelta en esta cultura .la fiesta , la playa , el carnaval [...]”⁷³. Ou seja, de acordo com ela, ela é a mesma Flor que saiu da Venezuela, não tendo sido perdido ou acrescentado nada a ela: “sigo sempre sendo a mesma pessoa”. No entanto, a partir do uso da conjunção “porém”, ela marca em seu enunciado um paradoxo: ela segue sendo a mesma pessoa (uma mulher “tradicional”), em um “país liberal” (x a Venezuela não é (tão) “liberal”). Contudo, ao estar nesse país, ela se sente mais envolvida nessa cultura, através das festas, da praia, do carnaval. Esse envolvimento a leva a questionar suas crenças, seus valores, quem ela é. Afinal, será que ela realmente segue sendo a mesma pessoa? A meu ver essa crença de Flor é desconstruída, a partir da própria maneira como ela constrói, discursivamente, o seu posicionamento.

A partir desses embates de Flor consigo mesma é possível observar, então, o constante processo de (des)territorialização, do sentimento de não se sentir de nenhum lugar, no qual Flor vive, em busca de seu lugar no mundo (um lugar outro, um terceiro lugar). Essa busca se dá uma vez que se “arrancou com violência o tapete de sob os pés” da pessoa em situação de refúgio. Dessa maneira, ela se vê obrigada a “cortar os fios da pátria para que assim possa criar fios pelos quais se possa escolher ser responsável, pelos quais se possa escolher a responsabilidade” (BERNARDO; GULDIN, 2017, p. 17). Em outras palavras, é preciso escolher modos de existência e, assim, o tipo de mundo em que se quer viver. (ROCHA, 1993, p. 236 *apud* DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 115).

Essas escolhas dos modos de existência e, conseqüentemente, dos contextos sociais nos quais os venezuelanos na condição de refugiados desejam estar, foram observadas, por sua vez, a partir das escolhas vocabulares (MAINGUENEAU, 2008), e dos modos de apropriação da linguagem (DEUDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2016), ou seja, por meio da forma como eles se colocam discursivamente, através do modo como enunciam (etos mostrado). Esse movimento de análise foi possível, uma vez que a língua é uma produção social, cujos sentidos que circulam são oriundos das experiências coletivas. Ou seja, a língua é compreendida nessa pesquisa

⁷³ Tradução livre: Continuo sempre sendo a mesma pessoa, dedicada, responsável, amável, carinhosa, mas devo acrescentar que este país é muito liberal e às vezes sinto que estou envolvida com esta cultura, a festa, a praia, o carnaval.

como um trabalho, como uma atividade atravessada pela heterogeneidade. Isso indica que língua e história, como já afirmado antes, são indissociáveis e que sujeitos ocupam uma posição para dizer o que dizem e como dizem. (GONÇALVES, 2023, p. 8).

Logo, analisar os enunciados, bem como os próprios enunciadores que os sustentam, é de suma importância, visto que tanto os enunciados quanto os enunciadores apontam para a produção de efeitos de sentidos significativos no material sob investigação, em articulação com uma dada espessura institucional (DEUSDARÁ *et al.* 2018, p. 21). Dessa maneira, durante as análises foi levado em consideração todo o contexto de refúgio apresentado, as escolhas de vocabulário (Maingueneau, 2008) empregadas pelos participantes, os corpos e as vozes que enunciam e como enunciam (etos discursivo), ou seja, como se apropriam da linguagem (DEUDARÁ; ROCHA; ARANTES, 2016), por meio de ditos, e de não-ditos, através do estabelecimento e da recuperação de relações discursivas e do que foi silenciado para que o dito, o literal aparecesse (GONÇALVES, 2023, p. 13).

À vista disso foi possível mapear processos de construção de suas subjetividades: subjetividades singulares, marcadas não somente pelos traumas vivenciados, mas pela esperança de novos (re)começos. Observei, como sinala Gonçalves (2023), que os sujeitos podem, a partir da agregação de fatores distintos, produzir outros caminhos para si e para o outro. Isso significa que, para qualquer produção massificante, há, de alguma forma, uma possibilidade de superação.

Isso significa que os regimes de enunciação homogeneizantes e totalitários podem ser rompidos, transformados, porque sempre será possível o reconhecimento da diferença, que é inerente à vida. Isso significa que, se é possível produzir o outro como sujeito incapaz, sem pertencimento à sociedade e até mesmo como adversário, também é possível propiciar, por meio das enunciações, a produção de outro como potência, como vida e corporeidade.” (GONÇALVES, 2023, p. 14).

Não obstante, a meu ver, não é possível se pensar em movimento em prol da desconstrução de estereótipos, da (falta de) inserção deles na sociedade, da defesa de políticas públicas que lhes assegure direitos, bem como em movimentos em prol da promoção da própria cidadania dessas pessoas, a fim de que elas conheçam os seus direitos e deveres, se não os conhecemos em sua complexidade e diversidade.

Um dos caminhos para esse conhecimento é o da alteridade, do contato e da troca com essas pessoas, uma vez que elas trazem bagagens sociais, históricas,

culturais, de vida, que devem ser respeitadas e valorizadas. Desse modo, nós, cidadãos brasileiros, afastamo-nos de visões reducionistas, que colocam o refugiado em posição de inferioridade, e compartilhamos da oportunidade que esses encontros (intercâmbios culturais e interpessoais) proporcionam.

Esse contato, essas trocas com os venezuelanos em contexto de refúgio, pode se dar de diversas maneiras: em uma conversa na rua; no encontro com eles na escola onde seu filho estuda; na fila de espera do hospital; no elevador da universidade; ou até mesmo a partir de pesquisas acadêmicas. É necessário que todos estejamos abertos e atentos ao nosso redor, para que assim possamos trilhar não apenas o caminho da inclusão (afinal, de que inclusão estamos falando?), mas também o da inserção dessas pessoas na sociedade.

Neste sentido, esse trabalho configura-se não como um instrumento que dá voz a esses sujeitos, já que eles têm sua própria voz (embora muitas vezes não seja ouvida), mas como um instrumento porta-voz, ou seja, de ampliação de suas vozes, constituído por escuta e por caminhar juntos, cuja base está ancorada na valorização à diversidade e no respeito às diferenças, dado que é a partir da compreensão do Outro, que será possível estabelecer diálogos, trocas e o entendimento desse Outro. Dessa forma, a partir de suas enunciações, visei ir mais além de falar sobre os refugiados, objetivei apresentá-los como sujeitos potentes, suas histórias, suas trajetórias, marcadas por inúmeros desafios, e também por muitas conquistas e recomeços.

Por conseguinte, nesse trabalho visei valorizar as diversidades e respeitar as diferenças que se apresentaram, uma vez que é a partir da compreensão do Outro, que é possível estabelecer diálogos, trocas e o entendimento desse Outro. Ademais, a partir desse movimento, surge a oportunidade de aprendizado e crescimento mútuos, para os venezuelanos na condição de refugiados e para os brasileiros. Como ressalta Eco (2020), a compreensão mútua entre culturas diversas não significa avaliar o que o outro deve renunciar para se tornar igual, mas compreender mutuamente o que nos separa e aceitar essa diversidade.

O estrangeiro, portanto, não é o minoritário, o mais insignificante, o marginal, o estranho, mas o produtor da história, o agente de transformação vital à nova sociedade (BERNARDO; GULDIN, 2017, p. 183) e como tal deve ser tratado. Por conseguinte, frases como “não sou contra os refugiados e migrantes, mas...”, “os

refugiados têm muitos privilégios ao chegar no Brasil⁷⁴, não são aceitáveis. Novamente, reforço que o venezuelano refugiado está no Brasil porque tem esse direito.

Assim, a partir do respeito e da integração dessas pessoas na sociedade brasileira, todos trabalharemos à construção de um país que realmente as acolhe. Esse acolhimento, por sua vez, não deve estar baseado em tornar o venezuelano refugiado em um brasileiro, ou seja, em um processo de aculturação, já que como ressalta Eco (2020), a compreensão mútua entre culturas diversas não significa avaliar o que o outro deve renunciar para se tornar igual, mas compreender mutuamente o que nos separa e aceitar essa diversidade.

Em suma, ao se deslocar de sua pátria, o sujeito migrante precisa passar por muitas pontes e caminhos, em percursos muitas vezes desconhecidos. Nessa trajetória, essas pessoas são tocadas (e tocam as pessoas com as quais têm contato) de diversas maneiras, seja através do conhecimento de uma nova língua, de novos costumes, de novos sabores. Desse modo, novas alianças vão sendo construídas em um contínuo processo de ressignificação de si e do mundo. Para existir, o sujeito migrante precisa resistir.

⁷⁴ Frases Publicadas no dia 19/04/2023 no Instagram da Pares Cáritas RJ. Disponível em: @parescaritasrj.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Protegendo Refugiados no Brasil e no mundo*. Agência da ONU para refugiados, 2016. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Cartilha_Protegendo__Refugiados__No__Brasil__e__no__Mundo.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

ACNUR. *Vozes das pessoas refugiadas no Brasil: diagnósticos participativos do ACNUR 2020, 2021*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/ACNUR-Relatorio-Vozes-das-Pessoas-Refugiadas-reduzido.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGUIAR, K.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia - Ciência e Profissão*, v. 27, p. 648-663, 2007.

AGUIAR, R. A. *O governo de Jair Bolsonaro e o impacto sobre refugiados no Brasil*. Minas Gerais: Conjuntura Internacional, PUC Minas, 2020. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2020/10/27/o-governo-de-jair-bolsonaro-e-o-impacto-sobre-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ANDRADE, J. H. F. *A política de proteção a refugiados da organização das Nações Unidas – sua gênese no período pós-guerra (1946 – 1952)*. 327 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAENINGER, R. A.; Peres, R. G. Migração de crise: a imigração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileiro de Estudos da População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <https://dialogo.fflch.usp.br/sites/dialogo.fflch.usp.br/files/upload/paginas/BAKHTIN%20.pdf>

C%20M.%20GE%CC%82NEROS%20DO%20DISCURSO%201-%20co%CC%81pia_0.pdf. Acesso em: 31 jun. 2022.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BALIEIRO, H. G. *Os processos de subjetivação na mobilidade humana: a experiência de integração dos venezuelanos em Belo Horizonte*. 2022. 107f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

BARRETO, L. P. T. F *et al.* *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. 1. ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. v. 1. Cap. 1. A Lei Brasileira de Refúgio – Sua história.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. *Pista 3 - Cartografar é acompanhar processos*. In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2010.

BATISTA, K. T.; ANDRADE, R. R. de.; BEZERRA, N. L. *O papel dos comitês de ética em pesquisa*. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 27, p. 150-155, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcp/a/ZZS4CNSWR6BLhZK4rgZRMKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BERNARDO, G.; GULDIN, R. *O homem sem chão: a biografia de Vilém Flusser*. São Paulo: Annablume, 2017.

BIZON, A. C. C. *Narrando o exame Celpé-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. 2013. 445 f. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervocelpebras/wp-content/uploads/2021/12/BIZON-Ana-Cecilia-a-construcao-de-territorialidades-em-tempos-de-internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BORTOLOTO, C. C.; SANTOS, M. As políticas de imigração no Brasil a partir dos grandes fluxos migratórios: considerações sobre a imigração haitiana. *Huellas de la Migración* - UNESP Araraquara, São Paulo, v.3, n.5, enero/jun. 2018.

BRASIL. Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997. Dispõe sobre os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. *Diário Oficial [da] República*

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de maio de 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Naturalização. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Portaria nº 654, de 28 de maio de 2021. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 de maio de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_654_DE_28_DE_MAIO_DE_2021.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAMARGO, H. R. E. de. Acolhimento e Português como Língua de Acolhimento: por uma acepção política dos termos. In: VIEIRA, Daniela Aparecida; LIBERALI, Fernanda Coelho. *Português para imigrantes: denunciando injustiças sociais*. Campinas: Editora Pontes, 2022.

CASTEL, R. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Tradução: Francisco Morás. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. de. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. *PÉRIPLoS*, Revista de Pesquisa sobre Migrações, Brasília, v. 4, n. 2, 2020.

CAMARGO, H. R. E. de. Acolhimento e português como língua de acolhimento: por uma acepção política dos termos. In: VIEIRA, Daniela Aparecida; LIBERALI, Fernanda Coelho. *Português para imigrantes: denunciando injustiças sociais*. Campinas: Editora Pontes, 2022.

DEFERT, D. *Heterotopia*: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*: São Paulo: Editora N-1 Edições, 2013. p. 33-56. Disponível em: https://www.gpef.fe.usp.br/textos/foucault_01.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

DEUSDARÁ, B. et al. (org.). *Em discurso, cenas possíveis*. Araruama: Ed. Cartolina, 2018.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

DEUDARÁ, B.; ROCHA, D.; ARANTES, P. C. C. Cartografar variedades de língua: código de linguagem e posicionamento. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 49-67, 2016.

DEUDARÁ, B.; ROCHA, D.; ARANTES, P. C. C. *Do 'ethos' ao etos*: um conceito sem 'H' e sem determinantes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 61, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655079>. Acesso em: 02 maio 2022.

DINIZ, L. R. A.; BIZON, A. C. C. “Não podemos fazer do Brasil a casa da mãe joana”: uma perspectiva de resistência para políticas migratórias da extrema direita. *Revista X*, v.15, n.4, p. 30-40, 2020.

DINIZ, L. R. A.; NEVES, A. de O. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. *Revista X*, Curitiba, v. 13, n.1, p. 87-110, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/61225/36629>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ECO, U. *Migração e intolerância*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

DEFERT, D. *Heterotopia*: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. Posfácio, 2013, p. 33-56. In: FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*: São Paulo: Editora N-1 Edições, 2013. Disponível em: https://www.gpef.fe.usp.br/textos/foucault_01.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. *Pista 5: o coletivo de forças como plano de experiência cartográfica*. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

EXODUS: de onde eu vim não existe mais. Direção: Hank Levine. Produção: Hank Levine et al. Intérprete: Wagner Moura; Jule Böwe; Nizar Raja. Roteiro: Hank Levine. Brasil / Alemanha. Documentário, 2016. (105 min.).

FARIA, J. E. Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8994/10546>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FORMAÇÃO INVENTIVA DE PROFESSORES. Coletivo de Pesquisa-intervenção coordenado pela professora Rosimeri de Oliveira Dias, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Virgínia Kastrup. Rio de Janeiro, 2014: Youtube. Duração de 39:06. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXdtNbe2Xd8>. Acesso em: 11/04/2022.

FOUCAULT, M. Space, knowledge, power. Entrevista concedida a Paul Rabinow. *Skyline*, mar. 1982.

GALLO, S. Conocimiento y Transversalidad. In: WORLD CONGRESS OF PHILOSOPHY, 20., 1998, Boston. *The Paidea Archive*, v. 45, p. 94-99, 1998.

GRANDI, F. Global Forced Displacement.. In: UNHCR. *Global Trends: forced displacement in 2022*. Copenhagen: United Nations High Commissioner for Refugees, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n.2, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GONÇALVES, T. J. Quando dizer é produzir o outro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-15, 2023.

GUATARRI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATARRI, F. ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 1-326.

HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

JUNGER, G. da S. *et al.* A dinâmica do refúgio no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento das Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. *Refúgio em Números 2023*. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

JUNGER, G. da S. *et al.* *Refúgio em Números*. 7. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2022. (Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral).

KOLTAI, C. Traumas decorrentes dos deslocamentos forçados. *Revista Diversitas*. Programa de Pós-Graduação [do] Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos [do] Departamento de História [da] Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas [da] Universidade de São Paulo. Dossiê Fronteiras em movimento, São Paulo, ano 1, n. 1, 2013.

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. *In*: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, (org.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p.67-94.

MAINGUENEAU, D. *Gênese do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. Tradução de M. Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, p. 69-92, 2005

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV. UFRJ, n. 32, 2016.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. *Relatório Mundial sobre Migração 2022*. Genebra: [s.n.], 2022.

MIRANDA, L. Subjetividade: a (des)construção de um conceito. *In*: JOBIM E SOUZA, S. *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. p. 29-46.

MIRANDA, L.; SOARES, L. Produzir subjetividade: o que significa? *Estudos e pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, ano 9, v. 2, p. 408-424, 2009.

MODESTO, M.; DANDARA, M. O Brasil vai virar Venezuela: o discurso do medo nos memes eleitorais via WhatsApp. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., 2019, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019.

MOLON, I. S. Cultura: a dimensão psicológica e a mudança história e cultural. *In*: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL, 3., 2000, Campinas, SP. *Anais...* [S.l.: s.n., 2000].

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. *In*: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153

NETO, J. H.; SIMÕES, A. A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2011 e 2021. *In*: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Brasília, DF: OBMigra, 2022. p. 92-114. (Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral).

OLIVEIRA, A. L. *et al.* *Metrópole e crise societária: resistir para existir*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. v. 1. Cap. 7. Deslocamentos forçados, território, refugiados e a luta pela ocupação do espaço na macro e na micropolítica.

OLIVEIRA, J. C. P. de *et al.* O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. *Anais...* [S.l.: CONEDU, 2016]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

OLIVEIRA, L. R. C. de. Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. *In: COMUNICAÇÃO* apresentada na oficina de antropologia e ética, 2000, Porto Alegre. [Porto Alegre: UFRGS, 2003]. p. 2-16. Promovida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e realizada na UFRGS, do dia 14 ao 15 de dezembro, 2003.

OLIVEIRA, P. C. de A. Política migratória durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985): reflexos da doutrina da segurança nacional. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 11, n. 22, 2022. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/15861>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, T.; TONHATI, T. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. *In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022*. Brasília, DF: OBMigra, 2022. p. 8-35. (Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral).

PASSOS, E.; BARROS, R. de B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2010. p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Posfácio: sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas, 2015. *In: ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (org.). Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PAULON, M. S.; ROMAGNOLI, C. R. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, enero/abr. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844631007>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PAZ, S. E T. da. *Escolas bilíngues de fronteira: inclusão de discentes venezuelanos nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima*. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

PEREIRA, G. de L.; ABREU, M. E. da C. Transformando o “intruso” em “incluso”: xenofobia e discriminação na acolhida de imigrantes no Brasil. *In: MÚLTIPLOS OLHARES: migração e refúgio a partir da extensão universitária*. GAIRE – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Org.). Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016.

RAMOS, E. P. *Refugiados ambientais*: em busca de reconhecimento pelo direito internacional. 2011. 150 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Refugiados_Ambientais.pdf?view=1. Acesso em: 02 abr. 2023.

R4V. Refugee and Migrant Response Plan. Brasil. In: PLANO de Respostas a Refugiados e Migrantes (RMRP). 2022. p. 38-57. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/rmrp-2022-plano-regional-e-capitulo-brasil>. Acesso em: 06 abr. 2022.

R4V / RMNA. *Brasil at a glance*. In: *Refugee and Migrants Needs Analysis*, 2022, p. 66-76. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/90020>. Acesso em: 02 abr. 2023

RETTICH, J. S. A cartografia como método: potências e devires para as práticas em análise do discurso. *Forum lingüístic.*, Florianópolis, v.17, n.4, p. 5429-5441, 2020.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 9597/22*, de 10 de março de 2022. Dispõe sobre a elaboração de relatório com estatísticas relacionadas aos refugiados no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1414226651/lei-9597-10-marco-2022-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 9668/22*, de 05 de maio de 2022. Autoriza as Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro a destinar vagas ociosas a refugiados. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1414226651/lei-9597-10-marco-2022-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 9776/22*, de 4 de julho de 2022. Concede a isenção de taxas e emolumentos de tradução juramentada pública para refugiados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1565360345/lei-9776-22-rio-de-janeiro-rj#art-1>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RIZENTAL, S. S. *Refugiados*: tensões em um imaginário de acolhimento. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3843>. Acesso em: 04 abr. 2022.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

ROCHA, D.; SANT'ANNA, V. L. A.; DAHER, M. C. F. G. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*, Mato Grosso, v. 8, p. 161-180, 2004. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1132>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ROCHA, F. dos S. *Subjetividades em deslocamento: narrativas de imigrantes venezuelanos na cidade de Porto Alegre*. 2021. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ROCHA, M. L. da. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, ciência e profissão*, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>. Acesso em 01 mar. 2023.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SANCHEZ, D. E. A. Mudanças climáticas e os refugiados do clima como uma questão de segurança humana: repensando a proteção dos direitos humanos e o multilateralismo no século 21. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 8, n. 16, 238–259, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9816>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SANTOS, A. C.; MACEDO, V. M. A (re)construção da identidade do sujeito em trânsito. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. 20, p. 9-24, 2016.

SANTOS, A. C.; MACEDO, V. M. Cruce de fronteras: o deslocar e suas consequências na (re)construção identitária. *Cadernos do CNLF (CIFEFIL)*, v. 21, p. 509-524, 2017.

SANTOS, A. C.; SOUZA, R. F. M. Do não lugar ao lugar: deslocamento e identidade em Combi, de Angela Pradelli. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. 18, p. 330-345, 2014.

SANTOS, A. R. *Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos*. 2018. 220 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, L. A. de C. *Crítica aos atuais comitês de ética na pesquisa no Brasil. História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/bDPPw6FcCWRQhNRkvs6zfwg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05/05/2023.

SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998

SCARAMUCCI, M. V.R.; DINIZ, L. R. A. *Avaliação de proficiência em português em processos de naturalização no Brasil*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202259473>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SERPA, M. H. N. *Sufrágios Espetacularizados: os referendos e eleições venezuelanos (1998 - 2010)*. 2011. 273 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultural, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, B. M. B. da; LARA, S. C. F. de; MEDEIROS, M. de L. A Questão dos Refugiados na Mídia: Reflexões com Relação à Hospitalidade & Turismo no Paraná. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 20, esp., p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7998439.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, G. J. *et al. Refúgio em Números*. 5. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, G. J. *et al. Refúgio em Números*. 6. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, R. N. Ética e paradigmas na psicologia social: Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In: PLONER, KS., *et al.*, (org.). *Ética e paradigmas na psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 39-45. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-04.pdf>. Acesso em: 22/02/2023.

SILVEIRA, L. C. da. *O trabalho como produção de subjetividade e estratégia de reabilitação psicossocial*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/tcc2014lucimaracristinada silveira.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SIMÕES, A.; NETO, J. H. *A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020*. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: *Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. Brasília, DF: OBMigra, 2021. (Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral).

TEDESCO, S. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. *Interação em Psicologia*, p. 357-362, 2006.

UNHCR. *Global Trends: forced displacement in 2022, 2023*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 05 abr. 2023.

VINHA, L. G. do A.; YAMAGUCHI, I. H. O. Migrações e educação: a inserção educacional dos migrantes e refugiados no Brasil. In: RELATÓRIO Anual do OBMigra, 2021. p. 255-290.

ZACCARON, R.; D'ELY, R. C. S. F.; XHAF AJ, D. C.P. *Estudo piloto: um processo importante de adaptação e refinamento para uma pesquisa quase experimental em aquisição de L2*. *Revista do GELNE*, v. 20, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/13201>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ZAGO, L. P.; COSTA-HUBES, T. da C. Conceitos da teoria da enunciação de Bakhtin no gênero “anúncio publicitário”. *Raído*, v. 7, n. 13, p. 61-76, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/1656>. Acesso em: 02 abr. 2022.

APÊNDICE

SCRIPT (10/04/2022)

Olá a todos,

Me chamo Ana Sousa, sou professora no curso de Português da Cáritas desde 2018 e estou gravando esse vídeo para fazer um convite muito especial para vocês.

Antes de fazer esse convite eu gostaria de explicar brevemente para vocês os caminhos que me trouxeram até esse momento.

Quando me voluntariei para dar aulas de português há 4 anos o meu principal objetivo era contribuir para a inserção de vocês na sociedade através da língua, já que a língua é uma grande barreira sobretudo para quem está chegando ao Brasil. Ao longo do tempo, de muitos encontros e trocas, novas demandas surgiram nas aulas. Os alunos passaram a relatar os desafios que enfrentavam no dia-a-dia, seja por adaptação a novas realidades, seja por conta da inserção no mercado de trabalho. Passaram a falar sobre o que eles gostavam e sobre o que não gostavam, como por exemplo comer arroz e feijão todo dia. Enfim, muitas demandas foram surgindo para além do ensino do português. A partir das trocas que tivemos eu fiquei me perguntando: o que mais eu posso fazer para de alguma forma ajudá-los? Tocada pelas situações levantadas por vocês ao longo desses anos e buscando entender melhor as maiores dificuldades e também as facilidades pelas quais vocês passam eu decidi fazer uma pesquisa de mestrado. Desse modo, será possível subsidiar políticas públicas que apoiem vocês bem como sensibilizar a sociedade para esse tema. Tenham certeza que esse não será apenas mais um formulário preenchido. Mas uma ação que trará frutos futuramente.

Então, se você é venezuelano, tem mais de 18 anos, está há mais de 1 ano no Brasil e quiser participar da pesquisa, será um grande prazer contar com a sua participação. O formulário é online, anônimo, você pode responder pelo seu celular e está em espanhol. Vou deixar o *link* para o formulário abaixo.

Obrigada pelo seu tempo em ver esse vídeo e vejo você na pesquisa.

ANEXOS

Figura 13 – Termo de autorização de uso da imagem



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

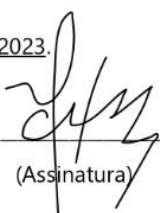
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Yisel Chávez, nacionalidade cubana, estado civil casada, portadora do documento de identificação _____⁸ AUTORIZO o uso da imagem a seguir... Dissertação intitulada Processos de construção das subjetividades de venezuelanos no contexto de refúgio no rio de janeiro: uma análise discursiva, e em outros trabalhos cuja temática seja refúgio, da autora Ana Sousa da Silva, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, sob o RG nº _____⁶ e CPF nº _____.³ A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, para uso exclusivo científico-acadêmico

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem.

Rio de Janeiro, dia 21 de fevereiro de 2023.



 (Assinatura)



Figura 14 – Planilhas: contagem de pesquisas (Plataforma CAPES)

#	Venezuelanos refugiados	Pesquisas Plataforma CAPES																
		(Mestrado)																
Página	Direito	Sociedade e Fronteiras	Sociologia	Geografia	Administração	Medicina	Relações Internacionais	Educação	Psicologia	Serviço Social	Antropologia social	Ciências militares	Comunicação	Ortodontia	Letras	Estudos Estratégicos Internacionais (Ciências Econômicas)	Ciência da informação	Ciência da religião
1		5	1	1	1	1	1	2	1	1								
2		1					1											
3																		
4																		
5																		
6		1																
7																		
8		2								1								
9																		
10													1					
11										1					1			
12																		
13		2	1									1						
14				1		1									1			
15		1									1							
16			1					1										
17		1																
18		2				1				1								
19		3					1									1		
20																		
21		2							3							1		
22																		
23		3																
24										1							1	
25								1		1								
26										1								
27						1												
28		1																1
29		2					2			1								
30							1				2							
31			2					1		1				1				1
32		1																
TOTAL		27	5	2	1	4	6	5	4	9	3	1	2	2	1	2	1	1

# Venezuelanos refugiados	Pesquisas Plataforma CAPES								
	(Doutorado)								
Página	Direito	Sociedade e Fronteira	Administração	Medicina	Linguística	Comunicação	Arquitetura Urbanismo	Serviço social	Sociologia
1		2				1			
2									
3				1					
4									
5									
6							1		
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14						1			
15									
16									
17				1					
18								1	
19									
20									
21									
22									
23									1
24									
25									
26									
27									
28									1
29									
30					1				
31									
32									
33									
TOTAL		2		1	1	3	1	1	1

Figura 15 – Assistência de instrumentos de gestão migratória segundo municípios de residência de imigrantes, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado (as).

Quadro 1 - Principais municípios de residência de imigrantes, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, segundo a existência de instrumentos de gestão migratória - Brasil, 2018.

Nome do Município	Existe algum mecanismo de cooperação entre o município e os demais entes da federação	Existe no município associação e/ou coletivo da população imigrante/refugiados que se relacione com a prefeitura	Existe no município curso permanente de português voltado especificamente para imigrante/refugiado	Existe no município abrigo para o acolhimento de imigrantes/refugiados	O município realiza atendimento multilíngue nos serviços públicos	Existe no município Centro de Referência e Apoio a Migrantes e Refugiados	O município realiza formação/capacitação continuada interdisciplinar
Assis Brasil	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Epitaciolândia	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Rio Branco	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Manaus	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Tabatinga	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Boa Vista	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Bonfim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Pacaraima	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Macapá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Oiapoque	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Fortaleza	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Rio de Janeiro	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Guarulhos	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Tabatinga	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Curitiba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foz do Iguaçu	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Dionísio Cerqueira	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Joinville	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Porto Alegre	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Corumbá	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Cáceres	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Brasília	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018 (IBGE, 2019), e da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) e Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, 2018 a 2020.

Fonte: Refúgio Em Números, 6ª Edição, 2021 p. 61

Figura 16 – Etapa de preenchimento dos dados da pesquisa (Plataforma Brasil)

Título da Pesquisa: Pesquisa 2096427 em preenchimento Nome: ANA SOUSA DA SILVA

1 Informações Preliminares 2 Área de Estudo 3 Desenho de Estudo/Apoio Financeiro 4 Detalhamento do Estudo 5 Outras Informações 6 Finalizar

Anterior Salvar/Sair Próxima

Área Temática Especial (indique todas as áreas temáticas do projeto, se aplicável):

☐ Genética Humana:

- ☐ Haverá envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;
- ☐ Haverá armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniada com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;
- ☐ Haverá alterações da estrutura genética de células humanas para utilização in vivo;
- ☐ Trata-se de pesquisa na área da genética da reprodução humana (reprogenética);
- ☐ Trata-se de pesquisa em genética do comportamento.
- ☐ Trata-se de pesquisa na qual esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes da pesquisa;
- ☐ Trata-se de pesquisa envolvendo Genética Humana que não necessita de análise ética por parte da CONEP;

☐ Reprodução Humana (pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados "participantes da pesquisa" todos os que forem afetados pelos procedimentos delas):

- ☐ Reprodução assistida;
- ☐ Manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto;
- ☐ Medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
- ☐ Reprodução Humana que não necessita de análise ética por parte da CONEP;

☐ Equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;

☐ Novos procedimentos terapêuticos invasivos;

☐ Estudos com populações indígenas;

☐ Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;

☐ Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

Fonte: Plataforma Brasil.

Figura 17 – Etapa de preenchimento dos dados da pesquisa (Plataforma Brasil)

1 Informações Preliminares 2 Área de Estudo 3 Desenho de Estudo/Apoio Financeiro 4 Detalhamento do Estudo 5 Outras Informações 6 Finalizar

Anterior Salvar/Sair Próxima

*** Resumo:**

*** Introdução:**

*** Hipótese:**

Caracteres restantes: 4000

*** Objetivo Primário:**

Caracteres restantes: 4000

Objetivo Secundário:

Caracteres restantes: 4000

• Metodologia Proposta:

Caracteres restantes: 4000

• Critério de Inclusão:

☐ Não se aplica

Caracteres restantes: 4000

• Critério de Exclusão:

☐ Não se aplica

Caracteres restantes: 4000

• Riscos:

Caracteres restantes: 4000

• Benefícios:

Caracteres restantes: 4000

• Metodologia de Análise de dados:

Caracteres restantes: 4000

• Desfecho Primário:

Caracteres restantes: 4000

Desfecho Secundário:

Caracteres restantes: 4000

Figura 18 – Termo de Consentimento livre e esclarecido

Perguntas
Respostas
8
Configurações

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO

Usted ha sido invitado a participar como voluntario en la investigación llamada: LA CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD EN EL CONTEXTO DE REFUGIO: UN ANÁLISIS DISCURSIVO, realizada por la estudiante de maestría Ana Sousa da Silva. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo se lleva a cabo el proceso de producción de subjetividades de venezolanos refugiados en Brasil, específicamente en Rio de Janeiro. Asimismo, a partir de este cuestionamiento buscaremos mapear cómo se ha dado este proceso de producción de sentido.

Usted fue seleccionado una vez que hace parte del proyecto Portugués con Refugiados ofrecido por Cáritas-RJ en colaboración con la Universidad Estadual do Rio de Janeiro y la Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Su participación no es obligatoria. En cualquier momento, puede dejar de participar y retirar su consentimiento. Su negativa, renuncia o revocación del consentimiento no le representará ningún costo.

Como en todo estudio, la participación en esta investigación implica la posibilidad de riesgos, ya que estaremos tratando de un tema que es difícil y doloroso para usted: el tema del refugio. Siendo así, puede que se sienta emocionalmente conmovido al responder las preguntas. Sin embargo, las preguntas formuladas fueron pensadas en usted, en quién es, en su trayectoria. Por lo tanto, no pretendemos desestabilizarlo, sino comprender cómo usted se ve y se siente en Brasil.

Su participación en la investigación no es remunerada y no representará gasto alguno para los participantes. Su participación en esta investigación consistirá en responder una serie de preguntas que, debido a la pandemia, se realizará a través de un cuestionario en Google Forms. Este cuestionario constará de 11 preguntas elaboradas por mí. Para garantizarle una mayor comodidad, las preguntas estarán en español y también se pueden responder en su lengua materna. En cuanto al contenido de las preguntas, se enfocará a su trayectoria en Brasil: los desafíos que has encontrado, cómo usted se ve estando en el país y qué haría para mejorar su estadía.

Los datos obtenidos a través de esta investigación serán confidenciales y no serán divulgados a nivel individual, con el fin de garantizar la confidencialidad de su participación.

El investigador responsable se compromete a publicar los resultados obtenidos en medios académicos y científicos de forma consolidada y sin difundir la identidad de los participantes. Usaremos seudónimos a lo largo del análisis.

Si acepta participar en esta investigación, seleccione (SÍ, ACEPTO o NO, NO ACEPTO) en la pregunta a seguir. A continuación, se encuentran los teléfonos y la dirección institucional del investigador responsable y del Comité de Ética en Investigación – CEP, donde usted podrá realizar sus consultas sobre el proyecto y su participación en el mismo, en el momento que desee.

Contactos del investigador responsable: Ana Sousa da Silva, estudiante de maestría, R. São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, ssousa_ana@hotmail.com, 21 9 7637-3561.

Si tiene dificultad para contactar al investigador responsable, reporte el hecho al Comité de Ética en Investigación de la UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, Bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Teléfono: (021) 2334-2180. El CEP COEP es responsable de velar por la protección de los participantes de la investigación y está abierto los días lunes, miércoles y viernes, de 10 a 12 y de 14 a 16 horas.

Declaro que entendí los objetivos, riesgos y beneficios de mi participación en la investigación, * y que acepto participar. * En el caso que no aceptes, tus respuestas no serán usadas.

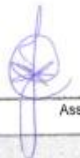
☐ Sí, acepto
☐ No, no acepto

Figura 19 – Folha de rosto para pesquisa (Plataforma Brasil)

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES DE VENEZUELANOS NO CONTEXTO DE REFÚGIO: MAPEANDO POLÍTICAS DE ACOLOHIMENTO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ANA SOUSA DA SILVA			
6. CPF: 3	7. Endereço (Rua, n.º): Casa com muro alto próxima à Escola Municipal Emílio Gebara. PARQUE SAMIRA 246 MAGÉ RIO DE JANEIRO 25904460		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone:	10. Outro Telefone:	11. Email: ssousa_ana@hotmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 06 / 05 / 2022		 Assinatura	

INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Instituto de Letras
15. Telefone: (21) 2534-0165	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela Instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta Instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: JANAINA DA SILVA CARDOSO		CPF: 6	7
Cargo/Função: DIRETORA			
Data: 18 / 05 / 2022		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			

*Janaina Silva Cardoso
Diretora
Instituto de Letras/UERJ*

Figura 20 – Questionário piloto

14/06/2022 19:43 Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

¡Hola! En primer lugar, muchas gracias por tu participación en esta encuesta. Para mí es un gusto que participes. Me llamo Ana Sousa, llevo 4 años como profesora voluntaria de portugués en Cáritas y tocada por los cuestionamientos planteados por los alumnos a lo largo de estos años decidí hacer esta investigación. Así, tengo por objetivo entender mejor las dificultades por las cuales (ustedes) los venezolanos pasan, bien como sus perspectivas de futuro, para que así, políticas públicas que les apoyen puedan ser subsidiadas.

 aninharjccb@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)



***Obrigatório**

1) ¿Hace cuánto tiempo estás en Brasil? *

Sua resposta

2) ¿Cuántos años tienes? *

Sua resposta

3) ¿Cuál es tu género? *

☐ Femenino

☐ Masculino

☐ Otro

☐ Prefiero no decirlo





<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdhGtA87sYIjYHh3JkGICMOYIo0x1ZtHcv3gleY1ZB3CUYC2Q/viewform> 1/4

14/06/2022 19:43

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

4) Venezuela hace frontera con muchos países. ¿Brasil fue tu primera opción cuando te decidiste por salir de tu país? ¿Por qué? ¿Cuáles fueron tus motivaciones? *

Sua resposta

5) ¿Has podido trabajar en tu área? ¿En qué sector trabajabas en Venezuela? ¿Y en Brasil? *

Sua resposta

6) La entrevista de empleo es un momento de presentación de los candidatos en el cual ellos son evaluados según su experiencia y capacidades laborales. *

SITUACIÓN: Estás en una entrevista de empleo conversando con otros candidatos que de igual manera participan en el proceso de selección.

¿CÓMO TE VES MIENTRAS CIUDADANO / CANDIDATO ESTANDO EN ESTE CONTEXTO?(Ejemplo: Me veo como un buen candidato y con la misma posibilidad de conseguir el trabajo que ellos porque... / Me veo en desventaja y sin la misma posibilidad que ellos de conseguir el trabajo porque...)

Sua resposta

7) ¿Cuál es la mayor dificultad que has tenido hasta hoy en Brasil (el idioma; aspectos culturales; el empezar desde cero; etc.) y que has hecho para superarla? *

Sua resposta

8) ¿Cómo ha sido tu experiencia como sujeto venezolano en Brasil? ¿Ha sido más positiva o más negativa? ¿Por qué? *

Sua resposta



14/06/2022 19:43

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

9) ¿Ya te has sentido excluido en algún contexto por no ser brasileño? ¿Qué te pasó? *

Sua resposta

10) En algunas de nuestras clases de Portugués (Cáritas) algunos de ustedes me han relatado que uno de los obstáculos más grandes que afrontan cada día es el sentimiento de no-pertenecimiento. Es decir, de no sentirse como brasileños tampoco de identificarse totalmente como venezolanos, una vez que están inmersos en otro país, que tiene otra cultura, cuya lengua es diferente. ¿Te identificas con esa afirmación? ¿Cómo se siente estar en esa realidad? *

Sua resposta

11) Cuando vamos a vivir en otro lugar (país, Estado, ciudad) solemos incorporar nuevas costumbres, nuevos gustos. Si pudieras apuntar diferencias entre el “tú” de ahora y el “tú” que vivía en Venezuela, ¿cuáles serían esas diferencias? *

Sua resposta

12) ¿Te ves contemplado (en el ámbito de la salud, de la educación, del mercado de trabajo) por el actual gobierno brasileño? ¿Cambiarías algo referente al trato a los inmigrantes refugiados? *

Sua resposta

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envíe senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)



Google Formulários



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdhGtA87sYIJyHh3JkGICMOYIo0x1ZtHcv3qleY1ZB3CUYC2Q/viewform>

3/4

Figura 21 – Questionário reformulado

14/06/2022 19:31

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

¡Hola! En primer lugar, muchas gracias por tu participación en esta encuesta. Para mí es un gusto que participes. Me llamo Ana Sousa, llevo 4 años como profesora voluntaria de portugués en el proyecto de UERJ en parceria con Cáritas-RJ y tocada por los cuestionamientos planteados por los alumnos a lo largo de estos años decidí hacer esta investigación. Así, tengo por objetivo entender mejor las dificultades por las cuales (ustedes) los venezolanos pasan, bien como sus perspectivas de futuro, para que así, políticas públicas que les apoyen puedan ser subsidiadas.

aninharjccb@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)***Obrigatório**

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO

Usted ha sido invitado a participar como voluntario en la investigación llamada: LA CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD EN EL CONTEXTO DE REFUGIO: UN ANÁLISIS DISCURSIVO, realizada por la estudiante de maestría Ana Sousa da Silva. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo se lleva a cabo el proceso de producción de subjetividades de venezolanos refugiados en Brasil, específicamente en Rio de Janeiro. Asimismo, a partir de este cuestionamiento buscaremos mapear cómo se ha dado este proceso de producción de sentido.

Usted fue seleccionado una vez que hace parte del proyecto Portugués con Refugiados ofrecido por Cáritas-RJ en colaboración con la Universidad Estadual do Rio de Janeiro y la Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Su participación no es obligatoria. En cualquier momento, puede dejar de participar y retirar su consentimiento. Su negativa, renuncia o revocación del consentimiento no le representará ningún costo.

Como en todo estudio, la participación en esta investigación implica la posibilidad de riesgos, ya que estaremos tratando de un tema que es difícil y doloroso para usted: el tema del refugio. Siendo así, puede que se sienta emocionalmente conmovido al responder las preguntas. Sin embargo, las preguntas formuladas fueron pensadas en usted, en quién es, en su trayectoria. Por lo tanto, no pretendemos desestabilizarlo, sino comprender cómo usted se ve y se siente en Brasil. Su participación en la investigación no es remunerada y no representará gasto alguno para los participantes.

Su participación en esta investigación consistirá en responder una serie de preguntas que, debido a la pandemia, se realizará a través de un cuestionario en Google Forms. Este cuestionario constará de 11 preguntas elaboradas por mí. Para garantizarle una mayor comodidad, las preguntas estarán en español y también se pueden responder en su lengua materna. En cuanto al contenido de las preguntas, se enfocará a su trayectoria en Brasil: los desafíos que has encontrado, cómo usted se ve estando en el país y qué haría para mejorar su estadia.

Los datos obtenidos a través de esta investigación serán confidenciales y no serán divulgados a nivel individual, con el fin de garantizar la confidencialidad de su participación.

El investigador responsable se compromete a publicar los resultados obtenidos en medios académicos y científicos de forma consolidada y sin difundir la identidad de los participantes. Usaremos seudónimos a lo largo del análisis.

Si acepta participar en esta investigación, seleccione (SÍ, ACEPTO o NO, NO ACEPTO) en la pregunta a seguir. A continuación, se encuentran los teléfonos y la dirección institucional del investigador responsable y del Comité de Ética en Investigación – CEP, donde usted podrá realizar sus consultas sobre el proyecto y su participación en el mismo, en el momento que desee.

Contactos del investigador responsable: Ana Sousa da Silva, estudiante de maestría, R. São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, ssousa_ana@hotmail.com, 21 9 7637-3561.

Si tiene dificultad para contactar al investigador responsable, reporte el hecho al Comité de Ética en Investigación de la UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, Bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Teléfono: (021) 2334-2180. El CEP COEP es responsable de velar por la protección de los participantes de la investigación y está abierto los días lunes, miércoles y viernes, de 10 a 12 y de 14 a 16 horas.

Declaro que entendí los objetivos, riesgos y beneficios de mi participación en la * investigación, y que acepto participar. * En el caso que no aceptes, tus respuestas no serán usadas.

☐ Sí, acepto

☐ No, no acepto

14/06/2022 19:31

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

1) ¿Hace cuánto tiempo estás en Brasil? *

Sua resposta

2) ¿Cuántos años tienes? *

Sua resposta

3) ¿Cuál es tu género? *

- ☐ Femenino
- ☐ Masculino
- ☐ Otro
- ☐ Prefiero no decirlo

4) Venezuela hace frontera con muchos países. ¿Brasil fue tu primera opción cuando te decidiste por salir de tu país? ¿Por qué? ¿Cuáles fueron tus motivaciones? *

Sua resposta

5) ¿Cuál es la mayor dificultad que has tenido hasta hoy en Brasil? ¿Y qué fue más fácil para ti? *

Sua resposta



14/06/2022 19:31

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

6) ¿Has podido trabajar en tu área? ¿En qué sector trabajabas en Venezuela? ¿Y *
en Brasil?

Sua resposta

7) Muchos venezolanos relatan sus experiencias en el proceso de búsqueda de *
inserción laboral en Brasil. Para tu inserción en el mercado laboral, ¿ser
solicitante de refugio o presentarse como refugiado ayuda o dificulta? ¿Por
qué?

Sua resposta

8) ¿Ya te has sentido excluido en algún contexto por no ser brasileño? ¿Qué te *
pasó?

Sua resposta

9) En algunas de nuestras clases de Portugués (Cáritas) algunos de ustedes me *
han relatado que uno de los obstáculos más grandes que afrontan cada día es
el sentimiento de no-pertenecimiento. Es decir, de no sentirse como brasileños
tampoco de identificarse totalmente como venezolanos, una vez que están
inmersos en otro país, que tiene otra cultura, cuya lengua es diferente. ¿Te
identificas con esa afirmación? ¿Cómo se siente estar en esa realidad?

Sua resposta



14/06/2022 19:31

Hablando sobre mi trayectoria en Brasil

10) Cuando vamos a vivir en otro lugar (país, Estado, ciudad) solemos incorporar nuevas costumbres, nuevos gustos. Si pudieras apuntar diferencias entre el "tú" de ahora y el "tú" que vivía en Venezuela, ¿cuáles serían esas diferencias?

Sua resposta

11) ¿Te ves contemplado (en el ámbito de la salud, de la educación, del mercado de trabajo) por el actual gobierno brasileño? ¿Cambiarías algo referente al trato a los inmigrantes refugiados?

Sua resposta

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envíe senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeE8ufpccVhHN7YIY0MaZVyH1SeinIMNwF8reTG_VJf2BEbA/viewform

5/5